

Jeferson Selbach

CHAPADA DAS MULATAS

*Postagens de
um blogueiro*



ISBN 978-85-905426-8-1



Jefferson Selbach

CHAPADA DAS MULATAS

Postagens de um blogueiro

Edição eletrônica

Chapadinha/MA
Autor-Editor
2007

FICHA DE CATALOGAÇÃO

S464c SELBACH, Jeferson Francisco. *Chapada das Mulatas: postagens de um blogueiro*. Chapadinha/MA: Ed. do Autor, 2007, 170p. il.

ISBN 978-85-905426-8-1

CDD	177.2	Ética Social
	303.32	Processo Social. Socialização
	320.11	Contrato Social

Capa: Foto Chapadinha anos 80 e imagem do autor

Projeto gráfico: Jeferson Selbach

Disponibilizado somente em formato eletrônico

Este livro foi autorizado para domínio público
e está disponível para download no site do MEC
www.dominiopublico.gov.br
e na base do Google Pesquisa de Livros

De acordo com a Lei n.10.994, de 14/12/2004,
foi feito depósito legal na Biblioteca Nacional

Sumário

Do blog ao livro [7]

Postagens

Sojicultores vs. extrativismo [9]; Água, esgoto, lixo, urubus e porcos nas ruas [9]; Ruralização: perpetuando hábitos do campo na cidade[10]; Trabalho escravo das domésticas [12]; Transporte público: questão de cidadania [12]; Afinal, qual é a abrangência do Baixo Parnaíba? [13]; Gaúchos?! [13]; Distorção na arrecadação das verbas [15]; Paguei, quero nota! [16]; Conexão mulatas-gueixas [17]; Direitos dos empregados [18]; Chapadinha do futuro [19]; Dados educacionais de Chapadinha [21]; Emergência vs. PSF [22]; Quanto custou o voto a prefeito e vereança? [23]; Votos para candidatos, não partidos [24]; Restaurante Nota 1000 ou Nota 10? [25]; Água de beber, água de tomar, água vai faltar... [26]; Isso é carnaval? [27]; Publicidade pública: gestor ou manequim? [29]; Concurso público ou CC's? [30]; Por quem os sinos dobram? [31]; Futebol sem caráter [33]; Direito de opinar [35]; Patrocínio no abadá [36]; Desrespeito no trânsito [37]; Crimes que fazem pensar sobre a menoridade penal [37]; Som automotivo: falta urbanidade [38]; Turismo litorâneo? Sem estradas? [39]; Mais um doutô no mundo!? [41]; Tô chegando... [42]; Dificuldades pra chegar em Chapadinha [43]; Táxis cobram pela cara do sujeito [44]; Em meio aos urubus, helicóptero... [45]; Bolo ao invés de ovos de chocolate [45]; Dando o peixe, não ensinando a pescar... [46]; Renúncia fiscal beneficia poucos, prejudica muitos... [46]; Feitores são daqui, não de fora [49]; É proibido cobrar aluguel por salário-mínimo [50]; Depois da tempestade... [50]; O fim do jornalismo impresso [51]; Nomes de "vivos" em prédios públicos [52]; A Cesar o que é de Cesar [53]; Nem Camelódromo, nem shopping popular: ruas de novo [53]; Esperando a morte chegar [54]; Qual o papel da primeira-dama?

[54]; Barraca na praça [56]; Vale tudo pra recuperar o porco [57]; Chapadinha colonial [58]; Repercussão [60]; Ex-prefeito, futuro candidato? [61]; Bolsa-família: programa é do Governo Federal, não dos prefeitos [63]; E eles voltaram... [63]; CEMAR: lucro extraordinário, serviços péssimos [64]; Chuveiro frio, nunca mais [66]; Cofre-forte e dinheiro vivo, combinação perigosa [66]; A quem interessa contar essa história? [68]; Importa saber a quem interessa manter esse discurso? [69]; Filho de todas mães pobres [70]; Sinfonia matutina [71]; Transporte coletivo: sai ou não sai? [73]; Operação Navalha: um dia a casa cai [75]; Dando a cara pra bater [76]; Patrocínio: Jeferson Selbach [77]; Na eleição a reitor e vice da UFMA, meu voto vai para Natalino e Kardec [79]; Tirando proveito das idéias alheias [79]; O futuro da UFMA em Chapadinha: a falta de preparo dos alunos [81]; O futuro da UFMA em Chapadinha [83]; Dia Mundial do Meio Ambiente [84]; UFMA: voto paritário ou proporcional? [86]; Pré-candidatado a prefeito pelo PSB: empresário e religioso? [87]; Desenvolvimento sustentável [89]; Internet: qual nosso futuro? [90]; O futuro da UFMA em Chapadinha: cursinho pré-vestibular [92]; Comércio local: é preciso profissionalizar! [93]; Menores pedintes e a paternidade responsável [95]; Prefeita (?) Danúbia distribui secadores de cabelo [98]; Bolha imobiliária atinge Chapadinha? [99]; Dekasseguis chapadinhenses [101]; Velório [103]; Feriado [105]; O futuro da UFMA em Chapadinha: hospedagens [106]; Falta educação é para os educadores [107]; Pipas: perigo para a rede elétrica [107]; Plano Diretor pra inglês ver [109]; Baratas pra que te quero [110]; Farol da Educação que não ilumina [112]; Palavras são mentiras pra nós dois... [113]; Guarda Municipal a míngua [115]; Eleições municipais: quem namora quem? [116]; Pan afeta Chapadinha? [118]; Dando nome aos bois [119]; A medicalização da dor: porque Chapadinha tem tantas farmácias [120]; Farmácias ou drogarias? [123]; Pra que calçadas? [125]; Mais um elefante branco? [126]; Ciclovias e calçadas [127]; Prefeitura esbanja verbas? [129]; Reestruturação e expansão das Universidades Federais [130]; Ampliação do acesso à internet gratuita dá asas [132]; Banco do Brasil pretende melhorar atendimento [133]; O

suicídio como fator social [134]; Manifesto pelo desarmamento da população [136]; O que valorizamos? [137]; Os Departamentos Acadêmicos do CCAA [139]; Exercício ilegal da Medicina nos PSF's? [141]; Mudanças na eleição do CCAA: Gilvanda diz que não concorre [143]; Falta espaço físico para o Campus da UFMA [144]; Regimento do CCAA-UFMA [146]; Recursos humanos do CCAA-UFMA: os docentes [150]; Recursos humanos do CCAA-UFMA: os técnico-administrativos [151]; Acabou a verba? [152]; A falta de alunos no CCAA [152]; Mentres tacanhas [154]; Rei morto, rei posto [156]; Cadeiras nas calçadas, propício a mexericos? [159]; Eleições UFMA: conjecturas [162]; Os docentes do CCAA e o Regime de Dedicação Exclusiva [163]; Blog do Ivandro Coêlho [165]; *Endurecer, pero sin perder la ternura jamás* [168]; Textos do blog vão virar livro [170].

Ilustrações

Restaurante popular nota 1000 [26]; Carnaval em Chapadinha [28]; Alto-falantes da Igreja Matriz [32]; Presidente do Chapadinha Futebol Clube, prefeito Magno Bacelar [35]; Pastrocínio no Abadá [36]; Mapa Leste Maranhense [40]; Juiz, Médico, Político e Doutor [42]; Helicóptero da Polícia [45]; Magno distribui peixes [46]; Danúbia Carneiro [55]; Charge Zé Mané, barraca na praça [56]; Charge Zé Mané, porcos [57]; Charge Zé Mané, anúncio de candidatura [62]; Charge Zé Mané, sem luz [65]; Charge Zé Mané, bancos e cofres [67]; Charge Zé Mané, dia das mães [70]; Charge Zé Mané, sítio [72]; Charge Zé Mané, preso [76]; Charge Zé Mané, homem sanduiche [78]; Blog Kgueta [80]; Charge Zé Mané, sojicultores [85]; Charge Zé Mané, internet [91]; Charge Zé Mané, menores pedintes [96]; Charge Zé Mané, secadores [98]; Charge Zé Mané, especulação imobiliária [100]; Charge Zé Mané, Feriado [105]; Charge Zé Mané, pipas [108]; Charge Zé Mané, baratas [111]; Farol da Educação [112]; Charge Zé Mané, discurso vazio [114]; Prefeito Magno Bacelar [120]; Charge Zé Mané, farmácias [122]; Farmácias [124]; Calçadas [125]; Delegacia [126]; Calçadas [128]; Charge Zé Mané, esbanjando verbas [129]; Charge Zé Mané, o que valorizamos [137]; Charge Zé Mané, PSF [142]; Charge Zé Mané, cadeiras nas calçadas [161];

Do blog ao livro

Este livro é fruto do blog que mantive no ar por quase dez meses, que também chamava-se Chapada das Mulatas, em homenagem à história de Chapadinha/MA, objeto das minhas análises. A idéia de começar a postar num blog surgiu da necessidade e predisposição pessoal em expressar minhas idéias acerca dos lugares onde moro. Assim foi em Novo Hamburgo, onde comecei a escrever crônicas na extinta *Folha*. Depois em Cachoeira do Sul, no jornal *O Correio*.

Quando cheguei em Chapadinha, deparei-me com a inexistência de jornais impressos. Dai a idéia de abrir um blog e começar a analisar o cotidiano da cidade, em seus mais variados aspectos: cultura, política, infra-estrutura urbana, etc.

Diferente de crônicas escritas semanalmente, postar textos num blog exige um esforço homérico, pois quem lê quer sempre algo novo, diariamente. E ter o que escrever todo dia é complicado, ainda mais numa cidade do porte de Chapadinha. A necessidade de escrever diariamente pode comprometer a análise, levada a ser superficial ou mesmo equivocada.

Outra questão importante é a diferença que sempre vi como necessária, aliás, fundamental para quem escreve: a de não ferir a dignidade da pessoa ou entidades objetos da análise.

Isso sempre foi muito claro para mim. Direcionar a crítica para fatos, com base em sólidos argumentos, não em palavras vazias de conteúdos, superficiais.

Este foi o maior choque que tive aqui em Chapadinha. Quem escreve, não quer debater, mas atacar, pois sempre está comprometido com uma ou outra agremiação política. Ou ataca ferozmente ou é “chapa-branca”, enaltecendo os atos mais estapafúrdios. E parece que muitos dos leitores daqui querem isso mesmo!

Há uma frase famosa, que teria sido dita por Ernesto Che Guevara: *Endurecer, pero sin perder la ternura jamás*. Numa livre tradução, há de ser duro, mas sem nunca perder a ternura. Não sei se era isso que ele queria quando proferiu a tal frase, mas eu entendo que temos o dever, como cidadãos, de apontar as dificuldades do lugar onde vivemos (sermos duros). Nem por isso temos o direito de ofender a honra de quem quer que seja (faltar-nos ternura).

Suspendi as postagens no blog por entender que faltava o respeito dessa tênue linha entre crítica e ataque à pessoa.

Outra razão é porque era tido por prepotente quando criticava questões sobre o convívio comunitário. Quando criei o blog, tinha intuito de apontar e debater sobre o que julgava necessário ser falado mas não era, numa legítima tirania do pensamento único.

Para não deixar que estas análises cotidianas se perdessem, reuni aqui algumas delas. Selecionei as que julguei pertinentes. Que sirvam como semente em meio a terra árida, de modo a mudar as mentalidades locais, fazendo avançar rumo a uma sociedade igualitariamente mais justa, mais fraterna e, acima de tudo, mais aberta.

Chapadinha, novembro de 2007

Postagens

Sojicultores vs. extrativismo

A transição demográfica vista na microrregião de Chapadinha, com o município tornando-se pólo de atração, não foi consequência da chamada "invasão da soja". Em que pese o fato de existirem conflitos pela posse da terra na região, desalojando comunidades extrativistas, a ocupação dos plantadores de soja não pode ser responsabilizada pelo intenso fluxo migratório campo-cidade. Isso porque o aumento exorbitante de habitantes na zona urbana ocorreu a partir dos anos 80, enquanto a introdução da oleaginosa é posterior. Em outras palavras, o fenômeno urbano já estava adiantado quando sojicultores começaram a ocupar intensamente a área agrícola da região. O que não quer dizer, também, que sua presença não potencializará maior êxodo rural, dada a necessidade de ocupação territorial de grandes áreas, muitas vezes avançando sobre regiões extrativistas.

Água, esgoto, lixo, urubus e porcos nas ruas

Segundo dados do IBGE de 2000, os municípios da microrregião de Chapadinha carecem de infra-estrutura básica. O total de domicílios urbanos é de 18.984, mas somente 11.239 (59%) estão conectados na rede de água regular. Em Chapadinha, os domicílios urbanos somam 8.406, apenas 5.139 (61%) com água encanada. Tais números contrastam fortemente quando comparados às regiões sul e sudeste que tem, respectivamente, 93% e 94%. O índice é baixo mesmo quando comparado aos demais municípios do nordeste, que chega a 85%.

A situação é semelhante na questão do esgoto sanitário. A fossa rudimentar predomina em metade dos domicílios urbanos; outro um quarto tem fossa séptica. A percentagem de domicílios sem banheiro ultrapassa a terça parte, 34,79% no total e 38,74% no município. Tais números distanciam-se dos encontrados na média nacional, que tem 56% dos domicílios urbanos ligados a rede geral de esgoto ou pluvial e menos de 7,74% sem banheiro.

Na destinação do lixo, o quadro é ainda mais grave. Enquanto o Brasil coleta 92% do lixo doméstico, aqui são coletados menos de 24%. A maior parte do lixo doméstico local é queimado (51,9%) e jogado em terrenos baldios ou logradouros públicos (27%). O despejo de resíduos em terrenos baldios e a irregularidade na coleta – algo que faz com que o lixo posto em frente às residências seja esparramado por animais errantes – aumentam o número de urubus e porcos nas ruas da cidade. A queima dos resíduos agrava o complicado quadro em termos do convívio comunitário.

Ruralização: perpetuando hábitos do campo na cidade

Basicamente, existem três mecanismos legais para inibir o que chamo de “ruralização”, a perpetuação de hábitos rurais no ambiente urbano. Entretanto, essa legislação é exógena, nasceu fora da comunidade, mais por pressões sociais das zonas metropolitanas do país inteiro do que a chapadinhense.

Um desses mecanismos é o Código de Posturas Municipais, instituído pela Lei n.471, em de 30 de junho de 1978. Seus 193 artigos traçavam normas pontuais para o dia-a-dia do município, como higiene pública ou higiene das habitações, da alimentação e dos estabelecimentos comerciais, da moralidade e do sossego públicos, dos divertimentos, dos cultos, do trânsito e obstrução das vias públicas, das medidas referentes aos animais, aos inflamáveis e explosivos, das queimadas de pastagens e cortes de árvores, da exploração de pedreiras e depósitos de areia, dos muros e cercas, dos anúncios e cartazes, do funcionamento do comércio e da aferição de pesos e medidas. Como essas medidas não nasceram na

comunidade local, seu efeito foi mínimo.

Outro mecanismo jurídico é a Lei Orgânica do Município de Chapadinha, publicada em 29 de março de 1990, que regionalizou muitos dos anseios nacionais dados pela Constituição Federal de 1988. De maneira geral, pouco contribuiu no sentido de coibir ações rurais no espaço urbano, pelo fato de suas normatizações não serem específicas. A promulgação da Lei não foi suficiente para desencadear seu enfrentamento sistemático e contínuo.

O terceiro mecanismo, mais recente e ainda não promulgado, é o Plano Diretor Participativo do Município de Chapadinha. Também foi consequência de lei externa, nesse caso uma exigência do Estatuto da Cidade (Lei n.10.257 em 10 de julho de 2001). Ao que parece, sua elaboração foi feita mais no intuito de aprová-lo para o gestor não incorrer em improbidade administrativa do que efetivamente ser cumprido à risca. Tratando igualmente as questões relativas ao enfrentamento da ruralização de forma generalizada, leva a crer que se constituirá, de igual forma, em letra morta.

Prevê, entre outras coisas, da elaboração da Lei de Zonamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, do Plano de Gestão de Saneamento Ambiental Integrado, do Código Municipal do Meio Ambiente.

Toda essa normatização não implica em efetivo cumprimento. Quando a sociedade não quer, não sente necessidade de mudanças, inexistente pressão sobre as autoridades que, por sua vez, acabam não criando e mesmo relevado o cumprimento da legislação em vigor, as mais das vezes impostas de cima para baixo, prevalência do nacional sobre o local. A ruralização, que desencadeia consequências funestas para toda comunidade, torna-se, nesta perspectiva, algo natural, tanto para a própria comunidade quanto para as autoridades.

Em vista disso, se o controle social feito pela família, comunidade e autoridades parece não surtir efeito, outro pólo pode tencionar para reverter a lógica da ruralização. O papel de agente transformador das condutas sociais pode estar nas instituições educacionais, a quem

cabe fomentar a discussão de tais questões.

A Universidade, neste contexto, pode fazer diferença...

Trabalho escravo das domésticas

É incrível como ainda persiste o regime de escravidão em arraiais desse Brasil. Eu e minha esposa precisávamos de alguém para auxiliar nas tarefas domésticas. Em poucos contatos, nos assustamos quando ouvíamos o valor que muitas empregadas domésticas recebem aqui na Chapada das Mulatas, entre R\$ 80 a 100 mensais, para trabalhar mais do que 44 h por semana! Acabamos contratando a Socorro, que ficou toda feliz porque agora tem salário mínimo e carteira assinada. Até passou a contribuir para o INSS!

Transporte público: questão de cidadania

A transferência do Campus do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Federal do Maranhão – CCAA/UFMA, para o bairro Boa Vista, está prevista para breve.

Em vista disso, começou-se a discutir a necessidade de implementação do transporte coletivo regular que atendesse não só alunos mas toda comunidade. Foi formado um grupo de professores para contatar a Prefeitura Municipal, levar a reivindicação e se colocar à disposição para colaborar no estudo e implementação do transporte coletivo em Chapadinha.

Na próxima semana deve ocorrer a formalização dessa parceria, com a presença do prefeito municipal, Magno Augusto Bacelar Nunes, da diretora do CCAA, Gilvanda Silva Nunes e dos professores que farão parte desse grupo junto com os técnicos da indicados pela prefeitura.

A implementação do transporte coletivo está regulamentada na Constituição Federal de 1988, artigo 30, inciso VIII, e na Lei Orgânica do município, artigo 7, inciso VI. É da competência do município organizar, através da prestação direta ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços de transporte coletivo urbano e intermunicipal que tem caráter essencial.

Está posto aí um grande desafio, para Prefeitura, UFMA e toda comunidade. Como adequar o intenso trânsito de bicicletas com ônibus coletivos. Existem propostas interessantes para o chamado “transporte intermodal”, que integra mais de uma modalidade. Em Cuba, ônibus transportam passageiros com as bicicletas. Em Santa Catarina, foi proposta a criação de terminais de integração ônibus/bicicletas, onde o passageiro deixa estacionada sua bicicleta no terminal e pega o ônibus.

Quem sabe Chapadinha não possa mesclar o terminal de integração junto com o ônibus que leve bicicleta. O importante é que atenda os interesses de toda comunidade chapadinhense. Para isso é necessário participação!

Afinal, qual é a abrangência do Baixo Parnaíba?

Segundo o IBGE, o que chamamos Baixo Parnaíba é a área localizada na mesorregião do Norte Piauiense e Leste Maranhense. No Maranhão, o que é conhecido como Baixo Parnaíba corresponde a três microrregiões, compostos, respectivamente, pelos seguintes municípios: Baixo Parnaíba: Água Doce do Maranhão, Araioses, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão e São Bernardo; Chapadinha: Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos; Coelho Neto: Afonso Cunha, Aldeias Altas, Coelho Neto e Duque Bacelar.

Gaúchos?!

Interessante a facilidade com que se colocam apelidos nos outros e daí passa-se a generalizar que a coisa toma forma e, quando se vê, cai no senso comum. Uma dessas coisas é chamar todos aqueles que vieram abaixo do Nordeste de “gaúchos”.

Essa generalização, que joga todos gatos no mesmo saco, ocorre mesmo entre aqueles tidos por mais intelectualizados. Exemplo é o artigo do jornalista Mayron Régis, publicado em 3 julho de 2006, intitulado “O Baixo Parnaíba: Abençoado pela melancolia e pelo

silêncio”.

Segundo o amansa-burro, gaúcho tem vários sentidos, nenhum como é utilizado na Chapada das Mulatas e região do Baixo Parnaíba ou mesmo no texto do Mayron. Gaúcho seria, primitivamente, o habitante do campo, mistura de índios, portugueses e espanhóis que ocupavam as planícies do Uruguai, parte da Argentina e do Rio Grande do Sul, na zona abaixo da Serra Geral, exatamente a metade sul do Estado até a o Rio da Prata. No Brasil, chama-se de gaúcho quem nasceu no RGS.

Por apego às tradições, inclui-se aí aqueles que descendem do Estado sulino. Aliás, muitos mantêm essas tradições através do Movimento Tradicionalista, cuja espaço são os CTG's. Outros limitam-se a tomar chimarrão, algo que para o frio é muito bom, já para esse calor daqui...

No século XIX em diante, o Rio Grande do Sul (principalmente a parte norte) foi colonizado por imigrantes estrangeiros, oriundos, em sua maioria, das regiões da hoje Alemanha e Itália. As gerações seguintes construíram sólida base econômica: agricultura, indústria, comércio, etc. Isso tornou o Estado, já nos anos 1910, o celeiro do Brasil, pelo fato de fornecer boa parte do consumido.

Ao longo de todo período, os “colonos” foram incorporando hábitos locais, passando a ser considerados como os gaúchos originários, aqueles que viviam nas planícies do sul, criavam gado e produziam charque.

A partir do início do século XX, os “gaúchos” do norte (oriundos das zonas de colonização) iniciaram um lento e contínuo processo migratório pelo interior do Brasil, abrindo paulatinamente novas fronteiras agrícolas. Contribuiu para isso, a redução do tamanho dos lotes por conta da divisão entre os filhos, o declínio da pequena propriedade familiar, que produzia vários produtos, a conseqüente introdução das culturas de soja e trigo, que exigia grandes áreas, a mecanização agrícola, entre outros.

Geograficamente, o caminho natural da expansão agrícola seguiu o oeste catarinense e paranaense até onde hoje é o centro-oeste brasileiro, nos Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás. Por óbvio, paulistas, mineiros e outros engrossaram a ocupação dessas zonas agrícolas. Hoje essa expansão chega ao Nordeste brasileiro, pois a tecnologia permite que se plante a soja aqui.

Durante todo processo de expansão da fronteira agrícola, surgiram conflitos entre os que chegavam e os que estavam. Não seria diferente agora. O que ocorre é que hoje esses conflitos são mais visíveis pois as notícias voam. Além disso, o embate atualmente assumiu feições ideológicas muito claras, levando aos extremos: os "gaúchos" vão trazer progresso, dizem uns; os "gaúchos" vieram pra tomar nossas terras e nos levar à pobreza, dizem outros.

Nem ao céu nem a terra. Entre o Deus do progressismo a qualquer custo e o Leviatã do conservar as coisas como estão, existem sendas a explorar. A exaltação dos ânimos não leva a nada.

Ah, eu sou gaúcho!

Distorção na arrecadação das verbas

No ano passado, o Maranhão recebeu recursos do Governo Federal na ordem de R\$ 6.068.976.392,46, dos quais R\$ 2.511.924.519,36 (41%) foram para o Governo do Estado e R\$ 3.557.051.873,10 (59%) para os municípios.

Para Chapadinha foram destinados R\$ 36.757.020,41 (2,9% do total aos municípios maranhenses), dos quais R\$ 27.922.980,11 foram diretamente para os cofres da Prefeitura Municipal.

Destacam-se: Fundo de Participação dos Municípios R\$ 9.979.744,14, Bolsa Família R\$ 8.684.946,50, FUNDEF R\$ 6.311.562,27, Atenção à Saúde da População R\$ 6.292.547,80, Saúde da Família R\$ 1.498.290,00, Atendimento Assistencial Básico R\$ 963.798,14, Apoio à merenda na Educação Básica R\$ 686.756,80, Epidemiologia e controle de doenças R\$ 262.929,85, Ensino Fundamental R\$ 216.473,40.

Para elaboração do Plano Diretor foram destinados R\$ 33.442,50. Já a transferência do Imposto Territorial Rural – ITR não ultrapassou R\$ 13.527,51.

Fica a pergunta: dentre o orçamento anual do município de Chapadinha, qual o peso dos repasses do Governo federal? Maior do que se arrecada internamente, através de repasses de ICMS pelo Estado e recolhimento de taxas, ISQN e IPTU pela Prefeitura? Não haverá aí uma distorção?

Paguei, quero nota!

É da natureza humana não pagar impostos ou tentar sonegar ao máximo. Todavia, a instituição dos impostos marca uma etapa importante para qualquer comunidade. É questão de civilidade. É a vitória do bem coletivo contra o individualismo egoísta. Surgiu como contribuição de todos ao bem comum. Se atingiu sua finalidade é outra história. Certo é que toda sociedade que se quer desenvolvida tem um sistema de arrecadação forte. Basta ver os países europeus, o Japão e mesmo os EUA.

Para os norte-americanos, pagar impostos é tão presente em suas vidas a ponto de surgirem piadas como o do astronauta da nave Apollo 13, presa no espaço. Vendo a situação difícil, o presidente perguntou o que a tripulação desejava para trazer a nave de volta e teve de ouvir: “isenção de pagamento dos impostos para o resto da vida”. Para não perder a piada, o presidente pediu que o astronauta pedisse outra coisa, pois aquilo nem ele, presidente, poderia conseguir. Lá, se o vizinho começa a aparecer com carro novo, lancha e outros bens de consumo, provavelmente será denunciado.

No Brasil, aquilo que os sonegadores chamam de “fúria fiscal” nada mais é do que o governo equipar-se para conseguir arrecadar melhor. Hoje quem melhor personifica essa competência para arrecadar é o Governo Federal, através de investimentos pesados na Secretaria da Receita. A Super Receita resulta disso.

Já questionei aqui a possível distorção na arrecadação municipal:

dentre o orçamento anual de Chapadinha, qual o peso dos repasses do Governo Federal, que somaram quase R\$ 28 milhões em 2006? Maior do que se arrecada internamente, através de repasses de ICMS pelo Estado e recolhimento de taxas, ISQN e IPTU pela Prefeitura?

Para sair dessa possível dependência externa, o município terá de repensar seu sistema de arrecadação. O Plano Diretor prevê a Lei de Zoneamento e Uso do Solo. A partir dela se poderá estabelecer valores dos imóveis para emissão de carnês do IPTU, hoje em dia um dos principais tributos das prefeituras em todo país.

Outra questão que Chapadinha deverá enfrentar em breve será a da regularização dos estabelecimentos comerciais. Parece praxe não emitir nota fiscal. Não cabe ao consumidor solicitá-la, mas ao comerciante fornece-la em qualquer transação. Partindo do princípio que quanto mais se arrecadar maiores serão os investimentos no próprio município, é importante que o consumidor exija nota fiscal toda vez que adquirir uma mercadoria.

Pagar impostos também é questão de cidadania e inclusão social.

Conexão mulatas-gueixas

Pesquisando na internet, descobri que Chapadinha teria uma Câmara de Comércio Brasil-China desde 2004. Segundo a notícia de O Estado de São Paulo (Câmara de comércio, com jeitinho brasileiro, Patrícia Campos Mello, 7/11/2004), arquivada no site do Ministério das Relações Exteriores, essas Câmaras estaria proliferando como verdadeiro negócio da China porque serviriam para “vender” cartas-convite.

Diz a reportagem: Para um empresário viajar para a China a negócios, precisa de carta-convite de uma associação ou empresa chinesa. Muitas dessas câmaras cobram de US\$ 150 a US\$ 200 pela carta. Até Chapadinha, cidade do Maranhão com 60 mil habitantes, tem sua Câmara de Comércio Chapadinha-China. Foi por iniciativa do prefeito, Magno Bacelar, mais conhecido como Nota 10. “Queremos que indústrias chinesas venham para Chapadinha e queremos

exportar babaçu para a China”, diz o presidente da Câmara, Gilmeyron do Nascimento, que antes trabalhava no Fome Zero. A câmara foi inaugurada em maio, mas ainda não fez negócios. “Não veio nenhum chinês para Chapadinha”.

Seria interessante ver a quantas anda essa tal Câmara de Comércio Chapadinha-China, se ela surtiu algum efeito ou se foi mero factóide político-empresarial. Com a palavra, os responsáveis pela iniciativa.

Direitos dos empregados

Já escrevi aqui sobre o perfil do trabalho informal na microrregião de Chapadinha, que detinha em 2000 média elevadíssima no país, com 88,7%, ou 69,5 mil pessoas acima de 10 anos ocupadas no setor informal e rendimento nominal de parques R\$ 154,00 mensais

Não procede o argumento de que o trabalho escravo restrinja-se à zona rural, não alcançada pelo braço da lei e, portanto, sujeita ao regime semi-escravo. Nos municípios, essa exploração do trabalho alheio pode ser visto tanto nos estabelecimentos privados quanto nos ambientes domésticos. Uma empregada do lar, por exemplo, tem rendimentos que variam entre R\$ 80 e R\$ 100 mensais, para um regime de trabalho que ultrapassa facilmente as 44 h semanais.

Para os que acham que não as leis trabalhistas não se aplicam aqui ou mesmo que não funcione a Justiça do Trabalho, fiquem atento para alguns fatos, como o noticiado, no início deste mês. O juiz titular da Vara do Trabalho de Chapadinha, Francisco Tarcísio Almeida de Araújo, teria estado em Brasília/DF para participar do 1º Encontro sobre Processo Virtual da Justiça do Trabalho. O objetivo seria debater a nova lei que trata da informatização do processo judicial (nº 11.419, de 19/12/2006) e examinar o processo virtual desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O processo virtual possibilita a tramitação totalmente eletrônica dos processos, via internet, sem o uso de papel, permitindo maior celeridade e transparência à Justiça.

Para os empregadores que queiram regularizar a situação de suas

empregadas domésticas, sugiro baixar o programa disponível para download gratuito no site da Delegacia Regional do Trabalho – DRT/ Maranhão. Através deste software é possível cadastrar a empregada contratada, emitir contracheques, controlar férias e décimo-terceiro, gerenciar adiantamentos e alterações contratuais, calcular encargos legais e emitir documentos para pagamentos, fazer a rescisão contratual, etc.

As empregadas domésticas têm direitos a Carteira de Trabalho e Previdência Social, evidentemente anotada, salário-mínimo, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, férias de 30 remuneradas, férias proporcionais, no término do contrato de trabalho, licença à gestante.

Não têm direito a recebimento do abono salarial e rendimentos relativos ao PIS, salário-família; estabilidade no emprego; benefícios por acidente de trabalho; adicional de periculosidade e insalubridade; e principalmente horas-extras.

Seus deveres são: ser assíduo ao trabalho e desempenhar suas tarefas conforme instruções do empregador; ao receber o salário, assinar recibo, dando quitação do valor percebido; quando for desligado do emprego, por demissão ou pedido de dispensa, apresentar sua Carteira de Trabalho para que seja anotado desligamento, comunicar ao empregador, 30 dias antes, sua intenção de pedir dispensa.

Se engana quem acha que as empregadas não recorrem à Justiça do Trabalho para reivindicar seus direitos. Depois não adianta choramingar, com alegações estapafúrdias. Direitos são direitos, não se pode abrir mão deles!

Chapadinha do futuro

Dados estatísticos podem revelar algumas coisas interessantes, principalmente no que diz respeito ao bem-estar da população.

Somente 58,66% da população de Chapadinha dispõe de energia elétrica. Lendo de maneira inversa, mais de 40% vivem ainda no

século XIX, à luz do lampião. Metade do consumo é das residências, seguida do comércio, com 14%. A indústria consome menos de 2%. A prevalência das residências e o consumo pífio das indústrias revelam o perfil chapadinhense: a população habita e praticamente nada produz.

A inexistência de políticas municipais de desenvolvimento industrial incorrerão, a longo prazo, em conseqüências funestas. A arrecadação municipal atual é baseada somente no comércio, que nem ao menos consegue reter os investimentos federais pela sua baixa qualidade e falta de regularização, algo exigido nas concorrências públicas. Assim, dos milhões atualmente investidos em Chapadinha, pouco ficará aqui no município. A maior parte das compras públicas continuará sendo efetuada fora daqui.

Os gestores públicos esquecem que repasses federais ou os programas de transferência de renda, como o bolsa-família que no ano passado distribuiu recursos na ordem de R\$ 8 milhões somente em Chapadinha, são pensados como algo finito, necessariamente acabarão mais adiante, num prazo mais ou menos longo.

Reduzir as atividades econômicas de Chapadinha às verbas que vêm de fora, além de perigoso, pois podem ser diminuídas ou mesmo cortadas a qualquer momento, é algo injusto com os demais municípios do país, que produzem mas são obrigados a repassar parte do lucro a outros, como Chapadinha, através dos impostos.

Deverá chegar o tempo em que a Chapada das Mulatas também contribua para o progresso brasileiro, através de uma produção maior. Caso contrário, ficará difícil romper a barreira da miserabilidade atual. E isso se faz com políticas públicas cujos responsáveis são os gestores municipais.

PS: fomentar o carnaval é importante na medida em que atraia foliões dispostos em deixar aqui algum dinheiro. Contudo, são poucos dias no ano que isso ocorre. Há de se pensar em outras alternativas.

Dados educacionais de Chapadinha

O I Fórum de Educação do ISCDE ensaja pensar sobre a qualidade educacional que se oferece em Chapadinha, principalmente nas escolas municipais. Dados estatísticos revelam porque o município tem e terá dificuldades para enfrentar a miserabilidade em que se encontra atualmente, algo visto, por exemplo, nos índices de desocupação e sub-ocupação.

No ensino pré-escolar (3-6 anos), existem 2.769 crianças matriculadas, muito aquém das 4.472 existentes nesta idade, segundo dados do Censo de 2000. Soma-se as 6.273 crianças até os 3 anos e o número ultrapassa os 10 mil.

No ensino fundamental, são 18.227 alunos. Dos 734 professores, 81,4% tem ensino médio e somente 1,2% tem ensino superior. Isso explica, em parte, a taxa de repetência que ultrapassa 22%. Dito de outra forma, de cada 10 alunos, 2 repetem a série em que estão, índice que faz com que 30% se encontrem fora de sua faixa etária escolar correta.

Claro que o fato dos professores não terem formação não o único motivo para a repetência. Todavia, é lógico pensar que professores que não tiveram formação específica para dar aula encontrarão, necessariamente, maiores dificuldade para ensinar.

No ensino médio, o índice de professores com formação superior aumenta significativamente, para quase 30%. Em contrapartida, a taxa de repetência diminui para 7,6%. Mesmo assim, de cada 10 professores que ministram aulas no ensino médio, 7 terminaram apenas o próprio ensino médio. Grande parte desses professores deve estar cursando a faculdade, mas a pesquisa do IBGE não revela esse dado.

A consequência desse descaso histórico com a educação pode ser vista na instrução dos eleitores extremamente baixa: 25% analfabetos, 29% lêem e escrevem, 29% tem apenas o ensino fundamental incompleto.

Isso ainda que são dados quantitativos. A realização de pesquisas qualitativas –adequação das instalações, material didático, acesso a computadores e a internet, etc. – poderão revelar outros agravantes.

Emergência vs. PSF

O atendimento de emergência em saúde é precário em todo país. Contudo, agrava-se aqui em Chapadinha por razões que a própria razão desconhece.

Minha esposa teve uma alergia de pele. Fomos no hospital estadual, dobrando ali na praça da Bandeira. Na primeira vez, o médico receitou uma pomada e disse que dali a 1 dia estaria melhor. No dia seguinte, agravou o problema. Voltamos ao hospital e outro médico atendeu, receitou injeção e outra pomada.

No terceiro dia sem resolução, resolvemos procurar outro médico. Indicaram a Andréia Sanches, que nos atendeu no Posto de Saúde do bairro da Cruz, através do Programa de Saúde da Família (PSF).

A diferença foi visível, por um simples motivo. Enquanto na emergência, o médico muda diariamente, no PSF será sempre o mesmo ou pelo menos se sabe quando o que atendeu pela primeira vez estará lá de novo.

Pode parecer bobagem, mas essa é a uma das razões do sucesso do PSF em todo país. Como o próprio médico sabe que estará lá nas semanas seguintes e em horários pré-agendados, não “despacha” pacientes, como na emergência. Ao contrário, empenha-se em dar o melhor tratamento para que o paciente se cure e não precise voltar ali ou procurar outros médicos. Além disso, faz um trabalho preventivo e não posterga a cura da doença.

Por isso cada vez mais se investe em novos PSF ao invés de mais emergências. É a medicina preventiva que ganha o terreno da medicina curativa.

Quanto custou o voto a prefeito e vereança?

Nas eleições municipais de 2004, os três candidatos a prefeito gastaram juntos R\$ 254 mil. Somente o prefeito Magno Augusto Bacelar Nunes, eleito com 16 mil votos, gastou quase 90% desse valor (R\$ 227.774,00), equivalente a R\$ 14,10 por voto.

Em termos percentuais, esse valor foi de 68% de tudo que foi gasto na campanha eleitoral em Chapadinha, incluído aí os 89 candidatos a vereador que somaram R\$ 79.419,00.

O prefeito eleito também aparece como maior doador de campanha, com R\$ 69 mil.

A candidata a vereadora do PSDC, Danubia Carneiro (atualmente Secretária da Ação Social), foi a que mais gastou, totalizando R\$ 12 mil ou 15% da soma de todos candidatos a vereança. Apesar do gasto, ficou na suplência, atingindo 931 votos, equivalente a R\$ 12,90 por voto, disparada a mais alta relação entre os candidatos a vereador. Ela mesmo declarou ter doado R\$ 5.250,00 para a campanha eleitoral.

Em seguida, os que mais gastaram foram Emerson Aguiar (PTB), com R\$ 7.183,00 (suplente), Raimundo Santos Filho (PHS) R\$ 6.940,00 (eleito pela legenda), Orinaldo Araújo (PTB) R\$ 6.730,00 (eleito), Luis Meireles (PV) R\$ 5.890,00 (eleito pela legenda), Aldy Saraiva Junior (PP) R\$ 5.700,00 (suplente), Francisco Lima (PSB), R\$ 5.250,00 (suplente), Geisa Lobo (PSB) R\$ 5.200,00 (eleito), Antonio Aguiar (PTB) R\$ 5.000,00 (eleito), Francisca Aguiar (PV) R\$ 4.500,00 (eleito), Franca Pereira (PP) R\$ 4.100,00 (eleito), Márcia Rocha (PC do B) R\$ 4.100,00 (suplente), Raimundo Gonçalves (PV) R\$ 2.450,00 (suplente).

Na relação receita por voto, os eleitos que tiveram os menores valores foram Samuel Lima (PSC) que gastou R\$ 1.580,00 no total (R\$ 1,48), Raimunda Vasconcelos (PP) R\$ 1.050,00 (R\$ 0,94) e Marcelo Meneses (PSDB) R\$ 1.036,00 (R\$ 1,21).

Os demais candidatos declararam gasto menores que R\$ 1 mil em suas campanhas.

Votos para candidatos, não partidos

Na última eleição, o brasileiro não votou em partidos mas nos candidatos. Importou mais as pessoas do que suas agremiações políticas. Essa é a conclusão que se chega quando confrontam-se os votos dados na eleição proporcional e na majoritária.

O chamado voto personificado, atribuído não às idéias dos partidos, mas à pessoa que concorre, pode ser explicado pela estrutura partidária do Brasil, com diversas siglas que escondem a ideologia dos seus partidários, se é que alguém as tem. Também pode ser reflexo do contexto histórico nacional, engatinhando em termos de democracia plena e participativa, onde muitos ainda não são cidadãos de direito e aqueles que são preferem, com raras exceções, outorgar o debate e as decisões aos que se lançam na aventura partidária.

No 1º turno, os candidatos a presidente somaram 29.493 votos em Chapadinha. Para governador, a soma resultou em 28.310, mais de 1 mil votos a menos (-4%). No 2º turno a situação se inverteu. Lula e Alckmin tiveram, juntos, 29.497 votos, enquanto Jackson Lago e Roseane Sarney somaram quase 1% a mais, totalizando 29.736 votos. Em relação ao Senado, a soma dos nove candidatos foi de 26.294, 89% dos votos computados a presidente e 92% ao dos governadores.

Quando se analisam os votos dos deputados, agrava-se a incoerência ideológica. Aqui só entra o 1º turno porque no 2º turno as coligações são mantidas oficialmente mas existem os apoios informais, tornando difícil precisar a migração dos votos.

A candidata Roseane Sarney fez 9.972 votos em Chapadinha, mas os partidos que compuseram sua coligação (PP-PTB-PMDB-PTN-PSC-PL- PFL-PRTB-PHS-PV-PRP) somaram, para deputado federal, 13.627 votos ou 36% a mais. Mais de um terço do eleitorado que votou em candidatos que apoiavam oficialmente Roseane Sarney não votou nela.

Para deputado estadual a situação foi inversa. Os candidatos da coligação somaram 1.853 votos, 18% da majoritária e 13% dada aos federais.

O candidato Jackson Lago teve 9.902 votos. Os candidatos a deputado federal que concorreram em sua coligação (PDT-PPS-PAN) somaram apenas 887 votos, 9% dos dados na majoritária. Neste caso, Jackson Lago mal conseguiu com que 1 em cada 10 eleitores votassem nele e nos candidatos da sua coligação.

Já para deputado estadual, os candidatos da coligação somaram 6.046 votos, 61% dos dados para governador, número bem maior mas mesmo assim abaixo da majoritária.

Outro exemplo é o de Edson Vidigal, que obteve 7.644 votos, enquanto os candidatos da sua coligação (PRB-PT-PMN-PSB-PC do B) somaram menos da metade, 3.153 votos ou 41%. O disparate é visível no cômputo de votos para deputado estadual, que totalizaram 10.212, 33% a mais que na majoritária e 323% a mais que os votos dados a deputado federal.

Dos que concorreram sem coligação, o PSDB teve o maior desequilíbrio. Anderson Lago fez 909 votos, enquanto os candidatos a deputado federal de seu partido obtiveram 7.231 votos. De cada 10 votos dados ao PSDB, somente 1 foi dado a Anderson Lago. No caso da disputa para deputado estadual, os candidatos somaram 3.681 votos.

Restaurante Nota 1000 ou Nota 10?

A inauguração do espaço para abrigar as mulheres que serviam comida na rua foi uma iniciativa louvável. Todavia, é questionável a denominação dada ao espaço: Restaurante Popular Nota 1000. Não teria problema algum se o prefeito municipal não fosse conhecido (e mesmo se auto-denominasse) por Nota 10. A conexão entre os nomes é clara, o que resulta na personificação de uma obra pública. Algo que ajuda a confundir a pessoa com o cargo político que ocupa.

Talvez fosse melhor manter a antiga denominação: Beco do rasga-calcinha. Ao menos estaria se preservando a história local.



Água de beber, água de tomar, água vai faltar...

O Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) advertiu recentemente que nas próximas duas décadas mais da metade da população mundial enfrentará de escassez de água. Aqui em Chapadinha, o consumo de água beira a precariedade. De cada 10 domicílios, somente 6 têm água encanada. No Sul e Sudeste, é 9/10 e mesmo no Nordeste é 8/10. Em outras palavras, muitas pessoas são obrigadas a acordar de madrugada para buscar água de balde.

Quando é em bicas públicas, gera-se dependência, uma vez que muitos políticos posam de responsáveis por fornecer o benefício que é algo de direito do cidadão. Quando é em poços particulares,

gera-se dependência econômica. Não há como atrasar a contribuição mensal; no mesmo instante o fornecimento é cortado. Quando é em córregos, proliferam as doenças que vão resultar em custos excessivamente maiores a longo prazo, através das internações hospitalares e mortalidades precoces.

Para mudar esse quadro, o Governo Federal vem investindo pesado nos municípios, embora, na maioria das vezes, prefeitos e vereadores coloquem-se como aqueles que beneficiaram tais obras. Isso quando não desviam as verbas.

No dia 22 de março, o Dia Mundial da Água terá o tema “Como evitar a falta de água”. A data pretende ressaltar a necessidade de maior cooperação internacional para evitar o desperdício dos recursos.

E não basta falar em conscientização da população. É imprescindível que a Companhia de Água e Esgotos do Maranhão – CAEMA, instale hidrômetros em toda cidade. Não há como pedir que o consumidor seja racional cobrando somente a taxa mínima. A justiça social passa pela justiça tributária: quem mais usa, mais paga. A longo prazo será preciso rever nosso padrão de consumo. Gastar 15 mil litros de água para poder comer 1 quilo de carne de boi é insanidade. Há de se ter alternativas

Isso é carnaval?

Confesso que fiquei meio frustrado com o carnaval de Chapadinha. Cansei de ouvir que aqui seria o melhor carnaval do Maranhão, algo para se orgulhar. Pensei que a cidade dobraria de tamanho, tal a ocorrência dos foliões de fora.

Frustração porque aquela idéia de mega-evento não se concretizou. Certamente eu imaginei algo muito extraordinário, sei lá, com quilômetros de avenidas lotadas de pessoas, tal como se vê em outros centros. Afinal, se era pra ser o melhor carnaval do Estado, ao menos tinha que ter vindo mais gente.

A impressão que tive foi de uma festa mediana. Algumas centenas de pessoas ali na praça do coreto, dançando ao som de músicas que

nada tinham de carnavalescas. Outras na praça da Bíblia, embaladas pelos automóveis com complexo de caminhão trio-elétrico, aqueles que entopem os porta-malas com potentes alto-falantes. O palco montado na avenida Ataliba Almeida atraiu mais pessoas, embora nada de extraordinário. Decerto que o maior agito foi no clube Aldeota e nos trio-elétricos, onde só dança quem compra ingresso ou o tal abadá.

Passado os festejos carnavalescos, é de se pensar nos benefícios que os foliões de fora trouxeram a Chapadinha. Lixo eu vi que produziram bastante. Decerto que gastaram nos mercadinhos e farmácias da cidade, mas como poucos fornecem nota fiscal o retorno é quase nulo. Os que alugam casas devem ter lucrado, embora a lotação dos domicílios extrapole o triplo de pessoas. Casas para 5 ou 6 acomodaram mais de 20.



Se é pra ter carnaval de verdade, para dar lucro (algo que Rio de Janeiro, Salvador, Olinda e outros lugares já descobriram), é necessário maior profissionalização, principalmente por parte do Poder Público e dos empresários de Chapadinha.

Para os políticos, é muito pouco montar o palco na avenida Ataliba Almeida ou mesmo patrocinar festas, seja com dinheiro privado ou público. Aliás, já falei aqui, se for patrocínio privado, que se vincule “Dr. Magno Bacelar”; se for dinheiro público, o correto é “Prefeitura Municipal de Chapadinha”. Entendo que jogar na mídia – “patrocínio Prefeito Municipal Dr. Magno Bacelar” – não passa a idéia de gestor público mas um produto que se compra. E não foi só ele, teve também um deputado, cujo nome não reti na memória. Ao Poder Público, cabe prover de infra-estrutura a cidade, uma mega-operação antes do evento, envolvendo do espaço propício à decoração adequada.

Aos empresários, exige-se maior dinamismo, para que o público de fora realmente deixe aqui um bom dinheiro. Não compre somente bebidas alcoólicas, mas roupas, sapatos, comida, souvenirs, etc.

O que é mais importante já se tem: vontade de muitos virem pra cá no carnaval. Falta algo mais, para que se possa chamar, verdadeiramente, de maior carnaval do Maranhão.

Imagem dos festejos na avenida Ataliba Almeida. A chuva fez muitos foliões irem pra casa mais cedo.

Publicidade pública: gestor ou manequim?

Outra coisa importante no artigo 37 da Constituição Federal é a questão da publicidade pública. O inciso XXII § 1º traz explicitamente que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Em outras palavras, toda propaganda oficial, paga com verbas públicas, não pode explicitar o nome do gestor, seja ele prefeito municipal, governador de Estado ou presidente da República.

Fica aqui o alerta: toda propaganda que denotar mais a figura pessoal do chefe, em detrimento ao fato em si, está colidindo com a Lei, portanto deve ser, no mínimo, repudiada. E isso vale para as propagandas travestidas em forma de reportagem na chamada imprensa “chapa branca”.

Concurso público ou CC's?

Aqueles que desconhecem suas próprias leis são facilmente manipuláveis. Em visto disso, segue aqui algumas questões importantes da Constituição Federal de 1988, lei que vale, para quem não sabe ou se faz de insosso, para todo país, acima das demais legislações, seja federal, estadual ou mesmo municipal.

O artigo 37 trata da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Seu caput traz que devem ser obedecidos os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O inciso II estabelece que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, com exceção das nomeações para cargos em comissão (CC's) que têm livre nomeação e exoneração. O inciso V limita esses cargos às funções de direção, chefia e assessoramento, somente a esses e nada mais.

Mas uma brecha na Lei permite o pandemônio na administração pública: o ato é anulado e a autoridade punida (cf. § 2º do inciso XXII) somente se não cumprir o inciso II (exigência do concurso) e não o inciso V, que limita aos cargos de direção, chefia e assessoramento.

Em tese, cargos de motorista, agentes de trânsito e servente, pra citar os mais básicos, não poderiam ser ocupados por CC's e sim por concurso público. Por não estar explicitado o inciso V, a maioria dos gestores deixa de realizar concurso sob alegação de inchar a

máquina, mas contratam funcionários aos milhares, colocando-os como CC's ou contratos emergenciais (no caso de professoras).

Procedendo dessa forma, perpetuam antigas práticas eleitoreiras, como o apadrinhamento político. Por isso que a cada troca de governo, existe a briga pelos cargos, que acabam ocupados por aqueles que apoiaram o candidato vencedor. Prática que colidem frontalmente com os princípios de impessoalidade, moralidade e eficiência.

Por quem os sinos dobram?

O sino é um instrumento, em geral de bronze, obcônico, que tem uma sonoridade mais ou menos aguda, de acordo com o tamanho e a espessura, e pode ser percutido na superfície interna por um badalo, ou na externa por um martelo.

Desde épocas remotas, os sinos são instalados em torres e campanários. Naquele tempo, ele era o meio mais eficiente de comunicação: incêndios, hora do dia e falecimentos; a comunidade tomava conhecimento instantaneamente dos acontecimentos. Como poucos possuíam relógios e todos conheciam seus doentes, quando os sinos de uma igreja badalavam fúnebremente, sabia-se quem tinha falecido.

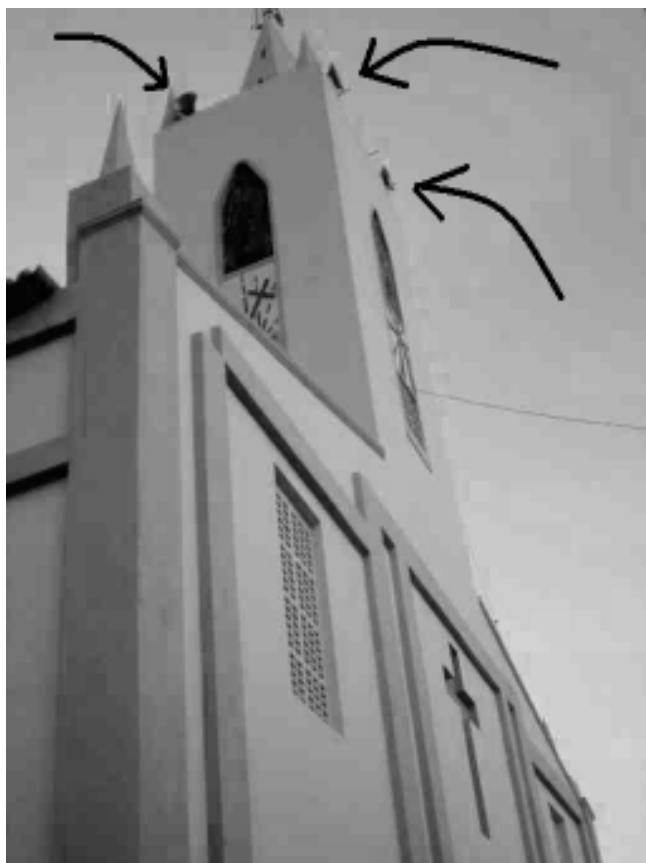
Hoje, os sinos podem gemer funériamente e não se fica sabendo quem morreu. Ouve-se o “dong-dong” e não se têm a mínima idéia de quem foi o vivente, ou melhor dito, o morrente. Além do mais, com estações de rádio para notificar o infausto, não há necessidade do badalar lúgubre, irritante e assustador, repicando nos ouvidos como uma tortura mental.

Com o advento do relógio de pulso, o repicar dos sinos acabou ficando só como auxílio para a poluição sonora urbana, algo irritante. Se antes a comunidade se dividia basicamente em duas grandes religiões, e o sino servia de maneira espetacular para chamar os fiéis para a missa domingueira, hoje ele está na categoria das “coisas que incomodam os ouvidos”, junto com os carros de mensagem ao

vivo e os automóveis com complexo de caminhão trio-elétrico, aqueles que entopem os porta-malas com potentes alto-falantes.

Toda religião deve ser respeitada na sua fé, crença, costumes e tudo o mais. Em contrapartida, todas religiões devem ter um mínimo de urbanidade. Não adianta pregar contra o som em frente a igreja se no templo religioso se promove gritaria que assusta deuses, demônios, vizinhos e infiéis, não necessariamente nesta ordem, ou ainda se deixa tocar durante horas a fio uma música incômoda do lado de fora da igreja, pensando em trazer harmonia ao ambiente.

Em todos os caos, o direito de produzir o som deve levar em conta o direito daqueles que não querem ouvi-lo.



Existe lei regulamentando a poluição sonora. O Código de Posturas (Lei 471/78) proíbe sons excessivos “evitáveis” (art. 65), tais como: automóveis com surdina aberta, buzinas, fogos de artifício e propaganda com alto-falantes ou batiques sem autorização.

Engraçado que as igrejas podem tocar o sino entre as 5 h e as 22 h (art. 66), como se o barulho do sino também não incomodasse. O mais engraçado ainda é que muitas igrejas de Chapadinha substituíram o sino por alto-falantes instalados no campanário.

Importa que com ou sem sino, a comunidade ao redor das igrejas já não é mais constituída exclusivamente de crentes. Por isso, tocar um barulho “infernai” é repelir mais possíveis fiéis do que atrair os já existentes para uma casa que se quer de Deus...

Na igreja da praça central, 3 alto-falantes chamam os fiéis. Mas será que todos que estão no centro são católicos?

Futebol sem caráter

Sou leigo em termos de futebol, ao menos nas questões desportivas, no que se refere a quem joga, como e porquê joga. Não é um esporte que me chame a atenção. Aliás, não me desperta nenhuma emoção. Minha indiferença vem da infância, quando meu pai me levou na escolinha de futebol e me puseram pra bater um pênalti. Chutei a bola com tamanha força que nem chegou ao goleiro. Depois disso fui praticar natação e handebol.

O futebol profissional deixou de ser um esporte há muito tempo. Virou espetáculo. Por esta razão, desperta paixões ao invés de potencializar emoções; traz fanatismo ao invés de engajamento. Diferente do futebol que se joga por diversão, em peladas nos campinhos de terra batida, futebol esse que é o verdadeiro esporte, que milhões praticam não para tornarem-se craques, mas com sentido de identidade e pertencimento ao grupo.

O futebol espetáculo é alimentado essencialmente pela mídia, que persegue os craques, fazendo deles estrelas. Por isso saber o que comeram, onde passearam, com quem estão namorando, essas

coisas que só alimentam o senso comum.

Confundindo informação com publicidade e propaganda, a mídia torna-se refém dos grandes anunciantes, razão pela qual fomenta o futebol espetáculo, para agradar o público, que consome avidamente noticiários para saber tudo dos seus ídolos. A própria idolatria ou endeusamento que se devota aos jogadores é razão para que se perceba a profunda insensatez presente nesta relação.

Os ídolos do futebol praticamente monopolizam o que se passa na televisão desportiva, enquanto os outros esportes, como vôlei, natação, basquete ou atletismo, não recebem quase nenhum destaque. O futebol profissional virou sonho de muitos meninos. Todavia, esse mesmo futebol dá chance para meia dúzia, enquanto relega 99,99% ao completo esquecimento e frustração.

Se o desejo é a prática do esporte, como justificam alguns, porque a maior parte das crianças e adolescentes é direcionada para o futebol? Alimentam-se os sonhos de glórias? Então a idéia é praticar esporte não para ser alguém melhor na vida, mas para melhorar de vida. Esse tipo de futebol, da maneira como se apresenta, não traz o senso de equipe e grupo, responsabilidade e solidariedade, que são os fundamentos dos desportistas. Mas o individualismo, que leva a passar por cima de tudo e de todos para se alcançar os objetivos.

Em verdade, esse futebol sem caráter é a essência da sociedade brasileira: excludente em suas origens, individualista em suas atitudes, onde o outro é considerado alguém inferior, por isso mesmo pode ser subjugado.

Todo esse fanatismo futebolístico, alimentado pela população, fomentado pelos meios de comunicação, aparece como sub-produto duma sociedade ocidental que venera ídolos mas não tem amor próprio.

Futebol profissional sem caráter, algo tipicamente brasileiro.

A maioria das notícias sobre Chapadinha, publicadas na imprensa e reproduzidas na internet são sobre futebol. Não é a toa o

envolvimento de políticos no espetáculo. Mas será que a cidade não tem mais nada a mostrar?



Direito de opinar

Assisti somente parte do debate na emissora local da Band, com o prefeito Magno Bacelar, onde entrou a discussão sobre o carnaval e, nesse contexto, foi criticada a opinião que expressei aqui (Isso é carnaval?), sobre o carnaval de Chapadinha.

Reafirmo o que escrevi: fiquei frustrado com o carnaval local, para mim uma festa mediana; questiono os benefícios que os foliões de fora trouxeram; acredito na necessidade de maior profissionalização por parte do Poder Público e dos empresários; vejo como complicado vincular entre os patrocinadores "Dr. Magno Bacelar" ao invés de "Prefeitura Municipal de Chapadinha", ainda mais se o dinheiro for dos cofres públicos (de fato desconheço a procedência, embora isso

seja detalhe); entre outras coisas.

Agora, vejo com bons olhos o fato de existir essa discussão com a presença do prefeito, ainda mais numa televisão aberta. Inclusive, aceito toda e qualquer crítica feita sobre a minha opinião, pois isso é liberdade de opinião. Aliás, para quem não sabe, o artigo 5º da Constituição Federal, em vigor para todo Brasil, inciso IV, garante a livre manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato (por isso a minha foto no blog).

Aos poucos Chapadinha começa a se acostumar com essa diversidade de opiniões. Falem bem ou falem mal, o que importa é que todos tenham direito de opinar.

Patrocínio no abadá

A minha afirmação que mais gerou polêmica foi de que o Carnaval em Chapadinha era usado com fins de promoção política. A imagem acima dá uma idéia disso.



Pergunto aos meus botões: será que não fere o princípio da publicidade pública que fala o artigo 37 da Constituição Federal? O inciso XXII § 1º reprova a promoção pessoal de autoridades. Será que é correto um prefeito e um deputado patrocinarem algo e colocarem seus nomes nas camisetas e comerciais de TV?

Desrespeito no trânsito

Exemplar a iniciativa da Promotora Pública, Doracy Moreira Reis, no episódio do trânsito. O motoqueiro, menor de idade segundo a reportagem da Mirante, além de desrespeitar a sinalização, teria desdenhado o chamado do agente municipal. Como estava próximo do local e assistia a tudo, a Promotora orientou que fosse apreendido o veículo e o condutor e proprietário levados para a delegacia.

Isso é básico em qualquer sociedade. As leis serão cumpridas no momento em que começarem a punir os transgressores. A orientação no trânsito vai dar lugar às multas e apreensões. Mas aos poucos as regras serão respeitadas.

Crimes que fazem pensar sobre a menoridade penal

A TV Mirante noticiou o caso do comerciante assassinado por causa meros R\$ 5,50, crime ocorrido na localidade de Muquém, a 12 km de Chapadinha, zona rural de Mata Roma. De acordo com a polícia, quatro pessoas estariam envolvidas, entre elas dois menores que confessaram o crime. O pai de um deles, suspeito de ter participado, desapareceu depois do ocorrido.

Segundo a reportagem da TV Mirante, o que teria motivado o bárbaro crime foi a desavença entre o comerciante e um dos menores. Em depoimento, o menor afirmou que o comerciante ficava cobrando em público a pequena soma: “Ele vivia dizendo pra todo mundo que eu devia ele. Eu fui lá e disse pra ele que ia pagar e não precisava mais ele ficar dizendo pra ninguém que eu tava devendo. Ele perguntou se eu queria era brigar e me deu um murro. Eu corri em casa, peguei uma faca e meti nele”.

Na delegacia, negou que o pai dele, visto com facão na mão na hora da confusão, teria entrado na confusão e ajudado a matar o comerciante. Decerto falou isso já pensando em livrar o pai da culpa e fazer recair sobre ele, por saber que recebe tratamento diferenciado pela legislação.

O crime reacende localmente a questão da legislação sobre

menoridade penal, que trata de maneira diferente os infratores menores de 18 anos. Não é de hoje o desejo de muitos, principalmente os mais abastados, em diminuir para 16 anos a idade para sofrer penalidades de adultos.

Pessoalmente sou contra essa solução que julgo simplista, por acreditar que se estaria enviando mais cedo os infratores para a vulgarmente chamada "universidade do crime", as prisões desse país. Também não acredito na visão unilateral de que somente a educação preventiva mudará a situação.

A criminalidade tem que ser vista numa ótica mais complexa:

1. Crimes continuarão existindo, com legislação penal facilitadora ou rígida. O que não se pode é banalizá-los, fazendo deles lugar-comum;
2. Investir no bem-estar dos indivíduos (educação, saúde, renda, etc.) é essencial em qualquer sociedade que se quer avançada. O Brasil está distante de atender as condições mínimas, o que prolongará as conseqüências para futuro ainda distante;
3. É necessário uma legislação mais rígida, algo que não depende somente da Justiça ou dos políticos, mas principalmente da pressão das comunidades afetadas. Pressão também por maiores investimentos em presídios, para dar dignidade aos condenados, pois sem isso dificilmente eles voltarão à normalidade do convívio social;

Som automotivo: falta urbanidade

Aqui em Chapadinha ainda é aceitável os automóveis terem aparelhagem de som com grande potência no porta-malas, o que chamo de complexo de caminhão trio-elétrico. Isso é a legítima coisa que demonstra uma baixa urbanidade, pois desrespeita o espaço do outro, assim como queimar lixo, criar porco ou colocar mercadorias nas calçadas.

Em que pese o fato de existir legislação para coibir esse desrespeito ao espaço público – a Lei Municipal n.471 de 30 de junho de 1978

já traz, em seu artigo 65, uma série de proibições com relação ao barulho – por enquanto, a comunidade não pressiona os órgãos públicos e esses, ao que parece, não fiscalizam o som automotivo excessivo.

Mesmo inexistindo pressão popular, é muito provável que o Ministério Público assuma, por iniciativa própria, a exigência do cumprimento desta legislação. A Promotoria poderá, logo logo, exigir que a Polícia Militar fiscalize o abuso do som automotivo.

O primeiro passo será a orientação para que os veículos não excedam o volume nas vias públicas. Como a mentalidade é difícil de mudar, provavelmente a polícia se verá obrigada a recolher o equipamento, que facilmente ultrapassa os R\$ 2 mil, apreender o veículo e retirar dele CD e caixas de som, para servirem de prova ao processo que deverá ser instaurado.

O caminho para a urbanidade é lento e gradual, se dá passo-a-passo, com avanços e recuos. Embora alguns acreditem que não, é inexorável a melhora do convívio comunitário. A isto se dá o nome de civilidade...

Turismo litorâneo? Sem estradas?

O Secretário Estadual da Indústria e Comércio, Júlio Noronha, teria estado em Parnaíba/PI e Chapadinha para tratar sobre o projeto Roteiro Turístico Integrado, organizado pelos escritórios do Sebrae do Maranhão, Piauí e Ceará. Em pauta, a atração de turistas para os três Estados.

Em Chapadinha, o secretário teria se reunido, no prédio do Banco do Nordeste, com empresários, entidades de classe e lideranças políticas da região do Baixo Parnaíba, para apresentar os projetos e programas da Secretaria até 2010.

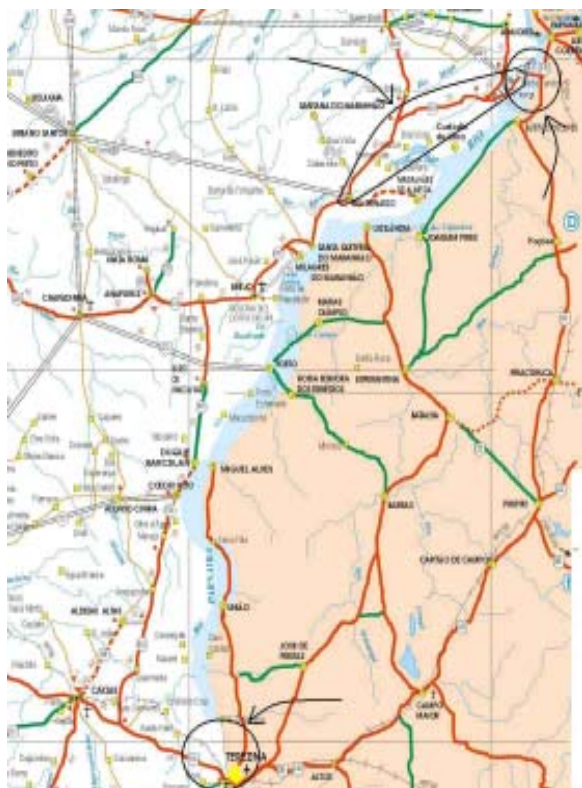
Interessante a iniciativa. Todavia, antes de pensar em fomentar o turismo na região do Baixo Parnaíba, será preciso asfaltar novamente a rodovia MA-034, a partir de São Bernardo até a ponte que liga à Parnaíba. O trecho está simplesmente intransitável, com enormes

buracos a cada 10 ou 20 metros. Ou então arrancar o asfalto e deixar novamente chão batido.

Aliás, por conta do abandono desse trecho, praticamente inexistente ligação completa de asfalto entre o Piauí e Chapadinha, a não ser que o turista pretenda ir até Teresina e de lá direto a São Luis, passando por Caxias, Peritoró, São Mateus do Maranhão, Miranda do Norte e ao largo de Itapecurú.

Em outras palavras, não existe estradas decentes asfaltadas que liguem todo Leste Maranhense, que inclui o Baixo Parnaíba e Chapadinha, ao Estado vizinho do Piauí.

Assim sendo, falar de turismo nessa região é usar da retórica, discurso empolado ou pomposo, feito de forma primorosa, porém vazio de conteúdo, algo que os políticos sabem muito bem...



Pela imagem do mapa é possível perceber a inexistência de ligações diretas entre o Piauí e o Maranhão, a não ser a de Teresina e de Parnaíba, mas como o trecho Parnaíba-São Bernardo está intransitável, resta somente o de Teresina como opção viável.

As linhas vermelhas seriam as estradas asfaltadas; as verdes estradas de terra; as pontilhadas projetadas. Os três círculos marcam os acessos entre os dois Estados. No maior deles, a estrada intransponível.

Mais um doutô no mundo!?

Nada melhor do que uma viagem mais longa para limpar a agenda, cumprir todos compromissos assumidos e não marcar mais nada antes da volta. Estou indo para o Rio Grande do Sul, defender minha tese de doutorado em História. Finalmente, se Deus quiser e a banca assim entender, me tornarei "doutô".

Aliás, a utilização da expressão "doutor" antes dos nomes tem lá suas controvérsias. Os bacharéis em Direito insistem em se auto-denominarem de doutores, isso já nos primeiros semestres da graduação. Alegam que Dom Pedro I instituiu a obrigatoriedade por força de Lei. Engraçado que, de lá pra cá, a Constituição mudou inúmeras vezes e nunca consagrou nos novos textos esse equívoco. Em Direito, doutores de verdade são pouquíssimos no país.

O texto da comunidade do orkut "Advogado não é doutor!", esclarece o assunto:

Um Decreto Imperial (DIM), de 01/08/1825, pelo Chefe de Governo Dom Pedro I, deu origem a Lei do Império de 11/08/1827. A Lei do Império criou o curso de Direito e afirmou que os acadêmicos que terminassem o curso de Direito seriam bacharéis. O título de Doutor seria destinado aos habilitados nos estatutos futuros (como o Estatuto da OAB). Porém, o atual Estatuto da Advocacia não diz nada a respeito!

Muita gente (advogados, claro) dizem que tal legislação não estaria revogada. Mas se esquecem que existe uma espécie de revogação, chamada de revogação TACITA.

Isso porque, toda e qualquer legislação extravagante sobre a profissão do advogado (seja do Império, seja da Republica), foi tacitamente revogada pelo Estatuto da Advocacia, que tratou a matéria de forma ampla e completa.

Alem disso, a concessão de títulos de doutor ou mestre é tratada pela a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96).

Outros que se auto-denominam doutores são os da área da saúde, principalmente médicos e dentistas. Alegam que o amansa-burro consagra essa prática. O prefeito, por exemplo, não abandonou o diminutivo "dr.", mesmo não estando mais clinicando. Isso é até natural, visto que o camarada que mete-se na política pega o costume de chamar todos de doutor ou "nobre".

Eu pessoalmente não tenho nada contra usar essas denominações. Se tem pais que dão nomes estranhíssimos para os filhos – Orozimbo, Ebenézer e Pericleves – se auto-intitular doutor é o de menos.

Digo mais, acredito que quem chega a defender um doutorado, não precisa incorporar a seu nome o título, pois o que mais lhe importa é a especialização adquirida e não o diploma. Especialização essa que falta aos falsos "doutores"...



Quem desses você chamaria de doutor? Nem o primeiro, nem o segundo, nem o terceiro. Doutor mesmo é o professor André, da Botânica da UFMA, 100% legítimo...

Tô chegando...

Depois de quase 15 dias fora de Chapadinha, estou chegando de volta. Por conta dessa ausência, pude incluir muito pouca coisa aqui no blog. Que me perdoem todos por isso.

O que importa é que greve de controladores, atrasos e cancelamentos de vôos, nada vai me impedir de voltar são e salvo, ainda mais que agora sou doutô...

Vou me embora prenda minha, tenho muito que fazer, vou me embora pra Chapadinha, terra do meu bem querer!!

Dificuldades pra chegar em Chapadinha

Parece que não chegou ao interior do Maranhão a noção do que venha a ser serviço de qualidade em transporte público. As dificuldades para vir a Chapadinha, por exemplo, começam na ligação para a rodoviária. Em qualquer capital, existem sites das rodoviárias que inclusive vendem a passagem pela internet. Na rodoviária de São Luis não há sequer alguém para dar informação por telefone no horário das 12 h às 14 h, quando o atendente sai pra almoçar. Como se ninguém precisasse de ônibus nesse horário.

A quantidade de saídas é insuficiente para atender o público. O argumento de que as vans particulares esvaziaram os ônibus é inconsistente, porque liguei às 13 h e só tinha 8 lugares vagos num ônibus que saía às 15 h.

Para quem se aventura a vir de van passa por situações inadmissíveis. Eu já tinha ido, junto com um colega, de Chapadinha pra São Luis numa van quase direta. Digo “quase” porque só parou em Vargem Grande para apanhar um passageiro e Itapecuru para 10 min de descanso. A viagem tinha sido relativamente confortável, se não fosse a direção imprudente do motorista, algo que causava ânsia de vômito para quem ia nos últimos bancos, como era meu caso. Por essa razão e pela falta de manutenção dos veículos ocorrem tantos acidentes com essas vans.

Mas a vinda de van de São Luis a Chapadinha foi definitivamente inconcebível. Primeiro porque não era nem “quase” direta. Parava literalmente em inúmeros pontos, para que o motorista tentasse convencer o pessoal a embarcar. E embarcavam mesmo, nem que fosse para percorrer alguns poucos quilômetros e descer logo adiante. E nesse sobe-desce alguns carregavam e descarregavam sacos de mantimentos, o que atrasava ainda mais a viagem.

Lotação era algo pra inglês ver. Tinha horas que parecia que o veículo não sairia do lugar, de tanta gente. Somente próximo da polícia rodoviária é que o motorista se lembrava que ninguém poderia viajar em pé. Logo depois, enchia de novo o carro. Quem sabe se a

polícia fizesse blitz esporádicas ao longo da rodovia isso não ocorreria. Depois dá acidente e Deus assim quis.

Chapadinha já tem uma Universidade Federal que vai atrair estudantes de outras localidades, muitas distantes daqui. Ter um serviço decente de transporte intermunicipal é algo desejável e necessário, porque a idéia é simples: não se vai para um lugar onde não exista condições. E isso cabe às autoridades, de políticos a promotores, passando pela prefeitura e outros órgãos que podem e devem pressionar e todos os sentidos. Fica aqui o alerta...

Táxis cobram pela cara do sujeito

Cheguei na rodoviária de Chapadinha e tive de pegar um táxi pra ir pra casa. Até aí nada de novo. Acontece que fiquei surpreso com três detalhes:

1. O automóvel não tinha condições nenhuma de tráfego. Amortecedor quebrado, lataria podre, bancos rasgados, portas que não fechavam direito e por aí vai.
2. Não existia taxímetro, o que tornava impossível saber o valor da corrida.
3. No final, o taxista cobrou de acordo com minha cara. Como pareço estrangeiro, o valor foi exorbitante, 8 reais por algumas poucas quadras. Acabei pechinchando e ele deixou por 5 reais, quase 40% de desconto.

Não sei se existe alguma regulamentação municipal nesse sentido, nem se existe fiscalização por parte das autoridades competentes, leia-se Prefeitura Municipal. Certo é que não se pode aceitar a perpetuação desses "detalhes" no serviço de táxi.

Veículos com até 5 anos, rodando em bom estado de conservação, taxímetro, asseio dos motoristas, ar-condicionado e outros itens são básicos num serviço como esse. Quem acha que não se sustenta, ceda o lugar pra outros mais competentes.

Em meio aos urubus, helicóptero...

É um pássaro, um avião, o super-homem? Não, é o helicóptero da Polícia Militar do Maranhão, sobrevoando Chapadinha. Dizem que foi por suspeita de assalto a banco. Já serviu pra agitar os céus, lutando por espaço, em meio aos urubus...



Bolo ao invés de ovos de chocolate

Desconheço a razão, mas existe uma tradição muito interessante aqui em Chapadinha. Ao invés de comprar ovos de chocolate e procurar o coelhinho no domingo pela manhã, os amigos trocam bolos entre si.

Interessante porque os ovos de chocolate representam muito mais o evento comercial que se tornou a Páscoa do que uma renovação. Já trocar bolos, como é feito em Chapadinha, reafirma o espírito de confraternização.

Enquanto ovos de chocolate são simplesmente comprados nos mercados – quem recebe é medido muito mais pelo preço do presente – os bolos são fruto pessoal de quem dá, afinal, parte-se do princípio

que quem oferece fez. Assim, oferta algo de si próprio, como reza a tradição cristã.

Dando o peixe, não ensinando a pescar...

Parece que a máxima “não dê o peixe, ensine a pescar” não vale para Chapadinha. O prefeito Nota 10, junto com a secretária de Ação Social, Danúbia Carneiro, posaram de messias e distribuíram pessoalmente peixe na semana santa. E o pescado nem era do litoral maranhense ou mesmo dos açudes e rios da região. A carreta-frigorífico veio de Santa Catarina com 30 toneladas da espécie Palombeta.



Renúncia fiscal beneficia poucos, prejudica muitos...

Gostaria de explorar o comentário que fiz sobre estudo da Fundação Getúlio Vargas, que relacionou a eficiência de arrecadação dos municípios com os índices da economia informal. A pesquisa sugere que municípios que recebem grandes transferências vindas do

governo federal, não têm incentivos para melhorar sua arrecadação. Assim, os repasses perdem sua finalidade de reduzir a desigualdade social.

Entre os fatores que influenciam na ineficiência da arrecadação estaria o constrangimento político de tributar os cidadãos devido ao tamanho do município, porque a proximidade entre agente tributário e contribuinte dificultaria a cobrança de impostos. Em cidades como Chapadinha, a proximidade que o prefeito mantém com a população dá margem para que não se pague impostos. Por mais que se acredite ser benéfica a dita proximidade – através de patrocínio a eventos populares como carnaval e futebol – ela só traz prejuízos aos cofres municipais e a comunidade chapadinhense como um todo.

No Brasil é comum essa cultura de que quem paga imposto é “trouxa”. Os “espertos” sonégam tudo que podem. E aí não se incluem os miseráveis que encontram-se abaixo da linha da pobreza, normalmente aqueles que recebem benefícios diretos do Governo Federal como o bolsa-família. Os que deixam de pagar imposto são justamente os que deveriam contribuir. É a classe média – comerciantes, profissionais liberais, pequenos e médios empreendedores – além da elite propriamente dita.

Sonegar imposto, por mais que a razão diga contra, é a pior das atitudes comunitárias, porque amplia a concentração de renda, tira da maioria os recursos e deixa nas mãos de poucos a escolha de onde investir. Esses poucos brasileiros que concentram a maior parte da renda preferem guardar o dinheiro em aplicações financeiras, ao invés de investir em produção e gerar emprego e renda para todos. Já com a distribuição de renda, aumenta o consumo, empregos, investimentos, etc., num efeito cascata positivo. É o que o Lula está fazendo de melhor, por isso sua popularidade.

E como se sonega impostos aqui em Chapadinha? Não fornecer nota fiscal toda vez que se vende algo é uma das formas mais comuns. Mercados, farmácias, lojas de roupas e autopeças, praticamente nenhum desses estabelecimentos fornece nota fiscal,

o que diminui o repasse de ICMS do Estado ao município, incapacitando Chapadinha de investir em coisas prioritárias. Esse papel cabe à Secretaria da Fazenda, instalada ali defronte a praça, através de blitz de fiscalização para combater a sonegação fiscal.

Outra coisa é a ausência de cobrança do IPTU por parte da Prefeitura. Sequer existe planta atualizada da zona urbana, com detalhamento técnico das moradias. Ironicamente, a renúncia fiscal por parte da Prefeitura não beneficia os pequenos proprietários de baixa renda, normalmente donos de um único imóvel e com ganhos de até 1 salário-mínimo. Na verdade, esses são isentos de pagar IPTU.

Os únicos que ganham com a não cobrança da do IPTU são os que têm vários imóveis na cidade, principalmente em áreas valorizadas, como no Centro. São esses que deveriam ser cobrados, porque tem recursos disponíveis. E se pagassem, a Prefeitura teria maiores recursos para investir nas melhorias urbanas da periferia, como recolhimento do lixo, algo que praticamente inexistente por aqui.

Tanto o Estado quanto o Município, ao deixarem de fiscalizar e cobrar impostos incorrem, ao meu ver, em renúncia fiscal e improbidade administrativa.

A Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização como premissas básicas

Seu artigo 11 constitui como requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. O artigo 14 estabelece que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois

seguintes. Em outras palavras, para deixar de cobrar tributo é necessário prever. A não previsão caracteriza improbidade.

Para ser “Nota 10”, não basta pôr nome em abadá ou camiseta do time de futebol. É preciso cumprir seu papel de gestor público também naquilo que causa constrangimento, como na cobrança de tributos.

Factores são daqui, não de fora

Fala-se muito em trabalho semi-escravo a que estariam sujeitos os que trabalham nas fazendas da região. Inclusive, toda vez que sai alguma reportagem desse tipo, faço questão de pôr aqui no blog. Existe e deve ser combatido porque explorar o trabalhador a ponto de sujeitar-lhe um regime próximo da escravidão aproxima-nos da barbárie.

Todavia, é importante lembrar que o regime de trabalho semelhante ao da escravidão existe mais próximo do que imaginamos, faz parte do nosso dia-a-dia. Está no mercado que compramos mantimentos, nas farmácias que adquirimos medicamentos, nas lojas que escolhemos os vestuários. Falo do valor que se paga aos empregados do comércio de maneira geral.

Fiquei impressionado logo que cheguei com o fato de um mercado ter 1 pessoa responsável por cada corredor. Depois entendi. Como não há uma organização, esse empregado está ali para informar onde encontrar o produto. Além disso, organiza os produtos nas prateleiras e, o mais importante, vigia para que ninguém fure mercadorias.

Mas como sustentar todas essas pessoas? A explicação: paga-se menos de R\$ 100 mensais, sem direito a férias, 13º ou qualquer outro direito trabalhista.

Bom, escravidão por escravidão, a conclusão que se chega é que os senhores de escravos e os factores não são necessariamente de fora, mas daqui mesmo de Chapadinha. A esses também cabe denunciar...

É proibido cobrar aluguel por salário-mínimo

É muito comum aqui em Chapadinha oferecer casa para alugar com cotação em salário-mínimo (SM). Uma casa ou apartamento medianos, tipo 2 quartos com qualidade e acabamento aceitáveis, custa em média 1 SM. Já algo melhor passa para 1 ½ SM, ou R\$ 525,00 (pela cotação de março).

Isso é legal? De certa forma sim. É o mesmo que eu ir num posto de gasolina e pedir para pôr 20 “pilas”, como costumamos chamar no sul o Real. Agora, daí para querer reajustar o aluguel pelo valor do salário-mínimo é uma completa ilegalidade.

Desde 1990, a Medida Provisória nº 267 estabelece que é livre a convenção do reajuste do aluguel entre as partes, mediante a aplicação de índice livremente pactuado pelas partes, dentre os editados pela FGV, FIPE ou por órgão oficial, exceto os de variação da taxa cambial e do salário-mínimo. Em 1995, a Lei n.9.069, reforçou esse impeditivo, proibindo, assim, terminantemente, contratar aluguel com reajuste por dólar, por exemplo, ou salário-mínimo.

Outra coisa é o tipo de contrato que se assina. Os comprados em livrarias servem como modelo, mas sua validade jurídica é questionável. Por exemplo, traz itens como fiador, sendo que isso nem se exige em Chapadinha. Outra, fala em pagamento até no 5º dia útil após o vencimento, sendo que aqui se cobra aluguel adiantado. Ideal é as partes acertarem as cláusulas como melhor lhes prouver, evitando dores de cabeça futuras, se bem que a possibilidade de uma contenda assim chegar à Justiça é quase nula. Mesmo assim, melhor prevenir...

Depois da tempestade...

Pois ontem choveu tudo que tinha pra chover. A pancada foi tão forte e intensa que minha rua virou verdadeiro rio com uns 30 cm de fundura. Isso é reflexo de anos e anos de políticas públicas equivocadas com relação a infra-estrutura urbana.

Em Chapadinha não existem bocas-de-lobo ou canalização enterrada para dar conta da chuva. Resultado: toda vez que chove, a água corre pela própria rua, quando não invade as casas construídas a pouca altura do nível do leito da rua. Formam-se piscinas em alguns pontos, que muitas crianças usam para se divertir. Depois morrem por doenças básicas, transmitidas por esses meios.

Enterrar canos, por menos que renda votos pois a obra não aparece e não dá pra ser inaugurada, é questão primordial. Portanto, deve ser levado mais a sério. Não dá pra deixar de fazer. Caso contrário, continuaremos gastando toda verba da saúde em medicina curativa – consultas, exames, remédios, internações. Um médico “dr.”, no posto máximo municipal, já deveria saber disso.

O fim do jornalismo impresso

Interessante o artigo de Rafael Alcadipani, “O declínio dos Jornais”, publicado na Caros Amigos, em 26 de janeiro, que trata justamente da decadência acentuada dos jornais tradicionais, impressos. Segundo ele, apesar de todos benefícios e economia gerados pelas novas tecnologias, as empresas de jornal enfrentam hoje a maior crise de sua história.

Ele acredita que os jornais estejam perdendo leitores para outras mídias que trazem informação instantânea e gratuita, como é o caso do google.com.br, que tem um sistema de busca somente das notícias divulgadas na internet. Digita-se uma palavra, como “Chapadinha” ou “Maranhão”, e tem-se em poucos segundos todas notícias que foram publicadas pelos jornais do país inteiro, logicamente somente dentre os que disponibilizam matérias on-line.

No Brasil, Alcadipani informa que menos de 40% dos adultos lêem jornais. A maioria destes é feita para pessoas de classe social alta, bem instruídas e relativamente politizadas.

Nesse sentido, tanto os jornais já em circulação tendem a desaparecer quanto os que pretendem circular terão vida efêmera, ao menos os

que tenha por receita recursos de publicidade.

No caso dos jornais políticos, ladeados por grupos partidários cuja única finalidade é vincular conteúdo estritamente ideológico (por óbvio, os jornais comerciais também se prestam a isso, vendendo determinada informação ao leitor), a circulação acabará sendo pontual, meses antes de uma eleição, por exemplo. Isso porque nesse período pré-eleitoral, os candidatos injetam recursos que permitem o jornal circular. Em contra-partida, os editores publicam matérias favoráveis.

Pessoalmente, acredito que as pessoas que buscam informações, tem acesso à internet e podem obter de forma gratuita e, o melhor, de várias fontes. Logo, não se justifica um jornal impresso. Quando muito pode frutificar iniciativas como os blogs, que reúnem matérias de vários meios junto com opiniões pessoais, como é o caso do Chapada das mulatas. Inclusive já pensei em fazer uma versão impressa, esporádica, muito mais para divulgar o meio eletrônico do que substituí-lo.

Nomes de “vivos” em prédios públicos

O portal imirante.com noticiou que o desembargador Milson Coutinho pediu a retirada de seu nome do Arquivo Judiciário e dos fóruns de Coelho Neto e Igarapé Grande. O ex-presidente do tribunal estaria antecipando-se à decisão do Conselho Nacional de Justiça que proibiu o nome de pessoas vivas em prédios públicos do Poder Judiciário. Em tom de bom humor, o desembargador afirmou que teria duas alternativas: deixar o nome nesses prédios ou suicidar-se.

Pessoalmente não entendo essa promiscuidade de pôr nome de pessoas “vivas” em prédios públicos. Para o turista que chega em São Luis, andar na avenida José Sarney ou passar pela ponte José Sarney pode parecer chacota num primeiro momento, mas não repercute bem posteriormente.

Está na hora de mudar isso. Aqui em Chapadinha poderia começar pelo “Restaurante Popular Nota 1000”. A menos que o “Nota 10” tome outra atitude...

A Cesar o que é de Cesar

Finalmente vejo uma propaganda patrocinada pela Prefeitura Municipal onde divulga-se, como é o certo, a própria Prefeitura Municipal e não o apoio do “Dr. Magno Bacelar”. Trata-se da promoção “Amor Presente”, do CDL Chapadinha, com vinculações na TV Mirante. Será que depois de tanto falar aqui sobre essa insensatez que é confundir prefeito e Prefeitura, as coisas começaram a mudar? Esperar pra ver, no carnaval, futebol, etc.

Nem Camelódromo, nem shopping popular: ruas de novo

Achei interessante a alocação das bancas dos camelôs em local adequado, embora esteja longe de ser uma “linda” obra, como definiu na TV a secretária do assistencialismo social, Danúbia Carneiro, longe também de poder ser chamado de “shopping popular”, como ela também se referiu. O correto é camelódromo, local escolhido pelas autoridades municipais, em que camelôs têm licença para exercer a sua atividade, cf. define o próprio amansa-burro.

Aliás, chamar de shopping é coisa pra inglês ver, como a própria obra onde os camelôs foram postos. Não tardou pra que se dessem conta de que, isolados do público, veriam suas vendas despencar. Portanto, reformar um espaço para aloca-los valeu de quase nada, pois já voltaram para as ruas mais movimentadas.

A história que ouvi sobre o espaço dos camelôs é tragicômica, típica da política nordestina. Dizem as más-línguas que o terreno onde eles estavam pertence a mais alta autoridade municipal, que cedeu o espaço na primeira eleição, de modo a angariar os votos do pessoal. Agora que nova eleição se aproxima, e como não pode mais se candidatar, deu um jeito de retirar o pessoal do seu terreno, por isso a transferência de ponto.

Se a história for verdadeira, é o típico paternalismo efêmero, que resolve o problema da comunidade somente enquanto se está no cargo. Depois...

Esperando a morte chegar

Vejo com tristeza o fato de muitos idosos passarem dias e dias sentados em frente às casas, como se estivessem esperando a morte chegar. Entrar para a terceira idade não quer dizer parar no tempo, não fazer mais nada na vida. A atividade, também nesse período, é importante para a lucidez. Não trabalhar exaustivamente, mas continuar com exercícios físicos e principalmente mentais. Cabe ao poder público fomentar programas desse tipo. Mais uma dentre as tantas falhas da administração municipal...

Qual o papel da primeira-dama?

O jornal Pequeno noticia o I Encontro de Primeiras-Damas do Maranhão, de 2 a 4 de maio, onde serão discutidas ações prioritárias de políticas públicas, não só voltadas para a mulher, mas com enfoque também no combate à pobreza e em todas as preocupações e problemas evidenciados nos municípios.

O evento abre a seguinte questão: qual o papel das primeiras-damas nos executivos, principalmente nas prefeituras?

O papel de posar de benemerita, através do amparo aos desvalidos, obras de caridade e colaborar com questões humanitárias, surge no Brasil com o fenômeno da urbanização do início do século XX, para fazer frente a massa subalterna vinda do campo, formada principalmente por negros e mestiços. O auxílio tinha mais fundo de conter a violência simbólica do que algo cristão. Basta ver a quem coube o papel, às esposas de políticos, mostra do papel secundário das mulheres na época, fruto do machismo latente.

Nos anos 30-40, já no governo de Getúlio Vargas, esse assistencialismo profissionaliza-se, com a introdução de novas concepções de como tratar os pobres e desamparados. Daí surgem as chamadas políticas públicas de assistência social. Mesmo assim, sobrevive em muitos lugares a idéia de que a primeira-dama capitaneie as ações ou ao menos delas participe.

Nos centros maiores, onde a política tem sua versão mais próxima

do ideal, com participação democrática nas decisões comunitárias e profissionalismo do quadro funcional, entre outros aspectos, as primeiras-damas tem papel secundário, muito mais em festas e inaugurações. A assistência social fica a cargo dos profissionais, a quem cabem as funções de decidir quem de fato necessita das benesses do governo. Sem esses profissionais, pratica-se, pura e simplesmente o assistencialismo típico de início do século XX.

Chapadinha está nesse processo, como local onde perduram as práticas assistencialistas com ausência da profissionalização. E quem assume o papel de primeira-dama, senão na alcova mas em termos de função, é a secretária do assistencialismo social, Danúbia Carneiro. Assistencialismo porque tal é a prática que se tem no município. Basta ver o que é feito na área.

A diferença entre Assistência Social (ou Ação Social) e assistencialismo é a profissionalização que permite implementar políticas públicas de longo prazo que não gerem dependência nos beneficiados. Além de decidir quem merece ou não o amparo do Poder Público, a assistência social deve ter políticas circunstanciais, finitas, com prazo estabelecido. O contrário é distribuir migalhas aos pobres. Um exemplo simples: ao invés de levar água encanada para comunidades carentes, perpetua-se a prática dos caminhões-pipas, para que quem recebe veja quem está “dando”.



Enfim, esse encontro de São Luis deveria direcionar os trabalhos no sentido de fazer as primeiras-damas porem-se em seu lugar, cortando fitas nas inaugurações de obras, deixando às Assistentes Sociais o papel de desenvolver as políticas públicas da área. E isso cabe tanto às primeiras-damas oficiais, quanto às que se colocam no lugar delas, oficialmente ou não...

Barraca na praça

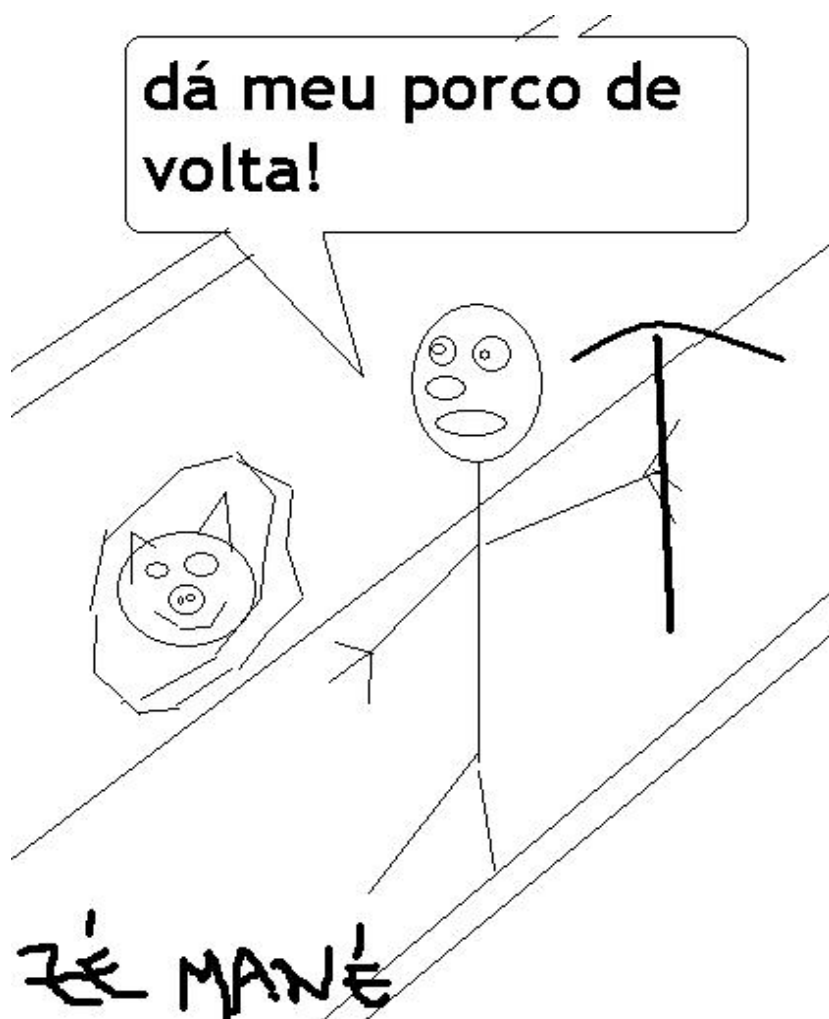
Dizem que certo comerciante de CD queria instalar sua barraca na praça central mas não foi autorizado pela Secretaria de Obras. Procurou o Nota 10 que lhe aconselhou insistir novamente na Secretaria. Como não conseguiu nada, procurou outro secretário, que não tinha nada a ver com o assunto, mas era seu conhecido. Pois não é que o dito secretário autorizou a instalação e o comerciante arrancou algumas grades dos canteiros e pôs sua barraca bem defronte a rua principal? Para quem não acredita, é só conferir. Imagina se todo mundo fizer o mesmo?



Zé MANÉ

Vale tudo pra recuperar o porco

Essa história só rindo pra não chorar. A Secretaria de Agricultura anunciou, tempos atrás, que iria recolher os animais que fossem encontrados vagando livremente pelas ruas da cidade. Parece que desistiu de cumprir a legislação depois que o dono de um porco resolveu recuperar o seu animal sem pagar a taxa, simplesmente quebrando o muro de tijolo e puxando o bicho pra fora. Depois dessa, só largando pras cobras mesmo...



Chapadinha colonial

Existe uma necessidade imperiosa de Chapadinha avançar no tempo, sair do estado atrasado que se encontra em termos de infra-estrutura e políticas públicas. Vivemos algo muito parecido ao tempo em que o Brasil era Colônia de Portugal, como se fôssemos uma vila sem serviços básicos à população, nem governo com interesse além da esfera pessoal.

Pode parecer um quadro aterrorizador, mas o jeito como se trata as questões públicas não coaduna com o tempo em que vivemos. A lógica do prefeito é escolástica, uma relação conturbada entre razão e fé política cega, por acreditar que o apadrinhamento e o compadresco servem para o dia-a-dia administrativo, para lidar com as questões que exigem a mão forte do Poder Público municipal.

Um gestor não pode manter relação “amigável” com os indivíduos que moram na localidade, deve pensar sempre no bem comum. Mas não é isso que ocorre. O prefeito atual tem a mania de querer agradar todos aqueles que lhe procuram, de dar um jeitinho, mesmo que passe por cima das leis em vigor, principalmente as do próprio município, como Código de Posturas, Lei Orgânica e Plano Diretor.

Ao fazer isso, privatiza os serviços públicos, na medida em que age de acordo com a reivindicação de cada um que lhe procura. Os prejudicados são os demais cidadãos, diretamente afetados pelo não cumprimento da lei.

Já ouvi da boca de um CC’s de alto escalão, que o prefeito não se envolve em questões que possam afetar sua reputação de “bonzinho” frente ao eleitorado. Tudo aquilo que desagrade alguém, posterga até a Promotora Pública lhe obrigar a fazer. Isso tudo para poder dizer que a “culpa” não é dele, é da Promotora.

Foi o que ocorreu no caso da guarda municipal. Desagrada a muitos eleitores usar capacete, deixar de carregar a família inteira na moto ou obedecer a mão do tráfego. Tempos atrás, um motoqueiro trafegava em alta velocidade na rua principal do Centro, carregando

duas moças na garupa sem capacetes. Numa das lombadas, perdeu o equilíbrio e caiu. Ele bateu a cabeça e foi parar no hospital. Deve ter ficado dias internado, feito cirurgias complexas, tomado remédios caríssimos. Sabe quem pagou a conta? Não o irresponsável do motoqueiro, nem o guarda que deixou ele trafegar de forma ilegal. Os recursos são tirados de atendimento a gestantes, crianças, idosos, entre outros. Mata-se 10 para dar sobrevida ao imprudente.

Está sendo a mesma coisa no caso do transporte coletivo urbano. O prefeito propaga ser o pai da criança no caso da vinda da UFMA, embora sua força política tenha sido ínfima para pesar numa decisão desse porte. Na hora de mandar seus representantes para planejar a implementação dos serviços que atenderiam alunos para o Campus no Boa Vista, ninguém apareceu. Resultado: a Promotora solicitou que somente a UFMA realizasse o estudo e apresentasse a ela, para que exigisse do prefeito a implementação.

O prefeito propaga a vinda da soja como se fosse a oitava maravilha do mundo, mas é incapaz de ceder máquinas para patrolar as estradas do interior, por onde deverá passar a produção. Isso que muitos agricultores chegam a oferecer custear o combustível. A alegação é que mandar patrulas desagradaria os eleitores que também querem melhorias nas ruas esburacadas, por isso não atender os agricultores.

Tem a questão do IPTU. A prefeitura não tem cadastro de contribuintes, plantas da cidade nem nada que se pareça com administração urbana. O Prefeito não quer cobrar IPTU ou taxas de construção porque isso geraria contendas com o eleitorado que teria de pagar pra morar e construir, como se não fosse assim no Brasil inteiro.

Outra. Um senhor está loteando suas terras, lá para o lado da Aldeia. O fracionamento não atende regra alguma, como largura de ruas, áreas verdes ou estudo de impacto ambiental. Daqui a 10 ou 15 anos, vai ser a mesma coisa que aconteceu com as casas que desmoronaram no loteamento alagadiço feito por um ex-prefeito.

A política em vigor em Chapadinha é a de buscar recursos do Governo Federal. Essa dependência pode parecer interessante a curto prazo, até onde o prefeito enxerga. A médio e longo prazo é suicida.

Diz o ditado Chinês: “caminhar com as próprias pernas”. Política hoje não pode mais ser como no período colonial, onde os compadres governavam para o bem comum, deles próprios, por óbvio..

Repercussão

O artigo que escrevi sobre o papel de primeira-dama, que estaria sendo cumprido pela secretária de Ação Social, Danúbia Carneiro, repercutiu na comunidade. A própria secretária me procurou para esclarecer algumas questões. Disse que reproduziram várias cópias do texto e distribuíram na cidade, com o intuito de denegrir sua imagem. Para ela, a comunidade menos instruída seria levada a concluir sobre a existência duma relação mais que profissional entre ela e o prefeito. Enfim, como se ela fosse, de fato, a primeira-dama.

Esclareço que essa é uma interpretação equivocada. Basta ler o texto para ver que nunca afirmei isso. Aliás, a vida particular, tanto da secretária quanto do prefeito, só interessa a eles e a mais ninguém. Quem tende para esse lado não passa de mexeriqueiro. Pessoalmente entendo assim.

Daí para a crítica propriamente dita, de que a Secretaria de Ação Social pratica o velho assistencialismo político, nada tenho a corrigir. Afirmei e reafirmo o modo equivocado como as coisas são feitas em termos de políticas públicas aqui em Chapadinha. Existem dezenas de exemplos: IPTU, agricultura, saúde, transporte coletivo, camelôs, distribuir peixes, só pra ficar em alguns.

Que fique bem claro que nunca tive, não tenho e não pretendo ter ligações partidárias com nenhuma agremiação política. Prefiro a posição de analista autônomo e independente. Aliás, esse é o papel que se espera de um professor universitário, fomentar o debate sobre questões comunitárias, mas em termos de concepções gerais do que no dia-a-dia administrativo.

A própria secretária disse que esperava de mim contribuições práticas e não só críticas. Ora, para contribuir é necessário, primeiro, que o Poder Público queira e não faça descaso como tem feito até agora; segundo, que todas idéias e sugestões passem pelo crivo do estudo sério, para que resulte em projetos adequados e não fogo de palha eleitoreiro. E isso requer investimento.

Sugeri para a Danúbia Carneiro que escreva uma resposta e me envie para publicar no blog. A isso se dá o nome de democracia, onde todos podem expressar suas opiniões livremente, algo imprescindível em qualquer comunidade.

Estamos no aguardo...

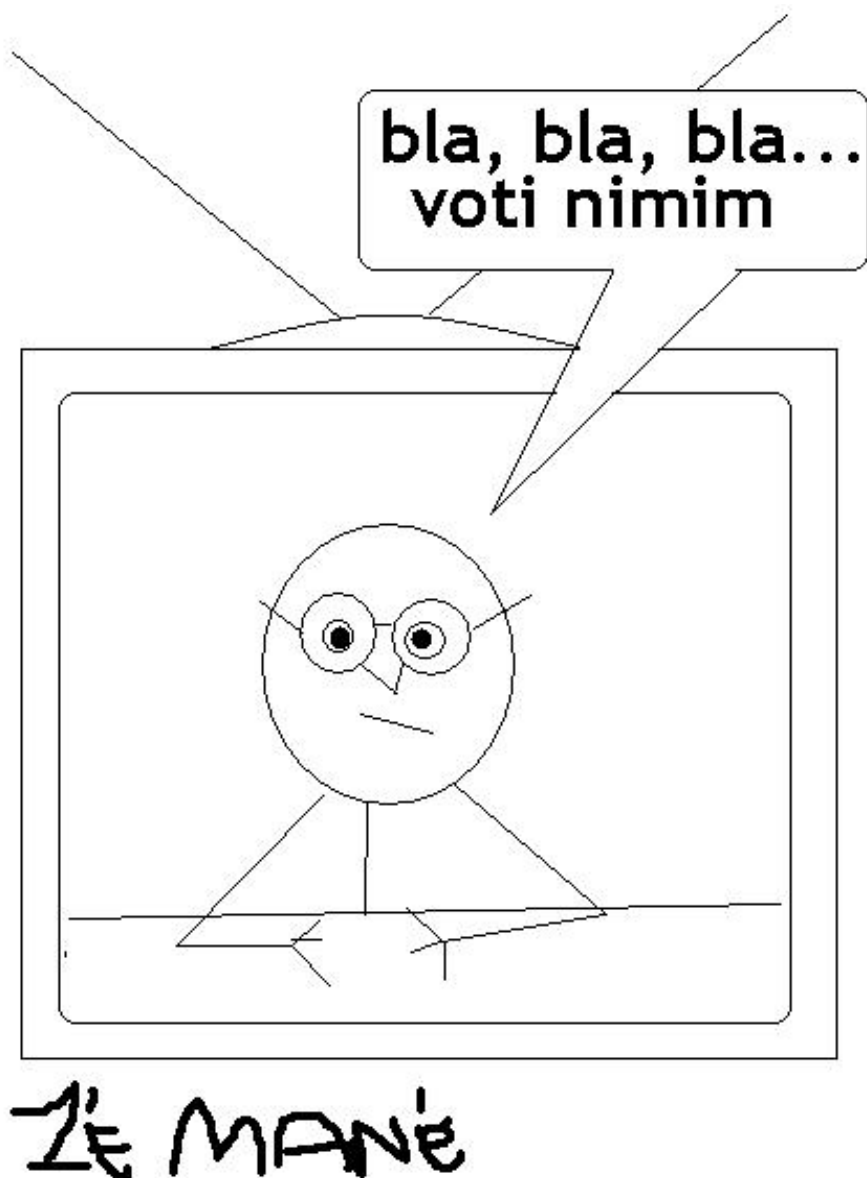
Ex-prefeito, futuro candidato?

Ao que parece, um ex-prefeito apareceu na televisão durante dois programas consecutivos para anunciar o que pretende fazer quando for eleito prefeito, uma forma enrustida de anunciar que irá disputar as próximas eleições, como se candidato já fosse.

Se assim fez, cometeu crime eleitoral. O artigo 36 da Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, permite a propaganda eleitoral somente após o dia 5 de julho do ano da eleição. A violação sujeita o responsável pela divulgação da propaganda, no caso a televisão, e o beneficiário, à multa no valor de vinte mil a cinquenta mil UFIR ou equivalente ao custo da propaganda, se este for maior (§ 3º). A única propaganda permitida é a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor (§ 1º).

Para quem não sabe ou não se lembra, o tal ex-prefeito é o mesmo que doou o terreno no para famílias que viram suas casas desabar por causa das fortes chuvas que caíram nos últimos dias, tal o alagadiço do loteamento.

Ironia do destino, pode que, por este ato, o ex-prefeito e futuro candidato veja naufragar sua candidatura, assim como as casas no terreno que doou.



Bolsa-família: programa é do Governo Federal, não dos prefeitos

Existe uma confusão feita propositalmente na cabeça de muitos beneficiários do bolsa-família, o chamado programa de Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004).

Embora o programa seja iniciativa do Governo Federal, especificamente da Gestão Lula, muitos dos que recebem estão acostumadas a ouvir que o benefício é dado pelos prefeitos, que têm como única e exclusiva responsabilidade cadastrar e fiscalizar quem recebe. E é por este fato que, na hora de pegar o nome do beneficiário, afirmam que o prefeito é o pai da criança.

Aqui em Chapadinha, por exemplo, mais de 10 mil pessoas estão na lista dos beneficiados. Desde o início do ano, receberam R\$ 1.519.318,00. Imagine isso transformado em votos na eleição do ano que vem?

Por isso, é bom que fique bem claro, os prefeitos não tem autoridade nenhuma sobre o programa, não podem incluir ou excluir pessoas por critérios eleitorais, mas com base num perfil estabelecido, critérios técnicos que habilitam os beneficiários a receber os recursos. E é por isso que se existem pessoas que não deveriam receber mas recebem, a culpa recai no cadastramento feito pelos municípios. O Governo Federal repassa os recursos a partir dessas informações, claro que cruzando dados para ver se existem abusos, como agora, no bloqueio de milhares de contas em todo país.

Aliás, se os prefeitos não tomassem pra si os méritos dos investimentos federais, haveria casos em que se concluiria pela completa inutilidade de muitos gestores municipais, tal a inoperância.

E eles voltaram...

Como era de se esperar, alguns camelôs voltaram ao antigo espaço, ao lado do edifício Três Irmãos (popularmente conhecido como balança mas não sei se não cai). Resta saber o que será feito da

“linda” obra que deveria abrigar o camelódromo ou, como chamou a secretaria do assistencialismo social, o shopping popular... Em verdade, essa situação é consequência de uma política errônea, que decide a partir de achismos, sem estudo técnico ou profissionais competentes para sugerir soluções. Enfim, reflexo da atual administração que se julga “Nota 10”.

CEMAR: lucro extraordinário, serviços péssimos

A Gazeta Mercantil informa que a Equatorial Energia, controladora Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), que atua como concessionária de serviços de distribuição de energia elétrica no Estado, encerrou o primeiro trimestre de 2007 com lucro líquido de R\$ 30,8 milhões, expansão de 245,2% em relação aos R\$ 8,9 milhões alcançados no mesmo período de 2006. O crescimento no consumo de energia da CEMAR superou as altas observadas na região Nordeste, de 3,8%, e no Sistema Interligado Nacional (SIN), de 3,7%. Para os próximos cinco anos, a companhia prevê expansão de cerca de 5% ao ano no consumo de energia em sua área de concessão.

Oferecendo um péssimo serviço de atendimento ao consumidor é fácil lucrar desse jeito.

A rua onde moro ficou, esses dias, com parte sem luz das 14 h de um dia até as 11 h do dia seguinte porque uma das fases tinha entrado em curto. E não foi só em nossa rua, várias outras foram atingidas. De nada adiantou as inúmeras ligações para a central que fica na Bahia.

Cheguei a ir na sede da empresa, na manhã do dia seguinte, e me mandaram procurar diretamente o responsável na sub-estação porque eles nada poderiam fazer, não tinham gerência sobre a situação. Para minha surpresa, o responsável pela sub-estação não sabia de nada até aquele momento, simplesmente não tinha recebido nenhuma chamada. Aliás, nem sabia onde ficava a rua porque era de Teresina. Depois, quando a equipe começou a consertar a fiação, perguntamos porque não tinham vindo antes. Resposta: “muito serviço na frente”. Isso mesmo, dezenas de residências ficaram quase

24 h sem luz porque o serviço era muito.

Já ouvi que mandam para o Maranhão, principalmente cidades como Chapadinha, o equipamento refutado em outras localidades, sob argumento de que aqui o pessoal não reclama se queima algum eletrodoméstico por causa da queda de luz ou instabilidade do sistema. Que a CEMAR não está acostumada a reclamação isto é fato. E mais, um colega chegou a medir a estabilidade da corrente elétrica oferecida no horário de pico. Descobriu que dos 220 w que deveria chegar, só chega muitas menos, 160 w às vezes. É por essa razão que muitos comércios que dependem de refrigeradores não conseguem manter seus produtos gelados. A força não é suficiente. É por isso que queimam aparelhos. Como poucos sabem que a CEMAR tem obrigação de pagar, fica por isso mesmo.



Bom, investimentos são necessários, não resta a menor dúvida. Mas numa empresa privatizada, sem controle rígido dos órgãos públicos ou conselhos setoriais, só pode privilegiar o lucro em detrimento ao mal atendimento, sem falar na terceirização do emprego. Trocam funcionários estáveis por serviços de terceiros. Claro que isso só vale na cabeça deles, pois na Justiça do Trabalho acabam fazendo acordos para não arcar com enormes custos de indenização. Por isso que o sujeito respondeu que tinha muito serviço pela frente. Por isso que a atendente que registrou a queixa estava na Bahia, não no Maranhão, muito menos em Chapadinha.

O Maranhão não tem como dar um salto qualitativa em termos de desenvolvimento humano e econômico se continuar com serviços essenciais, como o da CEMAR, ainda na idade do fogo...

Chuveiro frio, nunca mais

Período das chuvas. O bom neste clima é o banho. Frio, diga-se de passagem. É comum aqui no Maranhão as casas não terem instalação para chuveiro elétrico. Só o cano da água e aquele chuveirinho de plástico para distribuir a vazão. No período da seca tudo bem, quando faz tanto calor que esquentar a água como se a casa tivesse aquecimento próprio. Mas nesses dias em que o clima está mais ameno, a água fica com baixa temperatura e a frieza não desperta vontade para o banho. Cada entrada debaixo do chuveiro é motivo para maldizer a mãe do outro, soltar o reverbério.

Sem agüentar mais essa situação incômoda, fiz, às expensas do senhorio que me aluga a casa, a instalação completa do chuveiro. Agora, quando estou no banho, cantarolo o antigo jingle: "Apanhe o sabonete, duchas Corona, um banho de alegria, num mundo de água quente... tchuáááá"

Cofre-forte e dinheiro vivo, combinação perigosa

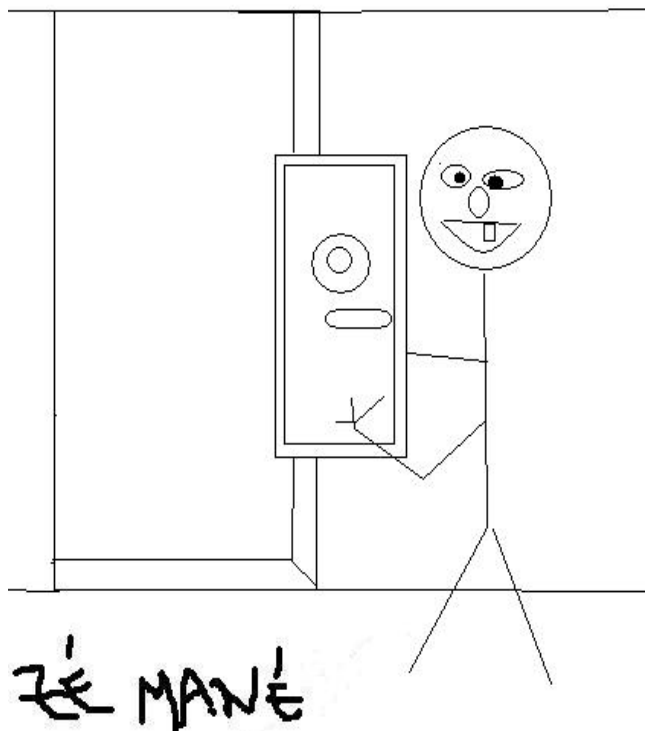
Alguns dias atrás, estacionaram um caminhão perto da praça da Bíblia e começaram a vender cofres na carroceria. Nada de novo vender produtos de cidade em cidade na traseira dos caminhões.

Embora a prefeitura tivesse obrigação de inibir tal prática, porque não recolhem impostos e fazem concorrência desleal com os demais comerciantes que, mesmo sonegando impostos, ao menos pagam aluguel, geram empregos, etc.

Agora engraçado do fato é vender cofres, um objeto que caiu em desuso por conta das transações eletrônicas que o mundo moderno está adotando em toda parte. Aqui em Chapadinha, existe uma resistência entre os comerciantes em oferecer venda através de cartão. Nos poucos locais que oferecem, muitas vezes as máquinas não conectam, ficando impossível de registrar a operação, o que obriga o comprador a pagar em dinheiro.

Reflexo dessa prevalência do dinheiro vivo sobre outras modalidades de pagamento são as filas em banco. É possível ver diariamente vários clientes sacando e depositando maços de dinheiro, o que obriga os caixas a contar e recontar essa dinheirama. No Banco do Brasil, cheguei a enviar e-mail para a ouvidoria no sentido de oferecer mais caixas para diminuir as filas. Como eles usam padrões nacionais,

Banco do Zé Mané



sem levar em conta as peculiaridades locais, responderam que os caixas existentes são suficientes.

A resistência de usar o chamado dinheiro eletrônico vai começar a ceder no momento em que aumentarem os assaltos aos estabelecimentos. Daí que com uma arma na cabeça, não adianta cofre de ferro. Aliás, é pior ainda, pois esquecer a combinação nessa hora pode trazer sérias conseqüências à vítima.

A quem interessa contar essa história?

Existe uma lógica perversa em Chapadinha, uma ferida que vai demorar a cicatrizar porque é resultado do embate entre os que aqui chegam e os que aqui já estavam. Podemos denominar esses dois grupos como estabelecidos – como o nome diz, já encontravam-se estabelecidos aqui na região há décadas – e os outsiders – os que não fazem parte desse primeiro grupo, numa tradução livre, os que estão do lado de fora. No caso de Chapadinha, são os “gaúchos”, como os próprios estabelecidos chamam todos aqueles que vêm de fora, seja para plantar ou desenvolver outras atividades.

Existe, de ambos os lados, implicitamente, um certo carisma grupal distintivo, onde cada lado cerra fileiras e estigmatiza os que não pertencem ao seu grupo. O fenômeno social de lançar estigmas entre os habitantes tradicionais sobre os forasteiros, e vice-versa, chama-se sociodinâmica da estigmatização. Por óbvio que essa fronteira não é estanque a ponto de se imaginar que inexistam imbricações, ligações e sociabilidade entre os dois lados. Existe e é o que permite certo convívio pacífico entre os extremos.

Mas essa sociodinâmica da estigmatização faz-se presente no cotidiano da região de Chapadinha. Basta ver como são enunciados ambos os lados, como cada grupo aparece nos meios de comunicações locais, nas rádios e nas tevês. Enquanto os estabelecidos aparecem de forma valorativa, os “gaúchos” outsiders aparecem de forma depreciativa. Enquanto uns vieram para acabar com o meio-ambiente, trazer miséria aos pequenos agricultores e fazer aumentar o calor, outros são postos em condições de vítimas.

Importa saber a quem interessa manter esse discurso?

É preciso esclarecer que os verdadeiros responsáveis pelo êxodo rural nos anos 80-90, período em que ficou constatado que a pequena agricultura nordestina não era viável, por isso a debandada geral, foram os antigos coronéis, proprietários de imensas áreas. Ao manterem milhares de famílias em regime semi-escravo, através da cedência da terra em troca da parte maior da produção, esses coronéis impossibilitaram a permanência no campo. Não havia como produzir além do sustento. Como as milhares de famílias não podia reclamar, porque senão acabavam mortas pelos jagunços, a solução foi abandonar a propriedade.

A vinda para a cidade provocou mudanças na composição do poder local. As rádios e televisões substituíram a terra como poder de voto a cabresto. Ao invés de armas, o poder da enunciação da verdade.

Nessa lógica, o discurso do conflito entre partes heterogêneas caiu como uma luva para aqueles que desejavam assumir o poder político na região. Ladeados pela mídia, passaram a posar de salvadores dos vitimizados. Para aparecer como pai do povo, bem no sentido paternalista do termo, foi necessário que o chamado povo se assumisse como vítima. Daí imputar aos “gaúchos” a figura de carrasco ou opressor, quando os verdadeiros culpados são os que se beneficiam da outorga de poder que a população lhes dá através do voto. Pela política, mantêm o povão dependente, através do assistencialismo de toda ordem.

Pretendo desenvolver pesquisas nesse sentido, através de histórias de vida tanto com os que chegam quanto com os que aqui já estavam. Através delas, será possível aproximar-se da verdade, retirar parte do véu que encobre os conflitos que persistem na região. Mostrar que essa lógica perversa prejudica muitos enquanto beneficia poucos...

Filho de todas mães pobres

Nunca imaginei que pudesse ver um Dia das Mães como esse, onde o nota 10, além de querer ser pai dos pobres, posa de mãe dos pobres ao ir pra praça pública distribuir presentes, como se um município que tem 1 em cada 6 habitantes beneficiário de bolsa-família (sem falar dos pensionistas do INSS) pudesse se dar ao luxo de beneficências como essa.

Apesar da propaganda nos meios de comunicação ainda personalizar a figura do prefeito – ferindo o artigo 37 da Constituição Federal que estabelece que a administração pública obedecerá o princípio



impessoalidade - , começou a trazer junto no texto quem de fato entra com o dinheiro nessa história, que é a própria comunidade através dos recursos concentrados na Prefeitura. Mas já é um começo. Nenhuma mudança substancial ocorre da noite para o dia, é necessário tempo para abandonar velhos hábitos esdrúxulos.

Aliás, a forma como os prêmios serão distribuídos tem uma razão político-eleitoreira. Os bilhetes numerados foram dados de porta em porta, em lugares estrategicamente escolhidos pela secretária de assistencialismo social, que almeja candidatar-se nas próximas eleições. É uma maneira simples de, gota-a-gota, mostra-se ao eleitorado.

Se já estivéssemos em ano eleitoral, a atitude poderia ser considerada ilegal. A Lei 11.300, de 10 de maio de 2006 (conhecida como minirreforma eleitoral), acrescenta o §10 ao artigo 73, vetando a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública. Proibiu-se, assim, distribuir cestas básicas e brindes como camisetas, bonés e canetas, além de vetar a realização de “showmícios”, aí entra a montagem de todo aparato para distribuir os presentes e o nota 10 posar de benfeitor, ou filho de todas mães pobres...

Sinfonia matutina

Para quem acorda no crepúsculo matutino, consegue acompanhar a sinfonia dos galos que povoam a Chapada das Mulatas. Centenas, quem sabe milhares de cacarejos ecoam num ritmo alucinado, onde cada qual quer superar o outro em termos de volume de som.

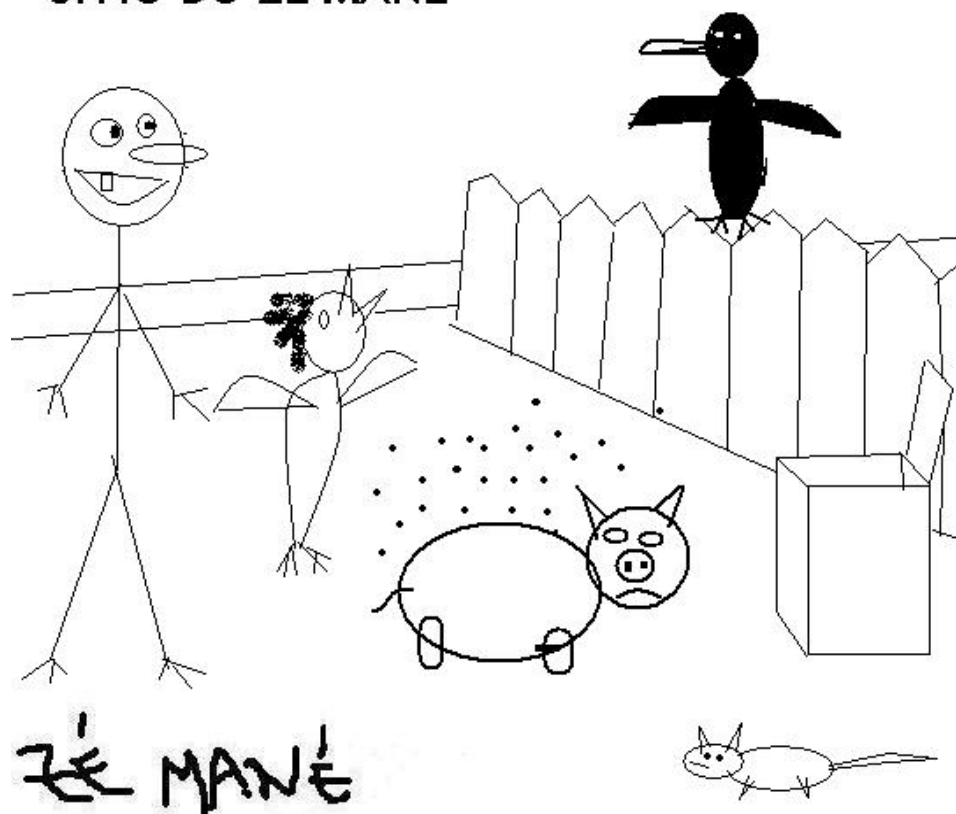
A quantidade de galináceos vivendo no espaço urbano pode ser medida pelo cantar, assim como a de lixo pode ser medida pelo número de urubus sobrevoando o espaço aéreo chapadinhense.

Um ou outro têm reflexos na qualidade de vida. Embora o canto do galo possa remeter muitos ao tempo em que viviam no meio do mato e o sobrevôo dos urubus possa ser confundido com o dos passarinhos, ambos acarretam complicações em termos de

urbanidade, entendido como aquele conjunto de normas básicas, observadas pelos cidadãos em sinal de respeito mútuo à invasão dos limites do espaço do outro.

Em termos epidemiológicos – estudo das relações dos diversos fatores que determinam a frequência e distribuição de um processo ou doença infecciosa numa comunidade – a presença tanto de galos quanto de urubus em meio a milhares de pessoas é sinônimo de insalubridade, portanto de espaço propenso ao desenvolvimento de doenças. Criar galinhas, porcos, vacas no quintal, jogar o lixo doméstico nos terrenos baldios, a falta de recolhimento do lixo, tudo propicia a reprodução de insetos e o aparecimento de pequenos animais como ratos, ambos

SÍTIO DO ZÉ MANÉ



transmissores de doenças. Além do mais, o fedor produzido torna insuportável, muitas vezes, o viver na cidade.

É papel do Poder Público inibir tais práticas, mesmo que isso colida com a parte da população que ignora o fato de que estas atitudes geram grandes malefícios à coletividade e poucos benefícios a si mesmos.

Qualquer médico sabe disso...

Transporte coletivo: sai ou não sai?

Alguns meses atrás, noticiei a formação do grupo de trabalho para estudar e implementar o transporte coletivo urbano em Chapadinha, formado por técnicos da UFMA e da Prefeitura. A proposta surgiu em função da necessidade de oferecer transporte para os alunos da UFMA ao Campus no bairro Boa Vista. Mas a idéia era que o sistema seria pensado para toda comunidade, por isso não ficaria restrito a linha centro-campus.

Após chá de banco e reuniões sem a presença de responsáveis e apesar do entusiasmo que a prefeitura dizia ter, a formalização da parceria não obteve sucesso. Frente a isso, a UFMA encaminhou o caso para a Promotoria Pública e deu por encerrada a questão.

Com a inauguração das aulas no Campus do bairro Boa Vista, os alunos reuniram-se e conseguiram, por conta própria, um ônibus que os transportasse. Em reunião com a secretária de assistência social, conseguiram subsídios para manter o serviço. Embora o pagamento não tenha saído de imediato, o que ocasionou a suspensão por 1 dia, o ônibus está circulando, por hora.

Mesmo resolvida a questão dos acadêmicos, a Promotora entendeu pela necessidade premente da organização do transporte coletivo urbano no município e convocou os técnicos da UFMA a elaborarem os estudos necessários. Seu entendimento é corretíssimo. A implementação do transporte coletivo está regulamentada na Constituição Federal de 1988, artigo 30, inciso VIII, e na Lei Orgânica do município, artigo 7, inciso VI. É da competência do município

organizar, através da prestação direta ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços de transporte coletivo urbano e intermunicipal que tem caráter essencial.

Todavia, esbarra numa questão importante. Estudos requerem investimentos substanciais, não necessariamente remuneração aos técnicos envolvidos, mas gastos com material para se ter o diagnóstico da situação municipal, de modo a indicar a solução mais adequada, a menos que se queira decidir por achismo ou apresentar um calhamaço de papéis em forma de projeto, só para inglês ver, como foi o Plano Diretor.

Para se ter uma idéia, a prefeitura recebeu R\$ 33.442,50 do Governo Federal para fazer o Plano Diretor Participativo do município de Chapadinha. O apoio técnico foi da Congerplan, consultoria, gerência e planejamento, de São Luis, da qual fazem parte, dentre outros, Salomão Silva Sousa e Delmar Carneiro Pessoa Júnior, ambos advogados militantes do PMDB regional, partido que abrigou a candidata derrotada às eleições estaduais, Roseana Sarney, expulsa do PFL por apoiar o presidente Lula em âmbito nacional. O PFL (atual Democratas) é o partido pelo qual o prefeito de Chapadinha, Magno Augusto Bacelar Nunes, foi eleito.

Todas essas coincidências sugerem que muito do proposto no Plano Diretor será letra morta, assim como as leis anteriores: Códigos de Posturas (Lei n.471, em de 30 de junho de 1978) e Lei Orgânica do Município (publicada em 29 de março de 1990). Para quem tiver acesso ao Plano Diretor, vai notar que faltam justamente os aspectos mais importantes, como mapas, croquis e plantas. Na verdade, o que chamaram de Plano Diretor foi a legislação proposta, algo que se obtém facilmente de outros municípios, com algumas modificações.

No caso do transporte, há necessidade de pesquisar, por exemplo, onde está a população que poderá vir a usar o ônibus, por quais ruas será mais adequado passar e como será feita essa integração ônibus/bicicletas. Como é o nome da UFMA que está em jogo, não

poderão ser feitos estudos superficiais. Como dizia um amigo meu: o poder público não é dado a amadorismo...

Operação Navalha: um dia a casa cai

A operação da Polícia Federal, de codinome Navalha, que prendeu envolvidos em fraudes de licitações do governo federal, entre eles o ex-governador José Reinaldo Tavares e dois parentes do atual governador Jackson Lago, também ele quase preso, vêm reforçar a idéia que a corrupção dá sim cadeia e que corrompidos e corruptores não se apropriam do bem público impunemente, mesmo nas regiões acostumadas a décadas com a política do meter a mão quando se governa.

Tem mais ainda. O fato de muitos municípios nordestinos basearem sua arrecadação em verbas repassadas pelo Governo Federal, como é o caso de Chapadinha que recebeu R\$ 38.146.612,16 em 2006 e R\$ 8.744.586,70 até agora esse ano, os põem na mira direta da Polícia Federal.

O assassinato do prefeito de Presidente Vargas, por exemplo, trouxe a tona suspeitas de uso das finanças municipais como mecanismo de enriquecimento ilícito, pela usurpação de verbas públicas por profissionais da corrupção, que instalam-se na administração e desviam tudo que podem dos cofres, através de obras fantasmas, licitações sobrevalorizadas ou mesmo transferências diretas.

O problema reside justamente no fato das verbas não serem dos próprios municípios, mas provenientes do Governo Federal, através de convênios de natureza diversa. E se muitos prefeitos acham, ingenuamente, que o Governo Federal vai seguir liberando grandes somas sem fiscalizar, estão extremamente equivocados.

A lógica de entrar na política para enriquecer está sendo modificada. Aos poucos, fecha-se o cerco através do cruzamento de dados de diversas fontes, como Receita Federal e INSS, algo que só o mundo da informática permite.

Portanto, mais dia menos dia a casa vai cair, os que desviam verbas

públicas vão acabar atrás das grades, seus bens serão bloqueados, suas vidas devassadas, suas famílias desestruturadas, tudo isso para que se indaguem se o crime vale mesmo a pena.

Quem viver, verá...



Dando a cara pra bater

No Brasil, a prática da leitura é mais que deficitária, é tão insuficiente a ponto de termos milhões de analfabeto funcionais, que sabem ler mas não entendem o que está escrito. Dê para alguém ler um texto de fácil acesso e depois pergunte o que entendeu. É tipo brincadeira do telefone sem fio, onde fala-se uma frase no ouvido do outro até se transformar em algo totalmente diferente.

A deficiência na interpretação é resultado da própria falta de leitura. Compra-se poucos livros, jornais ou revistas. Na internet, muita da linguagem utilizada enterra de vez a Língua Portuguesa, perpetuando e fazendo surgir erros crassos. Claro que tem quem escreve mas não consegue fazer entender. Falta mesmo é mais leitura.

Na Universidade, a maior deficiência encontrada é a compreensão e interpretação textual. O passo seguinte é tentar pensar e produzir um texto próprio, não copiado, algo ainda mais complexo.

Semana passada fiz uma atividade que os alunos não estavam acostumados, por isso levaram quase que um choque. Baseio minha fala em aula sempre em algum texto. Peço que leiam antecipadamente, de modo a ter diversidade de interpretação. Peço também que façam sempre resumo para auxiliar na redação do novo texto que vão escrever com suas próprias palavras e idéias. O diferente foi ter trocado o que escreveram entre os colegas e ter solicitado correção parcial, com pequena crítica apontando deficiências e sugestões. Após, um a um falou do texto do colega e de sua própria análise. O choque foi por sentirem na pele como é quando outros lêem e comentam o que escreveram.

Manter um blog aqui é um pouco disso. Expor idéias não é fácil. Preferível é ficar quieto, calado num canto pois quando falamos o que pensamos, suscitamos questionamentos nos outros, geramos debates de idéias. Expor-se não é escrever tipo coluna social, onde só entra elogios. Expor-se é fazer marcação cerrada com aquilo que não concorda. Em outras palavras, dar a cara pra bater...

Patrocínio: Jeferson Selbach

Fico intrigado nas muitas vezes que vejo cidadãos públicos patrocinando pessoalmente eventos. Já falei aqui inúmeras vezes da confusão que se cria na mente do telespectador ou do ouvinte de rádio quando presencia um comercial cujos dizeres trazem "patrocínio fulano de tal".

O prefeito é campeão de fazer isso em tudo que a prefeitura põe dinheiro. Seu nome foi estampado na camiseta do bloco BCC, aparece

no time de futebol de Chapadinha, nas festas onde se distribuem prêmios, etc.

Quem vai para o bairro Boa Vista, lá onde fica o Campus da UFMA, enxerga um outdoor com os nomes de vários patrocinadores, dentre eles o da secretaria de assistencialismo social, Danúbia Carneiro. Tem também, se não me engano, uma propaganda de TV onde o nome dela aparece entre os apoiadores.



Na minha vã ignorância, fico pensando a finalidade dessa exposição do nome se não é época de eleição e essas pessoas não estão se candidatando a nada? A Constituição Federal de 1988 e a própria Lei 11.300/2006 vendam exposição dessa estirpe.

No artigo 37 da CF, itens XXII, § 1º, já dispõe que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. A lei eleitoral proíbe propaganda antes do período eleitoral.

Se a Danúbia quer se lançar candidata a prefeita, não poderia, em tese, expor seu nome dessa forma.

Mas esse tipo de exposição poderia ser então para bolinar os egos tão já inflados? Sei não, vou entrar nessa onda e começar a patrocinar eventos para pôr meu nome em exposição. Já pensou? Patrocínio Jeferson Selbach. A única coisa certa é que o evento vai perder público, depois de verem que estou apoiando...

Na eleição a reitor e vice da UFMA, meu voto vai para Natalino e Kardec

Entendo que a eleição de Natalino Salgado para reitor está dentro da perspectiva de como deve ser o perfil daquele que pleiteia ocupar o cargo. Alguém que tenha experiência como gestor público, que conheça o dia-a-dia de como é lidar com pessoas. Porque ninguém administra sozinho, precisa saber trabalhar em equipe. Como reitor, precisará cercar-se de profissionais competentes. A gestão pública não é dada a amadorismos. O professor Natalino Salgado demonstrou essa competência administrativa de trabalhar em equipe à frente do Hospital Universitário. Esse perfil de administrador completa-se com a eleição de Allan Kardec Duailibe Barros Junior, professor do Departamento de Engenharia Elétrica sempre preocupado com temas ligados à ciência e tecnologia, tendo a pesquisa como mote. Por isso, voto neles.

Tirando proveito das idéias alheias

Sempre digo para meus alunos que faltam idéias nesse mundo, cada vez mais propenso à cópia e à prática do copiar-colar. Criei esse blog para materializar aquilo que penso. Se há quem o leia, fico feliz. Mas se tem algo que me deixa entristecido é usar aquilo que escrevo para fins outros que não o que eu tinha quando escrevi, principalmente politiquero.

Isso já ocorreu e agora se repete. O cidadão Sousa Neto mantém um blog na internet chamado blogkqueta, título semelhante ao jornal impresso que relançou recentemente, coincidentemente quando as

eleições municipais se aproximam. Pois nessa edição de lançamento, esse sujeito simplesmente pegou um texto meu e pôs no seu jornal como se eu fosse colaborador, sem pedir autorização nenhuma. Ao mesmo tempo, ele vinha colocando em seu blog textos meus, sem pedido formal nenhum. Entrei em contato com ele para que isso não mais se repetisse. Com relação ao blog, disse que poderia fazer um pequeno texto seu, com referência ao meu texto, inclusive remetendo ao original com citação da fonte, não mais publicar na íntegra.

BlogKveta

Site Oficial do Chapadinho Festival

Quinta-Feira, 24 de Maio de 2007
Patrocínio: Jefferson Seibach

Foto: Jefferson Seibach/afketa

[Chapadinhofestival.blogspot.com] - Fica intrigado com muitas vezes que veja cidadãos públicos patrocinando pessoalmente eventos. É fácil aqui entendermos porque ele acredita que se cria um nome de fã/patrocinador ou do convite de rádio quando presencia um comercial cujo dono é mesmo "patrocinista futuro de lá".

O primeiro é o exemplo de fazer isso sem medo que a prefeitura não aceite. Seu nome faz estampado nos cartazes do Bloco GGC, aparece no site de Festival de Chapadinho, nas festas onde se distribuem gorjetas, etc. Quem vai para o Balco (ou Vitoria, lá onde fica o Campus da UFPA, imagine um endereço com os nomes de vários patrocinadores), dentro dele é a secretaria de desenvolvimento social, Gersilene Carneiro. Nas também, se não se encaixa, como propagando de TV onde o nome dela aparece entre os apaladores.

Na última vez que fizemos, ela pensando a dificuldade desta exposição do nome se não é época da eleição e essas pessoas não estão se candidatando a nada? A Constituição Federal de 1988 e a própria Lei 11.300/2006 vedam exposição dessa espécie.

No artigo 37 do CE, inciso XXXI, § 2º, já dispõe que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. A lei eleitoral proíbe propagando antes do período eleitoral.

Se a Duxória quer se lançar candidato a prefeito, não poderia, no mais, usar seu nome dessa forma. Mas não tem de expor-se publico ser usado para indicar as regras de já indicar-se no rádio, seja entrar mesmo ou não e começar a patrocinar eventos para não mais nem em exposição, se mesmo Patrocinador Jefferson Seibach. A única coisa certa é que a eleição vai perder público, depois ele vemme que estão apoiando...

Postado por Sônia Neta às 09:04 O comentário [X]

Você é nosso visitante de número...

10.547
 Contador de visitas

Contatos:

E-mail: blogkveta@hotmail.com
 phone: (90) 9662-0210

Vem aí - 1º DEMOLAY DANCE

A "Muneca" acrobata próxima sexta-feira (25), a partir das 22h00, Alameda Clubes II, será animada pela Equipe Dance Mix (DJ Gilberto & Cia.). Ingressos a preços populares: Boys R\$ 3,00 e, Girls R\$ 2,00 - Adquirir o seu com Bruno Sousa (9611-4746 / 3471-1343).

MILLENNIUM - O Retorno!!!

A noite MILLENNIUM reúne suas portas abertas dia 02 de junho, com uma super festa-dança, com participação especial do DJ Claudinho Polary. Organização: promoter Henrique Pereira. É gente se vai pra lá!

Apesar do solicitado, ele voltou a copiar e colar textos meus em seu blog. E o engraçado é que, na maioria dos casos, são aqueles textos que criticam a administração do prefeito Magno Bacelar ou da sua possível candidata, a Secretária Danúbia Carneiro. Pelo que dizem, Sousa Neto mantém fortes relações com o ex-prefeito Izaias Fortes, o mesmo que apareceu num canal de televisão esses dias, durante dois programas consecutivos, para anunciar o que pretende fazer quando for eleito, como se as eleições já tivesse em curso, algo totalmente ilegal e imoral. Quando Sousa

Neto relançou o jornal, afirmou textualmente que pretendia “levar a boa informação, imparcial e com responsabilidade” mas também “servir de elo entre a comunidade e nossos representantes na política local”. Em outras palavras, um veículo de partido.

Para se ter idéia, quando xerocaram centenas de cópias do texto que escrevi sobre o papel da primeira-dama, com referências a Danubia Carneiro, retiraram do blog do Sousa Neto e não do meu blog, algo que se deduz vendo a formatação e a troca da própria foto da Secretária. Peculiaridades como essa levam a crer que quem mandou xerocar e espalhou pela cidade tinha relações com esse grupo político.

Quero fugir justamente da partidarização das idéias. Não me ligar a essa ou aquela facção ideológica me permite analisar conjunturalmente a situação, como se espera de um professor de Universidade Federal. Apontar as questões sem olhar a quem.

Torno público isso para que fique claro quais são os meus propósito e quais são os propósito de alguns que se utilizam daquilo que escrevo. Espero que fique claro e, obviamente, que não mais se repita.

PS: No mesmo dia Sousa Neto retirou os textos do seu blog. Agradeço...

O futuro da UFMA em Chapadinha: a falta de preparo dos alunos

A falta de preparo dos alunos de Ensino Médio, algo que poderá determinar a sobrevivência dos cursos de graduação aqui em Chapadinha, resulta de dois fatores.

Primeiro, antes da vinda da UFMA para Chapadinha, os alunos que terminavam o Ensino Médio iam embora para capitais como São Luis e Teresina, para tentar entrar nas federais e mesmo nas particulares, ou faziam os cursos oferecidos pelo ISCDE aqui mesmo, opção disponível a pouco mais de 3 anos. No primeiro caso, inevitavelmente tinham de passar por cursos preparatórios antes de

conseguir aprovação. Uma vez graduados, não voltavam mais para as cidades de origem, provocando verdadeira sangria de capital humano nessas comunidades, impossibilitando-as de superar seu atraso.

O segundo fator diz respeito a própria deficiência das escolas em preparar para o vestibular. Não sou partidário da tese que essa seja a finalidade última das escolas, mas também acredito que não se pode deixar de fazer. Enquanto no sul-sudeste os alunos aprendem a ler já na primeira série, aqui no Nordeste, em muitas escolas municipais, isso vai ser dar lá na terceira ou quarta série. Em termos de estrutura mental, da capacidade de desenvolver conhecimento, isso afeta os alunos futuramente. Além disso, a histórica falta de opções em seguir estudando não motiva alunos a se preparar para concursos. Cursar o Ensino Médio acaba sendo o fim do caminho para a maioria.

A graduação da UFMA em Chapadinha começa a reverter esse quadro, mas lentamente. Com apenas três cursos ofertados, aqueles que têm condições financeiras continuam sustentando os filhos nas capitais. Retém-se aqui somente os que optam de fato por Agronomia, Biologia ou Zootecnia. Por outro lado, as poucas escolas do Ensino Médio ainda vão levar bom tempo para responder em termos de preparação para o vestibular. Os alunos levarão mais tempo ainda para acostumarem-se com a idéia de que podem e devem seguir estudando, graduando-se aqui mesmo em Chapadinha.

Acrescenta-se a isso a necessidade de instalação de cursos pré-vestibular para atender essa demanda onde os candidatos não concorrem uns com os outros, mas consigo mesmos.

Por fim, tem-se a questão do nível de exigência da prova da UFMA, que corta quase três quartos dos candidatos já na primeira etapa. O fato da UFMA vir a oferecer uma prova especial nesse momento, para preencher as vagas existentes, não quer dizer que assim será no futuro.

Uma porque fazer provas diferenciadas por região eleva o custo já altíssimo, algo refletido no valor da inscrição, em torno de R\$ 75. O próprio custo da inscrição inibe possíveis candidatos aqui em Chapadinha, porque acreditam que pagar esse valor sem estar preparado é jogar dinheiro fora.

Outra razão para não se ter vestibular diferenciado para Chapadinha dá-se pelo fato de que, mesmo que completem turmas, o despreparo dos alunos ensejará índices elevados de retenção ou repetência. Assim, muitos entrariam, poucos se formariam. E não se pode baixar o nível de exigência ao longo do curso em nome da manutenção do número de alunos. Isso desmereceria o diploma de quem se forma na UFMA.

Neste contexto, a falta de preparo dos alunos de Ensino Médio precisa ser enfrentada, para que os cursos de graduação aqui em Chapadinha sobrevivam.

O futuro da UFMA em Chapadinha

Engana-se quem acredita que a permanência da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em Chapadinha está consolidada. Aos ingênuos ou desavisados, tal afirmação pode soar como terrorismo descabido, pessimismo ou mesmo sensacionalismo. Todavia, afirmo que a sobrevivência ou não dos cursos de graduação aqui na região do Baixo Parnaíba dependerá de uma série de fatores, os quais pretendo apontar e analisar, um a um, nos próximos dias.

A questão nevrálgica que se coloca é o fato da menina dos olhos do reitor Fernando Ramos conseguir ou não atrair quem queira estudar em Chapadinha. O último vestibular deu mostras disso ao ter pouco mais de 230 inscritos para os três cursos que oferece.

O percentual dos que passaram na primeira fase ficou um pouco abaixo ao de São Luis, em torno de 20%, algo esperado em face da pouca tradição em prestar vestibular na região. Ocorre que o pouco número de inscritos, somado ao índice de aprovados na primeira fase, ensejou mais vagas do que candidatos já para a segunda fase.

No final, foram aprovados somente 16 em Agronomia, 13 em Ciências Biológicas e 8 em Zootecnia, números abaixo do necessário para formar turmas, conforme orientação do MEC.

Esperava-se que a demanda reprimida por cursos de graduação supriria o vestibular de candidatos ao menos por 4 anos. Essa escassez já no segundo concurso acende, portanto, o sinal de alerta.

Em face da situação periclitante, o Campus de Chapadinha sugeriu para a Reitoria que se fizesse um vestibular especial para o segundo semestre de 2007, com início das aulas em setembro. Nesse meio tempo, ofereceu um cursinho pré-vestibular gratuito, ministrado pelos próprios professores do CCAA. Para a surpresa de todos, o número de inscritos ultrapassou 700, obrigando a se fazer seleção de 150, face às restrições de espaço físico para abrigar a todos e o número limitado de docentes nas áreas básicas.

O fato da procura pelo curso pré-vestibular ter sido maior do que do próprio vestibular, é reflexo do primeiro fator que poderá determinar a sobrevivência dos cursos de graduação aqui em Chapadinha: a falta de preparo dos alunos do Ensino Médio na região.

Dia Mundial do Meio Ambiente

A data de hoje, 5 de junho, destina-se a pensar o meio ambiente. Não comemorar, pensar. A degradação planetária, com impactos globais, enseja refletir sobre o assunto, sobre a capacidade do planeta regenerar-se.

Enquanto aqui em Chapadinha acusa-se os sojicultores de todo caos do planeta, as comunidades centrais – europeus, norte-americanos e japoneses, agora também os chineses – seguem consumindo bens cada vez mais descartáveis, impossibilitando qualquer tentativa de equilíbrio ambiental.

O grande vilão da degradação do meio ambiente não é o impacto gerado pela dita invasão do agronegócio, mas o consumo desvairado. Consumimos mais do que precisamos em termos de comida, água,

energia, etc. Agora mais do que nós, as comunidades centrais que citei consomem muito mas muito mais.

Para se ter idéia, dizem que o cachorro doméstico de porte médio dos EUA consome sete vezes mais do que o indiano adulto. Enquanto andamos com carros populares de baixa cilindrada, os irmãos yankees só deslocam-se com potentes carrões, tocados a motores literalmente beberões.

Enganam-se aqueles que imaginam que essa conta vai ser paga nas gerações futuras. Já estamos entrando no clima...



UFMA: voto paritário ou proporcional?

De maneira geral, as eleições para reitor e vice-reitor da UFMA transcorreram normalmente. Aqui em Chapadinha foram de harmonia ímpar, característica de processos eleitorais civilizados. Mas em São Luis, um protesto estudantil chamou a atenção e quase motivou tumulto maior.

A reportagem da Mirante informa que militantes do Diretório Central do Estudantes (DCE) e da Coordenação Nacional de Lutas Estudantis (Conlute) fizeram manifestação a favor do boicote à consulta prévia e utilizaram-se de carro de som. O membro da comissão eleitoral, José Rinaldo Maya, ao ser convocado pelos membros das comissões de campanha por causa do barulho, chamou a Polícia Federal para intervir na manifestação. Os coordenadores das campanhas entraram em acordo e dispensaram a presença da Polícia Federal, por considerarem legítima a manifestação dos militantes.

O motivo do boicote era porque os militantes não concordam com a porcentagem dos votos (70% professores, 15 % técnicos administrativos, 15 estudantes) e com a lista tríplice.

Não há dúvida sobre a legitimidade do pleito, ainda mais vindo de segmento que representa somente 15% do peso dos votos, portanto que se acha desprestigiado. O voto partiário – mesmo peso, indistintamente se de professor, aluno ou técnico – foi inclusive proposto pelos três candidatos a reitor.

Embora o candidato Francisco Gonçalves tenha ganho entre os estudantes, 2.073 votos contra 1.439 de Natalino, no cômputo geral, caso fossem somados todos votos, independentes de peso, Natalino Salgado ainda seria o eleito, pois somou 2.772 votos no total, contra 2.705 de Gonçalves.

Mas a questão da desproporcionalidade dos votos enseja pensar a própria Universidade e o porquê disso. Todos sabem que as Universidades baseiam-se no tripé ensino, pesquisa e extensão. Por isso mesmo, atingem públicos diversos: alunos no ensino,

comunidade científica na pesquisa e comunidade em geral na extensão.

Assim, é errôneo achar que os alunos são os únicos com que a Universidade tem de se preocupar. Eles são parte do público que a Universidade atinge, não os exclusivos. Além disso, pesa sobre os discentes o fato de serem transitórios na Universidade: entram no vestibular e em quatro anos em média saem formados.

Os professores são os que respondem pela tríplice atividade universitária. Ensinam, fazem pesquisa e projetos de extensão. Baseado nisso é que se outorgou a eles a maior proporcionalidade em termos de escolha, algo que está legitimado não só na eleição de reitor, vice-reitor e diretores de centro, mas também em todas decisões que se toma dentro da Universidade, onde a representação dos técnicos é de 1 para cada 10 professores e entre a dos alunos é de 1 para cada 20.

Volto a dizer que acho legítima a reivindicação dos que se sentem desprestigiados em termos de voto. Todavia, se essa desproporcionalidade reflete a complexidade da questão, acabar com ela poderá criar diversas anomalias em termos de representação. Se os alunos querem ter mais votos, a comunidade científica atingida pela pesquisa e a comunidade em geral atingida pelos projetos de extensão têm o mesmo direito de ter voz e voto dentro das escolhas que se faz na Universidade.

Defendo a manutenção dessa desproporcionalidade, tanto no voto direto quanto nas micro-decisões. O que poderia mudar, ao meu ver, seriam os percentuais: 30% para os discentes e 70% para docentes e técnico-administrativos, muito mais próximo do peso de cada uma das partes envolvidas.

Pré-candidatado a prefeito pelo PSB: empresário e religioso?

Com a desistência do deputado Paulo Neto na disputa a prefeito de Chapadinha, por conta do envolvimento de seu nome no caso Bertin

e na própria prefeitura de Presidente Vargas, o Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro (PSB) está aventando o nome do empresário Francisco das Chagas Gomes, conhecido como Irmão Gomes, para concorrer em 2008 a prefeito. Gomes representa justamente dois setores da sociedade que almejam o poder: empresários e religiosos.

Como empresário, propaga o discurso da agilidade na administração pública: “Chegou a hora do comerciante – anunciou numa entrevista a um jornal que vende entrevistas – aquele que sabe negociar, sabe quanto custa o preço de um quilo de ferro, do material de construção, de colocar as coisas em prática”. Já como religioso, deseja ser o bastião da ética no trato da coisa pública.

Ambos discursos não se sustentam na prática. Aliás, várias experiências mal sucedidas comprovam isso. Tanto empresários quanto religiosos, ao entrarem na política, esquecem tudo que disseram e passam a rezar conforme a nova cartilha. É incrível como mudam, da água para o vinho, na prática política. Basta ver a lista dos corruptos nas diversas CPI’s.

É fácil dizer que se vai levar os conhecimentos empresariais para a política. Todavia, as negociações envolvidas nas duas esferas são completamente diferentes. Enquanto na privada, impera a lógica do lucro, na pública importa o bem comum. Isso, por si só, já basta para desmontar qualquer discurso simplista de que basta um bom administrador de empresas para se ter um bom gestor público.

Outro discurso que não se sustenta é o religioso. O dito “irmão” não irá continuar benevolente na política pois terá de focar não mais Deus, mas a comunidade, algo que sempre desagradará alguém.

Como diz o dito popular: é fácil falar, difícil é fazer. Ambos discursos, tanto empresarial quanto religioso, escondem perigosas questões. É um canto da sereia que só contribui para a perpetuação das mazelas sociais.

Desenvolvimento sustentável

No dia 5 de junho escrevi sobre a degradação do meio ambiente, fruto não exclusivamente do impacto gerado pelo agronegócio – aqui em Chapadinha a soja -, mas principalmente devido ao consumo desvairado.

Dias depois, conversava na praça com o colega professor de Botânica da UFMA, André Luis Silva, e falava que não sou a favor nem do preservacionismo, como ele pregava, nem da ocupação intensiva, mas do desenvolvimento sustentável, que se dá essencialmente na ponta do consumidor. Nem ao céu, nem à terra, contra-argumtei que antes de falarmos em preservar a qualquer custo, só porque “tem que ser preservado”, deveríamos pensar naquilo que usamos, como nos vestimos, comemos, andamos, etc.

Recebo a edição da revista *CartaCapital* (n.447, de 6/6/2007) somente hoje, dia 13 de junho. Me surpreendo com a reportagem especial sobre sustentabilidade, “A força que está ao alcance de todos”, que diz que a responsabilidade também é do poder público e das empresas, mas ir além da mera consciência e efetivamente mudar atitudes diárias é mais do que desejável, é fundamental. O texto elenca quatro exemplos:

1. Economizar energia, através da redução do consumo familiar, como usar iluminação natural, trocar chuveiro elétrico por aquecimento solar, rever o uso de ar-condicionados, entre outros;
2. Usar menos água, consertando vazamentos, fechar a torneira quando se escova dentes, ensaboar-se no banho ou se lava a louça, trocar a descarga de válvula pela de caixa;
3. Reciclar o lixo, levando sacolas próprias ao supermercado, evitando assim as sacolas de plástico (eu pessoalmente comecei a pedir caixa de papelão, para embalar o lixo e evitar que animais esparramem no chão);
4. Usar o carro de modo racional, pegando carona com vizinhos ou colegas de trabalho, usar menos ar-condicionado, não abusar do

motor, regular bem o veículo;

5. Consumir menos carne bovina, que exige grandes extensões de terra para sua criação e produzem metano no processo digestivo (flatulência do boi).

Claro que fica difícil mudar hábitos brasileiros quando, volto a dizer, norte-americanos, europeus e asiáticos consomem cada vez mais produtos descartáveis, num ritmo tão avassalador que impede, aí sim, do planeta regenerar-se. Para quem não sabe, os ditos países desenvolvidos consomem mais de 75% do que é produzido no planeta, para uma população de menos de 25%. Aí está a grande questão...

Internet: qual nosso futuro?

Pesquisa conduzida em sete países ditos desenvolvidos - EUA, Inglaterra, França, Itália, Espanha, Alemanha e Austrália – mostra como a internet está galgando paulatinamente o posto de principal fonte de informação para os usuários, devendo ultrapassar futuramente a televisão. O estudo também revela a tendência ao desaparecimento do jornal impresso por conta dos custos e da facilidade e instantaneidade de leitura pela internet.

Aqui no Brasil, essa tendência vai demorar mais a pegar, embora chegará o tempo em que cada vez mais pessoas gastarão seu tempo na internet do que vendo televisão ou escutando rádio.

Mais tempo ainda levará para que a internet avance sobre outras mídias em regiões brasileiras periféricas, como Chapadinha. A precariedade dos serviços de conexão banda larga aqui na região é tamanha que ou se avança de vez ou se retroage à idade das pedras da informática.

O único provedor na cidade, a Chapanet, tem dificuldades em oferecer serviços de qualidade. A conexão é lenta e frequentemente ocorrem quedas. Novos assinantes tem de entrar em fila de espera. O valor da mensalidade, em torno de R\$ 80, é alto, tanto aqui onde a renda é baixa quanto se fosse em áreas metropolitanas, onde já é

possível ter o dobro de velocidade pela metade do preço. Agora, a grande responsável por isto não é a própria empresa chapadinhense, mas a Embratel que fornece o link. Como é uma empresa privada, pouco investe nas áreas que não trazem lucros enormes, como nas regiões metropolitanas.



A Amazônia Celular também oferece conexão, mas além de ser mais caro é mais lento. A única vantagem é para quem tem laptop, pois consegue acessar onde tiver sinal. Como a maioria usa computador de mesa, não é alternativa viável.

Enquanto isso, Barreirinhas começa a ter as experiências de conexão via rede elétrica e outros municípios no Brasil já falam em disponibilizar gratuitamente redes de wireless, que usa ondas eletromagnéticas para estabelecer a comunicação. Ao invés do Prefeito distribuir peixes, deveria pensar nessa possibilidade. O investimento seria enorme, mas possibilitaria a muitos caminhar com as próprias pernas futuramente, consubstanciando a famosa frase: Não dê o peixe, ensine a pescar.

Mas não! Ao invés disso, o uso do computador nas escolas públicas é precário. Uma colega contou-me que certa escola conseguiu verbas para montar seu laboratório de informática, mas não disponibiliza aos alunos porque simplesmente as professoras não sabem lidar com o computador, portanto não querem passar vergonha. Tal atitude perpetua o analfabetismo digital e pode determinar grandes atrasos às gerações futuras daqui.

Está mais do que na hora de Chapadinha pensar o que quer em termos de futuro. Incluir na pauta do dia o uso da internet. A menos que queira manter na ignorância as milhares de pessoas que aqui residem e só tem acesso a rádios e televisões, muitas das quais ladeadas por grupos políticos. Talvez a razão da falta de investimentos resida justamente nisso...

O futuro da UFMA em Chapadinha: cursinho pré-vestibular

Na consolidação do Campus da UFMA em Chapadinha, um dos pontos mais importante é o da preparação dos alunos. Exemplo foi o último vestibular, com poucos inscritos e menos ainda aprovados. Concluiu-se que a falta de preparo dos alunos de Ensino Médio estaria inibindo a inscrição.

Ponto positivo é que existe vontade de estudar. Basta ver os mais de 700 inscritos para o cursinho pré-vestibular gratuito, ministrado pelos próprios professores do CCAA. Pela falta de infra-estrutura para acomodar tanta gente, foram selecionados somente 150.

Além dessa vontade de estudar, deve existir, por parte dos vestibulandos, vontade de priorizar os estudos antes de qualquer coisa. Isso vai exigir com que invistam em mensalidades de cursos pré-vestibular que já estão sendo oferecidos na cidade, compra de livros ou mesmo gastar as horas na internet em busca de conteúdos informativos.

Em contra-partida, deverão ser deixados de lado festas, forrós, cerveja na praça, horas no orkut e MSN, crédito no celular e muitas outras coisas que, para eles, são supérfluas nesse momento.

O investimento vale a pena. O mínimo que vão conseguir será a possibilidade de dar um salto qualitativo na vida, por conta de melhores empregos e colocação no mercado.

Despertar para essa questão é crucial nesse momento. Essa é uma das horas em que os caminhos da vida se dividem. A estrada fácil é seguir na mesma, sem investir em si. A difícil, pedregosa e cheia de obstáculos, é a que exige esforço sobre-humano de renúncia e obstinação na busca de qualificação.

Depois não adianta chorar pelo leite derramado...

Comércio local: é preciso profissionalizar!

Comprar com cartão de crédito é uma alegria e uma tristeza, isso tudo ao mesmo tempo. Alegria porque a idéia-força é a facilidade em não precisar dispor do dinheiro naquele exato momento. A tristeza dá-se por conta da extrapolação das despesas quando vêm a fatura.

Agora, uma coisa que quebra essa alegria é o fato de alguns comerciantes, pouco informados, venderem por preço diferente do que o a vista quando o pagamento é cartão de crédito, enquanto a obrigatoriedade é de manter o preço à vista igual ao preço no cartão.

A loja de roupas ao lado da agência lotérica, acho que de nome K entre nós, chegou ao cúmulo de sugerir que não daria o famoso desconto a vista mesmo pagando com cartão de débito, aquele em que o dinheiro sai da conta corrente na mesma hora e é pago ao comerciante 2 dias depois.

Mas foi na loja ao lado que tive desentendimento. Entrei, junto com minha esposa, para ver um presente. Lá pelas tantas, minha esposa pediu pra ver uma peça que gostou. Olhamos o preço, sempre salgado aqui em Chapadinha, e perguntei qual era o desconto a vista: 15%. Como poderia pagar? No cartão. Muito bem, leva pro provador, vê se gostou, aprovado, vamos pagar...

Foi nessa hora a decepção. "Infelizmente, não posso dar o desconto a vista se é cartão de crédito, só no débito", disse a dona da loja. Tentei argumentar, explicar que isso era ilegal, que poderia inclusive perder a máquina se a operadora do cartão descobre que ela cobra preço diferente pra ser pago no cartão.

Disse mais, que até achava justo ela cobrar 15% de juros de quem lhe paga pingado todo mês, em várias vezes, no famoso crediário, porque recebe mês sim mês não. Mas no cartão de crédito não, pois quem garante o pagamento é a operadora. Não há risco, por isso não pôr sobrevalor em cima da venda. Aliás, não dar o famoso "desconto a vista" serve exatamente para cobrir a inadimplência e não para cobrir o giro do dinheiro, visto que os juros reais, hoje em dia, estão relativamente baixos.

Conclusão. A inflexibilidade da dona da loja fez com que desistíssemos de comprar. Além daquela venda, perdeu um cliente no mínimo com alto poder aquisitivo, algo raro aqui em Chapadinha.

A falta de profissionalização dos comerciantes, visto em atitudes como essa, resultam em fuga dos clientes. Se o comércio local não mudar, fica difícil convencer quem ganha melhor a gastar aqui seu dinheiro. Quem vai lucrar com isso é São Luis. Depois não adianta chorar pelo leite derramado, nem fazer campanhas piegas – "Quem é daqui compra aqui" – para segurar a sangria desatada que vai ser...

O CDL serve pra que mesmo?

Menores pedintes e a paternidade responsável

Domingo a noite. Praça lotada. As famílias levam a criançada para brincar, correr de um lado ao outro. Em meio à multidão, menores vão de mesa em mesa para pedir trocados, dizem que é pra comprar um lanche. Não dá pra entender a iniciativa, afinal, o grupo não é maltrapilho, pelo contrário, vestem-se dentro de certa normalidade.

Parto do princípio que quem dá esmola, distribui miséria, alimenta o ciclo vicioso da pobreza. Primeiro porque produz uma acomodação no sujeito que recebe, tira dele o incentivo de batalhar para conquistar as coisas. Segundo porque, se necessita de fato, deve ser atendido pelo Poder Público. A Secretaria de Assistência Social do município só tratará da questão se for pressionada para isso. E se ninguém aparecer, porque recebe esmola, é como se o problema não existisse.

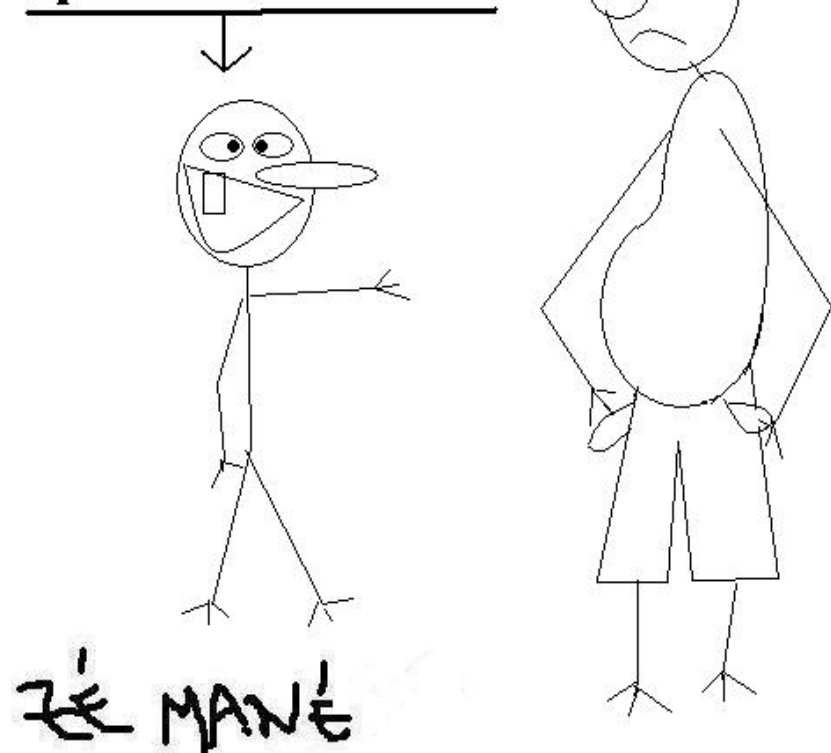
Vejo com muito bons olhos a instalação do Conselho Tutelar em Chapadinha. Não sei se é recente o atendimento, só nunca tinha visto antes. Um de seus papéis é justamente tratar das questões da mendicância infantil. Mas sua responsabilidade é maior ainda, promover o debate em torno das causas dessa mendicância. E uma dessas causas é o planejamento familiar, tema complexo, difícil de enfrentar porque envolve valores tradicionais, mexe com as crenças e valores da pessoa.

Dou minha singela contribuição. Penso ser impossível falar em planejamento familiar partindo duma visão elitista, excludente e simplista. A complexidade da questão exige uma abordagem à altura, algo não alcançado quando se limita o tipo de profissional envolvido. É necessária uma equipe multidisciplinar, com envolvimento de padres, pastores, presidentes de associações de bairro, agentes de saúde, etc., pessoas que estão na linha de frente e vivenciam todo dia problemas e aflições decorrentes da falta de planejamento familiar.

Seminários se limitam a concluir que planejamento familiar é exclusivamente para limitar o número de filhos que pessoas de baixa renda possam e devam ter, como se, com isso, acabassem os

problemas urbanos, tais como violência, miséria e mendicância infantil. Não se fala em planejamento familiar para pessoas abastadas, até porque quem tem recursos faz por conta própria, na maioria das vezes utilizando a repugnante prática do aborto. Adolescentes de nível sócio-econômico médio para cima, usam medicamentos para interromper a indesejada gravidez, sem ninguém ficar sabendo.

Filho do Zé Mané pedindo trocados



Então a questão é: como fazer com que uma jovem pobre não tenha vários filhos? Afinal, essas crianças provavelmente vão ter um futuro incerto e duvidoso, acabando por engrossar as fileiras da

criminalidade, aumentando ainda mais os índices de violência urbana. Na visão simplista da elite, a solução é cortar o mal pela raiz, limitando o número que uma mulher pobre possa ter, distribuindo contraceptivos.

Ainda pior é querer maior “conscientização” por parte da população que se encontra abaixo da linha da pobreza. Vivemos num mundo onde nunca se teve tanta informação (internet, jornais, rádios, televisão), mas onde falta a mais e mais pessoas o senso crítico. É uma multidão de pessoas informadas e ao mesmo tempo alienadas, pois não sabem o que fazer com toda essa informação.

A pergunta maior - essa sim deve ser objeto de debate – é o que representam os filhos? Para os pais afortunados, o filho é alegria mas também alguém que necessita investimentos a longo prazo e a fundo perdido, leia-se despesas como vestuário, saúde, educação, etc. Diferente são os filhos de pessoas pobres, que representam novas perspectivas para a família, através de auxílios sociais, como o bolsa-família, rendimentos auferidos pela mendicância infantil ou o emprego desses menores em tarefas desenvolvidas junto com os pais.

Mas então o que fazer para limitar o número de filhos de pessoas pobres? Aborto gratuito, como fazem as adolescentes com melhores condições? Jamais, porque aborto é homicídio agravado por se tratar de ser indefeso. Acabar com programas sociais destinados às crianças? Pelo contrário, os filhos não podem sofrer as consequências dos erros paternos. Deve-se, inclusive, melhorar a qualidade de vida infantil com mais auxílio governamental.

No meu entender, há de se ter paternidade responsável, algo que não se conquista com eventos que mais acendem as luzes da ribalta do que apontam soluções plausíveis, mas que inicia quando os filhos deixarem de ser uma fonte de renda para os pais. Foi essa a causa do decréscimo do número de filhos por família, nos países desenvolvidos e agora no Brasil.

Tirar menores das ruas, acabar com o trabalho infantil, punir pais

que desrespeitam direitos básicos das suas próprias crianças e adolescentes, pleitear mais Promotores de Justiça, qualificar o Conselho Tutelar (refutar seu uso como trampolim político), mais agentes de saúde, mais Programas de Saúde da Família (PSF). Tudo isso sem flashes e holofotes.

Chapadinha precisará começar a enfrentar com seriedade essa questão, o quanto antes...

Prefeita (?) Danúbia distribui secadores de cabelo

Passarinho amarelo contou-me que a secretária do assistencialismo social, Danúbia Carneiro, em sua cruzada para conquistar eleitores para o pleito do ano que vem, distribuiu secadores de cabelo para a população de um bairro. Decerto acredita que todos da comunidade vão montar salões de beleza e, com isso, acabar com o problema do desemprego e falta de renda.



Como é cria do Nota 10 – e quer por que quer ser por ele indicada – está trilhando os mesmos passos, com atitudes que afrontam o disposto na Constituição Federal, em especial o artigo 37, que veda a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Basta ver os comerciais da televisão sobre festas populares, anunciando “apoio” pessoal da secretária.

Ela poderia começar cumprindo promessas, como pagar a totalidade do que foi contratado com o ônibus que faz o transporte dos alunos da UFMA até o Campus da Boa Vista. Como pagou só o combustível, esquecendo o restante, o ônibus parou de circular. É um bom começo, para quem quer ser prefeita...

Bolha imobiliária atinge Chapadinha?

A chegada dos empresários do campo, chamados de “gaúchos”, e mais recente a dos professores da UFMA, trouxe novas expectativas para muita gente aqui em Chapadinha.

Por um lado isso é bom, porque a esperança de crescimento e desenvolvimento faz com que empresários locais invistam em seus negócios, de modo a ampliar ou mesmo adequar os serviços prestados, para atrair esse novo público, fazendo com que gastem aqui o dinheiro.

Inclusive falei aqui sobre a necessidade de profissionalização do comércio local. Contei como deixei de ser cliente de uma loja de roupas porque a gerente não quis manter o desconto de 15% para pagar no cartão de crédito, algo obrigatório na lei e racional para quem deseja expandir seus negócios, visto que o tal “desconto” (que esconde, na verdade, juros) serve para financiar a inadimplência da venda no crediário e não cobrir os giro do dinheiro.

Mas essa nova expectativa também tem seu aspecto negativo, extremamente perverso. Trata-se da tentativa de muitos querer inflar os preços. Exemplo simples é o dos táxis da rodoviária, que cobram pela cara do sujeito. No meu caso, muito acima do valor normal. Outro exemplo é o dos aluguéis de imóveis residenciais. Pede-se,

para qualquer casa mediana, por mais mal conservada que esteja, o aluguel de 1 salário-mínimo. Aliás, a Constituição Federal veda indexar aluguéis desta forma.

Inflar os preços a níveis estratosféricos é um ganho imediato, mas não se sustenta a longo prazo. No caso do comércio, os clientes com maior poder aquisitivo passarão a comprar fora de Chapadinha. É comum, já hoje, deixar para fazer as compras de gêneros alimentícios em São Luis, pela completa baixa qualidade dos serviços dos mercados daqui, se é que se pode chamar assim as bodegas, com raras exceções, como o Mercadinho Castelo Branco, defronte a Telemar, que se esforça para oferece bons serviços.



Os desenhos são do chargista Roni, do Jornal do Povo de Cachoeira do Sul/RS, e foram retirados de 2 charges diferentes. Montagem feita pelo Zé Mané.

**Mas bah tchê!
Metendo a faca!**



Com relação aos aluguéis, a tendência é adquirir um terreno e construir sua própria morada, com adequada ventilação, disposição das peças, localização, pé direito, enfim, coisas básicas para quem vêm de fora. Seria positivo essa bolha imobiliária no setor da construção se não fosse por um senão. Os valores de imóveis estão

inflacionados, por conta da expectativa de venda por maiores valores aos “gaúchos” e professores da UFMA.

Fui olhar, só de curiosidade, um minúsculo terreno próximo de onde alocaram os camelôs, media 9 x 18. Valor: R\$ 13 mil. Argumento da proprietária: “é a chegada dos gaúchos e dos professores da UFMA”. Segundo ela, já se fala em dezena de milhares de reais por qualquer lote.

Da mesma forma que no comércio, os que vê de fora vão acabar procurando alternativas para comprar lotes. Até porque, querer pedir fortunas numa cidade sem calçamento, iluminação pública, transporte público, abastecimento de água ou mesmo força elétrica de qualidade, é, no mínimo, irônico.

A bolha tende a estourar e respingar para todos os lados. Depois vai ter choro e ranger de dentes, como diz a profecia...

Dekasseguis chapadinhenses

O termo dekassegui é formado pelas palavras japonesas deru (sair) e kasegu (ganhar dinheiro), designando qualquer pessoa que deixa sua terra natal para trabalhar, temporariamente, em outra região. Para se ter uma idéia da força econômica dos dekasseguis brasileiros que vivem no Japão, o Ministério da Justiça estima média de envio anual de R\$ 1,5 e 2 bilhões de dólares para o Brasil.

Os mexicanos vivendo em terras estadunidenses são outro exemplo. Representam um dos principais itens na balança de exportações, não pelo alto número dos que deixam o país mas pelo dinheiro que enviam mensalmente para os parentes que ficaram no México. São bilhões de dólares, sangria que incomoda muitos norte-americanos por entenderem que quem manda dinheiro para outro lugar não investe em sua própria localidade, portanto, não gera riqueza.

Chapadinha vive um pouco disso. É comum os filhos da terra migrarem para outras localidades em busca de emprego e renda, de melhoria na qualidade de vida através das oportunidades que outras regiões oferecem. Como os que saem não tem qualificação

técnica, acabam servindo de mão-de-obra barata, para trabalhos braçais, muitas vezes em lavouras temporárias, como cana-de-açúcar. Basta ver o número de trabalhadores maranhenses em regime de escravidão libertos nas fazendas.

Não há discussão sobre essa questão. Parece ferida que não cicatriza, mas de tanto convívio, não incomoda tanto assim. Sou partidário da tese que devemos meter o dedo nela, tirar o pus e fazê-la cicatrizar de forma saudável (com o perdão da metáfora).

Sei que muitos dos que migram mandam recursos para Chapadinha, investem aqui suas finanças, desde o mero sustento dos familiares que ficaram até a aquisição de imóveis ou mesmo a colocação de negócios.

Ao mesmo tempo, a sangria desatada de jovens desqualificados impossibilita o desenvolvimento pleno do município, visto que são os mais empreendedores que decidem ir em busca de oportunidades fora daqui. Vão justamente os que têm espírito de arriscar e que poderiam alavancar o desenvolvimento da região através de novos empreendimentos. Vão porque não vêem horizontes aqui.

Se Chapadinha quiser prosperar, retirar da miséria e do marasmo grande parte de sua população, deixar de ser sustentada por incentivos do governo federal como bolsa-família ou repasses para prefeitura, precisará criar oportunidades para esses migrantes ficarem. Fazer um curso superior aqui é uma dessas oportunidades pois quem sai para estudar não volta mais, não traz de volta o que aprendeu. Contudo, é preciso mais do que isso.

Entendo como dever do poder público municipal promover o desenvolvimento econômico, incentivando novos empreendedores a desenvolver atividades aqui, empregando e gerando renda. Ao invés disso, compra-se tudo de fora: roupas, alimentos, móveis.

Para se ter uma idéia, aqui em Chapadinha ainda é possível comprar madeira de excelente qualidade a bom preço e mandar fazer móveis em marceneiros. Onde entra o papel da Prefeitura? Qualificar esses

artesões com cursos, para melhorar o acabamento, construir espaços adequados para que montem suas oficinas e vendam seus produtos.

Mas não, distribui-se secadores de cabelos, patrocina-se festas populares e time de futebol. O prefeito posa de benfeitor na mídia, enquanto sua verdadeira função, gerar crescimento, é relegada a terceiro ou quarto plano.

O Nota 10 não tem mais tempo de fazer nada. Ano que vem tem eleição municipal e sua preocupação é eleger-se em outra comunidade, como foi quando veio para Chapadinha. Pode até tentar fazer seu sucessor, no caso a secretária do assistencialismo social, embora seja pouco provável que emplace. Por outro lado, a volta do ex-prefeito Izaias Fortes é temerária, visto seu histórico.

Há de se ter alternativas...

Velório

A sociedade moderna evita falar em morte. Não é tema de debate, muito menos explicação em escolas ou na própria família. Ensina-se às crianças que os pais não morrem. A falta de discussão sobre o tema tem razão na prevalência do viver o aqui e agora, diferente do tempo pré-iluminista, cujo predomínio religioso obrigava o crente a postergar sua felicidade para a chamada vida após a morte, quando atingiria o paraíso, caso fosse bom cristão.

Nos meios urbanos mais desenvolvidos, que presenciaram forte crescimento populacional em dada época, tornou-se comum afastar doença e morte dos olhos da comunidade, algo necessário na medida em que evitaria os contágios. Por isso hospitais e cemitérios foram construídos fora da zona urbana. Claro que, posteriormente, a cidade cresceu mais ainda e abarcou para dentro de seus limites os espaços de viver e adoecer.

Norbert Elias, em seu livro "A solidão dos moribundos. Envelhecer e morrer", escreve que a diferença entre as pequenas e grandes comunidades é a participação na morte dos indivíduos. Quanto menor o número de habitantes, maiores são as preocupações

comunitárias com relação aos defuntos. E mais, que as regras simbólicas, exigindo reverenciar com dignidade os antepassados – não só ir ao sepulcro para acender velas, orar e chorar copiosamente, mas fazer silêncio em torno dos mortos, falar com voz abafada para não perturbar a paz dos que se foram - são formas de distanciar os vivos dos mortos. “São os vivos que exigem reverência pelos mortos, e têm suas razões. – escreveu ele – Essas incluem seu medo da morte e dos mortos; mas muitas vezes também servem como meio de aumentar o poder dos vivos”. Isto se comprova quando, numa comunidade pequena, onde centenas participam no velório, aparecem os políticos para prestar condolências.

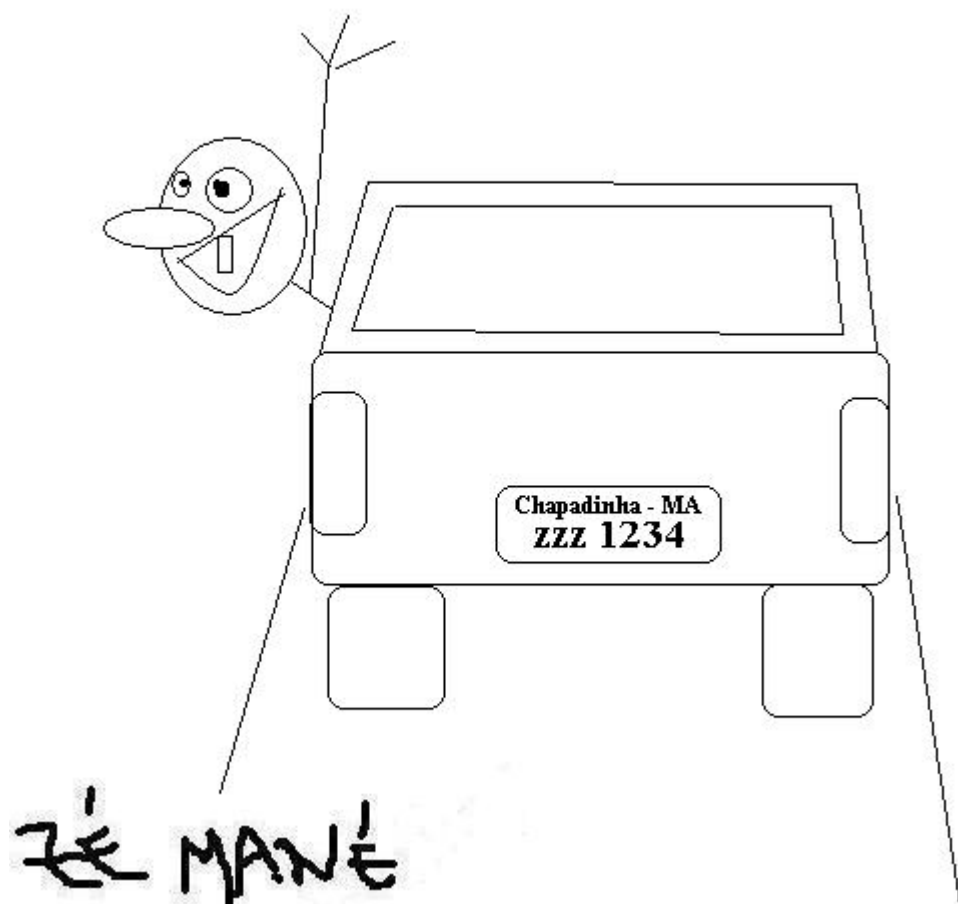
Essa semana presenciei um velório aqui em Chapadinha. Foi meu vizinho que morreu, um senhor de avançada idade. Não o conhecia, nem ao menos de bom dia ou boa tarde. Isso porque é difícil para mim, que nasci numa cidade grande, estabelecer contato com desconhecidos. A rotina dos centros metropolitanos faz com que seus moradores desconheçam os que lhe são próximos. Em São Paulo, por exemplo, é comum descobrirem vizinhos mortos, depois de dias, por conta do cheiro da decomposição do cadáver.

Mas os velórios em comunidades do interior, como Chapadinha, causam estranheza a quem chega de fora, por duas razões: o corpo é velado em casa e os parentes oferecem aos presentes comida e bebida. Embora seja tradição local, acredito na necessidade de construção de capela mortuária pública, algo que daria opções aos parentes, que poderiam continuar velando nas próprias casas ou utilizar a nova estrutura oferecida. Para se ter idéia, 200 pessoas morrem todo ano em Chapadinha, média de 1 por cada 2 dias.

É necessário oferecer infra-estrutura adequada, dar paz não só aos que vão, mas também aos que ficam.

Feriado

A felicidade não é um destino onde chegamos, mas sim, uma maneira de viajar... ainda mais no feriado!



O futuro da UFMA em Chapadinha: hospedagens

Na série sobre a sobrevivência da UFMA em Chapadinha, já falei sobre a falta de preparo dos alunos de Ensino Médio e a necessidade de instalação de cursos pré-vestibular. Outro item importante, que dependerá da parte da população não atingida diretamente pela reativação do Campus em Chapadinha, é o das hospedagens, principalmente de alunos.

Afora os que vêm morar de favor com algum parente, principalmente os oriundos de cidades menores ou da zona rural, a hospedagem dá-se, basicamente, de duas formas: alugando apartamentos com outros estudantes ou indo morar em pensões.

Uma terceira opção para os que vêm de fora estudar na UFMA seria a Casa dos Estudantes, espécie de alojamento gratuito para os de menor condição econômica. Nesse caso, caberia à própria Universidade prever no projeto e construir o prédio. Agora, só a pressão dos próprios estudantes tornará isso possível. Sua materialização precedi, inclusive, outras reivindicações.

No caso das hospedagens pagas, é lugar-comum falar sobre a febre das construções na cidade. Muitas casas, construídas sem a menor infra-estrutura, estão ganhando um segundo andar, normalmente com um apartamento. Isso porque existe a preferência de quem vêm de fora por alugar este tipo de imóvel. Apartamento é sinônimo de segurança. Basta fechar a porta e sair, sem temor de entrar o amigo do alheio pela janela dos fundos. Além disso, para quem estuda, alugar apartamento com outros estudantes permite dividir as despesas mensais e mesmo a aquisição de utensílios domésticos, como geladeira, fogão, mesa de jantar, etc.

Também muitos dos chamados “hotéis” – na verdade pensões – estão recebendo melhorias. É muito comum para quem estuda alugar um quarto. Inclusive os familiares sentem-se mais seguros vendo os filhos sendo “cuidados” pelos proprietários dessas pensões, que fornecem refeições, não deixam chegar tarde em casa, como se fosse uma família estendida.

Para qualquer dessas duas opções, existe enorme dificuldade em termos de descobrir quem tem apartamento ou quarto para alugar e quem precisa de lugar para hospedar. Normalmente esse tipo de junção seria feito por uma imobiliária, no caso dos imóveis, e pelos próprios comerciantes, no caso das pensões.

Em face da inexistência de ambos, uma alternativa é o mural de recados na própria Universidade, com os famosos bilhetes oferecendo vagas ou dos dispostos a locar imóveis. Outra seria ter um classificados, impresso ou on-line, onde poderia ser oferecido qualquer badulaque: violão sem corda, gata com cria, cão sem dono, recados do amor. Quem se habilita?

Falta educação é para os educadores

Professores, técnicos e especialistas em educação lotaram o ginásio da Escola Pequeno Príncipe para discutir a ampliação de oito para nove anos o período em que as crianças devem passar no ensino fundamental. O evento foi iniciativa da Secretaria Municipal de Educação.

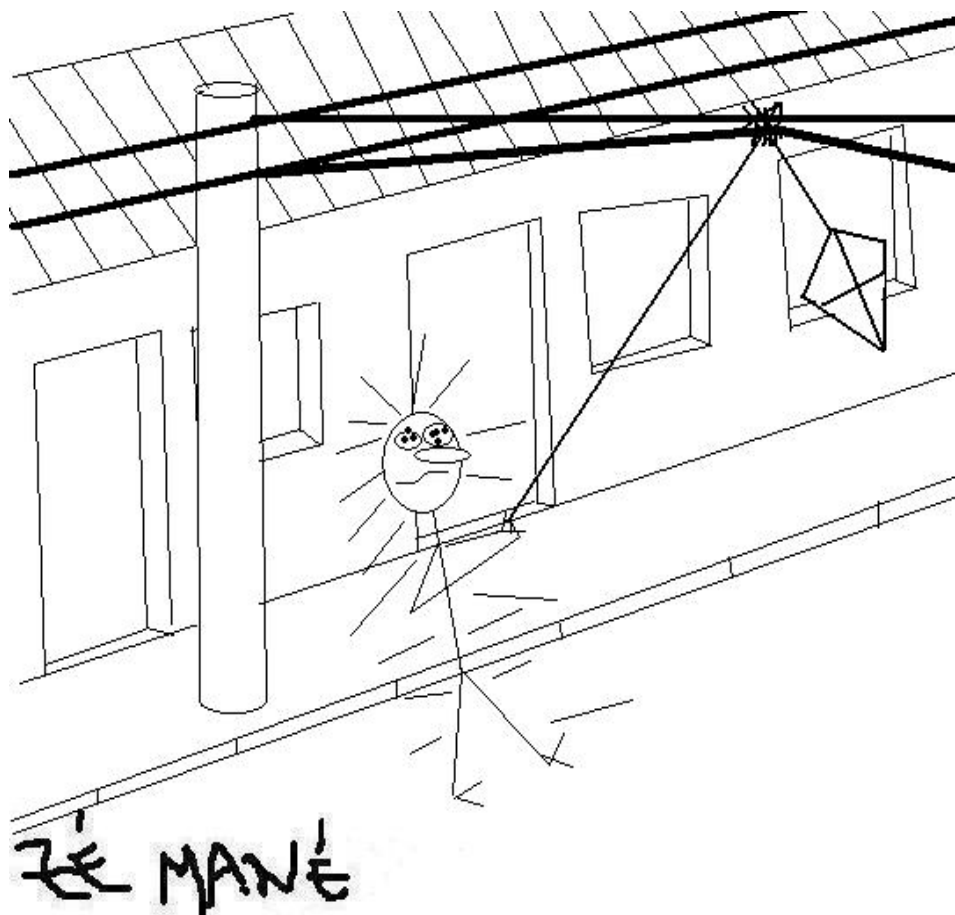
Interessante, antes de pensar em ampliar o ciclo do Ensino Fundamental, seria os educadores terem mais educação, ao menos no que se refere à questão de respeito ao espaço público, indiretamente respeito ao espaço alheio. A enorme quantidade de motocicletas estacionadas na frente do ginásio literalmente trancou a rua, impedindo a passagem de automóveis. Se ainda tivessem fechado a rua tudo bem, mas deixaram aberta. Eu tentei passar e só descobri que não conseguiria depois de estar encurralado. Aí tive de descer pra abrir caminho em meio às motos. Essa é a legítima falta de educação de pessoas que se querem educadores. Atitude lamentável, diga-se de passagem.

Pipas: perigo para a rede elétrica

É muito comum ver a criançada soltando pipas nas ruas da zona urbana de Chapadinha. Pra quem não sabe, esse tipo de brincadeira é prejudicial para a rede elétrica. Na maioria das vezes,

acidentalmente ou não, as pipas ficam enroladas nos fios, podendo, inclusive, servir de elo entre dois deles, causando curto circuito na rede, deixando a rua sem luz.

Não adianta dizer que falta consciência dos pais ou educação na escola. São hábitos típicos de uma comunidade que tem aversão à urbanidade, ao respeito do espaço público. Algo que pode ser visto nas cadeiras e badulaques nas calçadas, no caos do trânsito e do estacionamento, na queima de lixo, criação de aves e porcos, etc.



Enquanto a autoridade pública, leia-se Prefeitura Municipal, for omissa com a falta de respeito no espaço público, não fiscalizando para não desagradar possíveis eleitores, nada vai mudar. Chapadinha continuará sendo uma cidade com péssima qualidade de vida, não por conta de indicadores sócio-econômicos, mas porque aqui a lei não é respeitada, nem em seus princípios mais basilares.

Plano Diretor pra inglês ver

O Plano Diretor Participativo do município de Chapadinha está sendo apresentado para a comunidade hoje. No meu entender, foi algo feito para cumprir a lei e continuar recebendo verbas federais do que para regular o desenvolvimento urbano local. Em outras palavras, para inglês ver.

O custo foi alto, tendo em vista o que foi entregue. Pra variar, a conta foi paga com repasses do Governo Federal. Isso porque o atual prefeito não consegue sair dessa dependência, através da ampliação da arrecadação de tributos locais, leia-se ISQN e IPTU, além das diversas taxas que deveria cobrar. Como a Prefeitura daqui não tem costume de divulgar receitas e despesas, algo básico em qualquer administração pública, as informações que conseguidas são fragmentadas, portanto somente próximas da verdade. No caso do Plano Diretor, o que se sabe é quanto o Governo Federal repassou especificamente para esse item. Segundo o portal da Transparência Pública (CGU), a Prefeitura recebeu R\$ 33.442,50 em 2006 para fazer o Plano Diretor. Já ouvi que a conta teria sido três vezes maior.

A “empresa” responsável pelo Plano Diretor foi a Congerplan, consultoria, gerência e planejamento, de São Luis, da qual fazem parte, dentre outros, Salomão Silva Sousa e Delmar Carneiro Pessoa Júnior, ambos advogados militantes do PMDB regional, partido que abrigou a candidata derrotada às eleições estaduais, Roseana Sarney, expulsa do PFL por apoiar o presidente Lula em âmbito nacional. O PFL (atual Democratas) é o partido pelo qual o prefeito de Chapadinha, Magno Augusto Bacelar Nunes, foi eleito.

O que dá pra notar é que faltam justamente os aspectos mais importantes do Plano Diretor, como mapas, croquis e plantas. Na verdade, o que chamaram de Plano Diretor foi a legislação proposta, algo que se obtém facilmente de outros municípios, com algumas modificações. Por isso ter sido pago um valor alto.

Mostra de que o Plano Diretor não tem muitas ligações com as reais necessidades de Chapadinha é a total ausência do estudos específicos, praticamente todos postergados: Plano de Desenvolvimento Econômico (1 ano de prazo), Planos Municipais de Habitação, de Saneamento e de Mobilidade Urbana (2 anos de prazo), entre outros (1 ano e meio de prazo).

Se não fosse para inglês ver, o Códigos de Posturas (Lei n.471, em de 30 de junho de 1978) e a Lei Orgânica do Município (publicada em 29 de março de 1990) estaria sendo cumpridas em seus aspectos mais básicos. Tudo isso sugere que o proposto no Plano Diretor será letra morta. Um Plano natimorto, dá sinais de vida, mas logo morre.

Baratas pra que te quero

Certo mercado estava fazendo uma promoção: compre qualquer mercadoria e ganhe de brinde quantas baratas puder levar. Brincadeiras à parte, o estabelecimento teria feito uma dedetização mas sem retirar mercadorias ou mesmo os funcionários, atitude que poderá acarretar problemas para os que ali passarem. Alguns clientes, que viram o fato, pretendem denunciar para a Vigilância Sanitária.

E por falar em Vigilância Sanitária, um colega meu contou-me a seguinte história. Em conversa com alguém do órgão, teria sido recomendado a denunciar eventuais criatórios de porcos ou galinhas na zona urbana, algo proibido por lei municipal. Meu colega ficou abobalhado e eu mais ainda.

Pergunto aos nobres responsáveis pela Vigilância Sanitária: precisa denunciar criação, se é comum o passeio desses animais pelas ruas

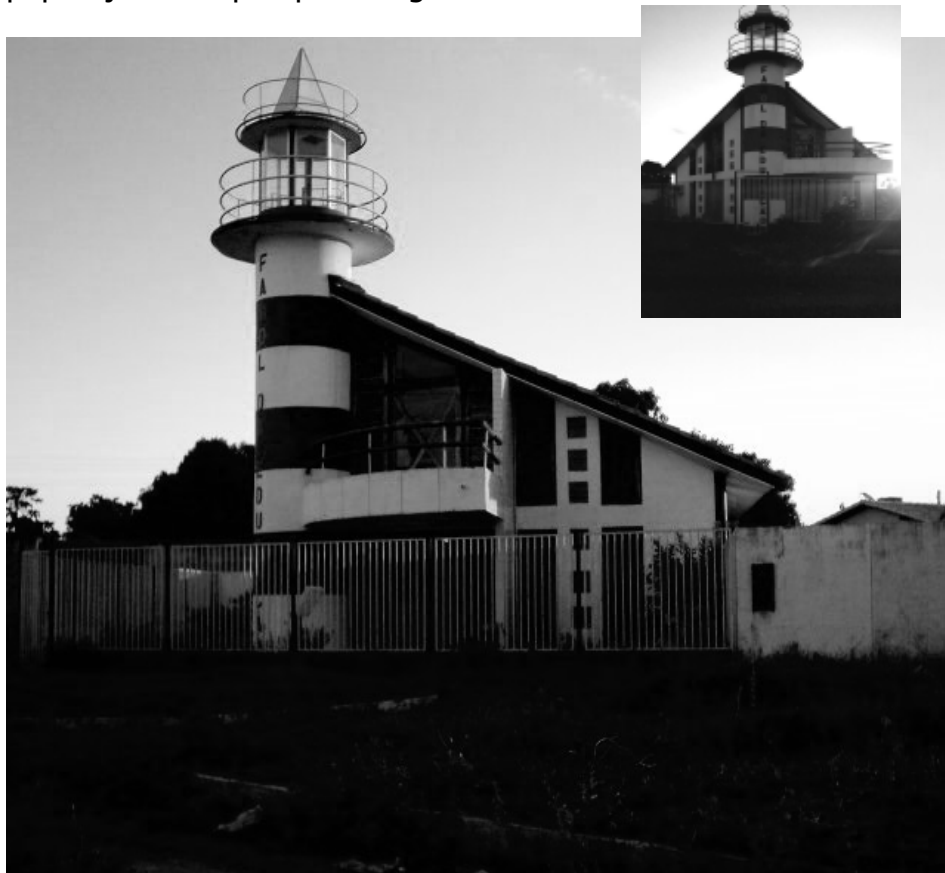
da cidade? Decerto que a Vigilância Sanitária, assim como eu, desconhece os donos do bichos. Talvez esses animais que andam soltos por aí já tenham atingido a maioridade ou mesmo a alforria, por isso andar livre, leve e solto, pra cima e pra baixo, nas ruas da Chapadinha.



Farol da Educação que não ilumina

O Farol da Educação é típico desses projetos que não descolaram por questões políticas. Construídos à época do governo de Roseane Sarney em várias cidades do Estado, a maioria está fechado ou mesmo nunca chegou a abrir de fato. Uns não foram inaugurados porque a governadora, na época, não visitava a localidade.

O de Chapadinha, construído no bairro Correntes, nunca foi aberto ao público. Está lá, tal qual elefante branco, como símbolo das picuinhas que acometem o poder público estadual. Pergunto aos meus botões: não há nada o que fazer com o prédio? Quem é o (ir)responsável por isso? Não há interesse em levar livros para a população? Porque quem lê ganha asas?



Palavras são mentiras pra nós dois...

Fui na tal 3ª Conferência Municipal da cidade de Chapadinha, somente na parte da manhã. Era pra começar às 9 h. Levou quase 1 h pra iniciar os trabalhos. Motivo: O Nota 10 não tinha chegado ainda. Iniciados os trabalhos, a mesa foi formada. Nada menos que 13 subiram ao palco, isso para o pequeno público de 50 pessoas. A proporção de quase um quarto das pessoas na mesa fez pensar que o evento serviria somente pra uma coisa: inflar os egos por conta dos discursos pomposos com resultados insignificantes.

Após breves apresentações, o prefeito tomou o microfone. Falou mais de 1 hora, isso que tentou encerrar no mínimo seis vezes. Num daqueles discursos vazios de conteúdos, falou de tudo e não disse nada. Basicamente, deixou claro que sua “luta” é conseguir ajuda do Governo Federal e Estadual. Tomou pra si todos méritos dos programas sociais do Lula, como bolsa-família. Paradoxalmente, imputou ao próprio Governo Federal a morosidade na liberação dos recursos. Culpou a burocracia existente na liberação de recursos. Criticou o fato do Estado ser cada vez mais policial, com prisões dos corruptos.

Engraçado. Nesse fala, o prefeito deixou transparecer exatamente seu governo. Não faz nada pra arrecadar impostos locais – porque isso pode ferir de morte o ânimo dos eleitores – e vive a base de fazer projetos para captar recursos de fora. Beneficia-se dos programas sociais, acreditando e afirmando aos quatro cantos que é ele quem trouxe isso pra Chapadinha. Esquece de dizer que o município meramente repassa esses recursos. Deu a entender que estaria aumentando o bolsa-família em 18%: “sei que é pouco pra quem recebe, mas mesmo assim ajuda”.

O mais grave é que sua mentalidade está no tempo em que os recursos eram repassados sem nenhum acompanhamento, por isso tantas famílias de políticos terem enriquecido às custas do erário público. O fato de criticar a burocracia na liberação e a fiscalização da aplicação correta desses recursos mostra exatamente isso. Pra

que dificultar na hora de mandar o dinheiro? Pra que ter de prestar contas de como aplicou os valores? Não confiam nele?

Depois de toda parolice, o Nota 10 deixou o recinto, não sem antes dar entrevista, como tanto gosta. Quis dar uma de democrático, dizendo que ia deixar aos participantes decidirem o que estava sendo tratado. Na verdade, mostrou quanto é omissos com questões sérias. Até porque os temas que seriam discutidos afetam diretamente sua administração: intervenções urbanas, integração de políticas públicas, controle social, recursos, planejamento e estrutura institucional, ampliação das receitas municipais.

Assim como o Plano Diretor, essa Conferência foi pra inglês ver. O fato do prefeito ter ido embora só mostrou o descaso com os temas, que até poderiam ser discutidos, mas não implementados. Algo do tipo: palavras são mentiras pra nós dois...



Guarda Municipal a míngua

Passarinho amarelo me contou sobre as condições precárias em que a Guarda Civil Municipal está trabalhando, sem ganhar adicional noturno e cuidando de eventos públicos, expondo-se a riscos sem nenhuma estrutura física, sem equipamentos adequados. Os cassetetes, por exemplo, são da Polícia Militar que já mandou recolher para dar aos alunos do curso de formação de soldados. Durante o São João, a Guarda teve que ser transportada pela Polícia Militar, pois o único veículo da Guarda, uma moto Honda CG Titan 150, estava sem combustível.

Até agora, a única coisa que a Prefeitura forneceu foi a farda, isso porque o Major Edivaldo, Comandante da 4ª Companhia Independente de Polícia Militar, teria exigido.

Para se ter idéia do descaso com a segurança municipal, a Guarda não tem nem algemas. Tem de pedir emprestado para policiais militares de folga. Mesmo assim, a Guarda conseguiu prender, por baderna e desacato, 12 pessoas no São João. No Carnaval foram 26. Em termos burocráticos, pra ser emitido qualquer ofício, utiliza-se os computadores na Secretaria de Educação e a impressão é feita na Secretaria de Finanças.

A alegação do prefeito é que a Guarda foi retirada porque o município ainda não está arrecadando as multas aplicadas. O verdadeiro motivo, segundo essa fonte, é que os guardas municipais não estariam favorecendo os puxa-sacos do prefeito, conhecidos popularmente como ratos de prefeitura. Os guardas não estariam facilitando nas blitz para esses puxas. O que se noticia é que a Guarda estaria precisando de requalificação e que não estaria dentro de sua competência atuar no trânsito, por isso sua retirada da fiscalização do trânsito.

Outra forma de coibir as ações da Guarda Municipal e fomentar o terrorismo funcional seria a afirmação, por parte de alguns secretários, de que os guardas estão em estágio probatório, por isso podem ser destituídos a qualquer momento.

O prédio onde funciona a Guarda é outra ironia. Na parte de baixo funciona o órgão público de segurança. Na parte de cima, um bar, como uma espécie de plano piloto no que diz respeito a manter a ordem sobre o consumo moderado do álcool.

Pra piorar tudo, o atual Secretário da Administração, Carlos Henrique Marques, não teria assinado portaria dando poder aos inspetores, numa tentativa de centralizar as determinações no comandante da Guarda.

Enfim, enquanto a Guarda Municipal não começar a atuar, o trânsito em Chapadinha continuará nesse caos, visto a total omissão da Polícia Militar. Motoqueiros sem capacete nem motocicletas emplacadas, condutores de automóveis sem cinto de segurança, como se inexistisse o Código de Trânsito na cidade. Daí que ocorrem acidentes, pessoas morrem ou ficam gravemente feridas, e quem paga as despesas é a comunidade, porque para cuidar do acidentados retira-se verba de programas de atenção básica. Taí, mais uma qualidade do Nota 10.

Eleições municipais: quem namora quem?

No próximo ano, o mundo político pára novamente, por conta das eleições municipais, onde serão eleitos novos prefeitos e vereadores em todo país. Em Chapadinha, a disputa ainda está na fase do namoro, aliás, bem de adolescente descolado, que “fica” com vários na mesma noite. Isso tudo porque as articulações vão depender de vários fatores que ficarão conhecidos no transcorrer do processo. Exemplos:

1. O prefeito Magno Bacelar apóia oficialmente a secretária de assistencialismo social, Danúbia Carneiro. Esse apoio pode ser visto, essencialmente, no fato do Nota 10 ter posto Danúbia como “primeira-dama”, distribuindo benesses aos eleitores. O fato dela comandar a pasta que cadastra o bolsa-família não é por acaso. Quem recebe o benefício, é levado a crer e identificar na secretária a benemérita do programa. E não no Governo Federal, em especial o presidente Lula, que é quem organiza e paga a conta.

2. O apoio do prefeito à secretária é casuístico. Foi um acordo feito em eleições passadas, quando Danúbia era oposição, inclusive ia para praça pública criticar o prefeito. Como perdeu as eleições para vereadora, pois concorreu num partido sem expressão, aliou-se ao prefeito, caso contrário seria excluída da política definitivamente. Como a afinidade deles passou da água para o vinho, a secretária assumiu um posto-chave na administração municipal, sendo alçada à condição de candidata preferencial do prefeito.

3. Magno Bacelar diz apoiar Danúbia Carneiro, mas o fato de jogar antecipadamente o nome dela como futura candidata a prefeita esconde um teste de resistência, onde ela precisará passar esse período de críticas para manter-se candidata. No jargão popular, antecipar o apoio é uma forma de queimar o nome da secretária. Na hora da indicação oficial, o prefeito vai pesar as condições de Danúbia realmente vencer. Verá que não vence e encontrará outro nome para apoiar.

4. O apoio de Magno Bacelar pode recair sobre Talvane Hortegal, com quem dividiu o palanque nas eleições para governo, onde ambos apoiaram a candidata derrotada, Roseana Sarney. Talvane concorrerá pelo PT, partido do Lula. Muito provavelmente, representantes do Governo (quem sabe o próprio Lula) venham a Chapadinha para pedir votos. Se isso ocorrer, Magno apoiará Talvane para não ficar de fora da prefeitura.

5. Nas eleições para governo, formou-se em torno de Jackson Lago uma espécie de “corrente pra frente”, reunindo um grupo de verdadeiros inimigos políticos. No mesmo palanque trocaram abraços e calorosos elogios: Pontes de Aguiar e o filho Levi Pontes, Francisco das Chagas Gomes, conhecido como Irmão Gomes, o ex-secretário de agricultura, Carlos Borromeu, o secretário de segurança do Estado, Raimundo Marques, e o ex-prefeito Izaias Fortes. Alguns desses podem continuar unidos numa eventual candidatura.

6. O empresário Irmão Gomes pretende lançar-se pelo PSB, tendo em vista o que ocorreu com o Paulo Neto e seu suposto envolvimento

na Prefeitura de Presidente Vargas e no caso Bertin. Gomes quer angariar votos tanto de empresários quanto dos religiosos, união no mínimo estranha.

7. O ex-prefeito Izaias Fortes é candidato natural. Já foi inclusive para a televisão, durante dois programas consecutivos, anunciar o que pretende fazer quando for eleito prefeito, algo que afronta a legislação eleitoral. A população esquece do passado e pode não lembrar de sua gestão temerária, com salários do funcionalismo atrasados por meses. Além disso, o ex-prefeito deixou que muitos ocupassem áreas do município para construir suas casas, algo imoral mas que rende votos.

8. Tem nomes que nem aparecem nessa lista, mas que poderiam vir a concorrer. O repórter da Mirante e Secretário do Esporte e Cultura, William Fernandes, tem perfil. É jovem e natural de Chapadinha, conhece a realidade local, quer mudar as coisas. Problema é que os velhos caciques abafam essas novas lideranças. Daí que tem de esperar que morram para que os novos assumam. Mas se morrem tarde, acabam impregnando com velhos hábitos os jovens.

Enfim, coisas de política. Carlos Drummond de Andrade resumiu essas relações nos versos da Quadrilha:

João amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém. João foi para os Estados Unidos, Teresa para o convento, Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia, Joaquim suicidou-se e Lili casou com J. Pinto Fernandes que não tinha entrado na história.

Pan afeta Chapadinha?

O Nota 10 está anunciando aos quatro ventos, em todos discursos que faz, que os Jogos Pan-Americanos retiraram de Chapadinha muitos repasses de verbas. Na teoria do prefeito, as reformas do Rio de Janeiro exigiram tantos recursos que o Governo Federal, que foi quem bancou a maior parte, estaria negando aos município verbas para infra-estrutura.

Este teria sido o caso da Kennedy, aquela pista esburacada que chamam de avenida. Ainda segundo o que o prefeito tem falado, por conta do indeferimento a reforma teve de ser bancada pela Prefeitura.

Primeiro. O Pan exigiu sim recursos extras. As obras custaram muito além do previsto. Mas não é por isso que haveriam de retirar de outras rubricas, nem negar recursos a projetos municipais. Isso porque o Governo Federal tem tanto dinheiro atualmente que as obras do Pan representam muito pouco.

Segundo. O projeto de reforma da Kennedy deve ter sido negado por conta de insuficiência nos dados enviados. Como o Nota 10 acha tudo muito burocrático e difícil de liberar – coisas que deveriam ser na base da confiança, segundo ele mesmo afirmou – o projeto deve ter sido feito às pressas e de forma capenga.

Terceiro. O que o prefeito chama de “reforma” com verbas do próprio município, foi na verdade uma operação tapa-buracos. Algo que, em pouco tempo, terá de ser refeito. Como não vai ser, quem tráfegará pela avenida futuramente, terá de conviver com as mesmas crateras.

Quarto. Quem disse que as verbas não foram repassadas? Como a Prefeitura não divulga efusivamente seus gastos (como disse, o Nota 10 quer que tudo seja na base da confiança mesmo), não tem como saber o que foi e o que não foi de fato liberado. Falta transparência neste sentido.

Enfim, afirmar que o Pan retirou verbas de Chapadinha é lançar uma cortina de fumaça sobre o assunto, ou uma justificativa muito boa, pra boi dormir...

Dando nome aos bois

Dar nome a uma criança é algo complicado. Pode que coincida com a personalidade. Pode que sirva somente para representar aquilo que os pais queriam que a criança fosse. Vejamos o exemplo do prefeito: Magno Augusto Bacelar Nunes.

Magno, do latim magnu. Grande; importante. Epíteto de certas personagens célebres.

Augusto, do latim augustu. Respeitável, venerando. Elevado, sublime. Magnífico, majestoso. Título dos imperadores romanos.

Neste caso o Nota 10 seria (ou os pais dele queriam que ele fosse) um grande, importante e célebre personagem, respeitado, venerado, sublime e majestoso. Será que isso é indício da personalidade narcisista midiótica, digo midiática do prefeito?

Vá saber...



A medicalização da dor: porque Chapadinha tem tantas farmácias

A saúde, como bem de consumo, toma força no Brasil durante o Regimento Militar pós-1964. É nesse período que o Poder Público passa a privilegiar a medicina curativa em detrimento da preventiva. Generaliza-se a demanda social por consultas médicas como resposta às graves condições de saúde, resultado do crescimento urbano sem infra-estrutura, que ocasionou a ampliação das áreas favelizadas.

Clínicas e hospitais privados são construídos com dinheiro da Previdência. Toma forma a política dos convênios particulares que, nos anos 90, vão ser a bola da vez da classe média. Ao invés da atenção médica básica, medicina especializada feita por setores empresariais que operam na lógica do lucro. Em síntese: doente é consumidor; médico é empresário.

Nesse período, o ensino médico desvincula-se da realidade sanitária da maioria da população, principalmente os mais carentes, voltando-se quase que exclusivamente para as especialidades, para atender quem tiver condições de pagar. Ao invés da medicina geral aos pobres, a sofisticação tecnológica dependente de equipamentos médicos-hospitalares e, principalmente, da indústria farmacêutica e dos remédios.

É um movimento mundial que modifica a experiência da dor, transformando-a num “problema técnico”. A medicalização retira do paciente sua participação e responsabilidade no enfrentamento das enfermidades, cria um novo estilo de vida onde a dor não tem mais lugar.

O interesse imediato da medicina é fazer desaparecer qualquer sensação dolorosa. Para o doente, a dor é um ponto clínico objetivo que deve ser debelado por terapias simples e padronizadas. Um desequilíbrio fisiológico antigamente considerado natural, como a dor de cabeça, é coletivamente medicalizado pela oferta fácil de remédios. A propaganda diz: tomou Doril, a dor sumiu. O paciente é um “consumidor de anestesia”.

Felicidade passa a ser ter sofrimento mínimo. Progresso social é sinônimo de ausência de sofrimento. Os remédios entram como resposta para os males e combatem tudo: tédio, tristeza, insatisfação. Os únicos estímulos capazes de chamar a atenção do homem para si mesmo, para ele ter certeza que ainda está vivo, são as catástrofes, a violência e o horror que a imprensa explora. Veja o caso do acidente aéreo.

Nessa busca pela saúde perfeita reside o paradoxo: quanto maior a oferta de “saúde”, mais as pessoas respondem que têm problemas, necessidades e doenças.

A razão porque existem tantas farmácias em Chapadinha é fruto deste contexto. Vivemos numa sociedade cuja maioria da população é de baixa renda, pra não dizer miserável, uma vez que sobrevivem com menos de 1 dólar/dia, portanto são considerados abaixo da

linha de pobreza. O Poder Público pouco investe em medicina preventiva - Unidades de Saúde Básicas (UBS), Programa de Saúde da Família (PSF), saneamento básico – porque não rende votos. O foco é distribuir remédios e disponibilizar médicos, para o gestor aparecer como aquele que dá.

Se não há prevenção, a doença é curada com remédios. Medicalizar é a solução de quem não preveniu. Quem lucra com isso? As farmácias, na venda dos remédios. O médico, nas consultas. O gestor, na conquista de votos. Quem perde? O consumidor que gasta, muitas vezes, grande parte do orçamento doméstico com remédios, consultas e internações.

Bem Brasil.



Farmácias ou drogarias?

A Lei 5.991/73, em seu artigo 15, determina que toda farmácia ou drogaria deva ter, obrigatoriamente, assistência de farmacêutico, inscrito no Conselho Regional de Farmácia (CRF), durante todo horário de funcionamento do estabelecimento (§ 1º).

Mas na cidade de Balsas, sul do Maranhão, o juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim julgou inconstitucional, em 2000, a multa aplicada pelo CRF a uma drogaria, pois partiu do princípio que não haveria necessidade de farmacêutico em drogarias que não manipulam remédios, mas apenas revendem medicamentos em suas embalagens originais. Tal exigência seria, desta forma, mera forma de expandir mercado de trabalho em detrimento do livre comércio.

Em sua argumentação, o juiz destaca a distinção legal entre farmácia e drogaria. A diferença estaria na manipulação de fórmulas e no atendimento privativo de utilidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica, enquanto atribuição específica das farmácias. Já vender ao consumidor medicamentos sem manipulação são atividades comuns das farmácias e das drogarias.

Assim, as drogarias, por não terem laboratórios para manipular medicamentos e apenas comercializá-los, não ficariam obrigados a contratar farmacêuticos para terem direito a funcionar. A função do farmacêutico, no caso das drogarias, seria dispensável.

Todavia, o próprio juiz ressalta que, para os estabelecimentos que aviem fórmulas e comercializem medicamentos sujeitos a regime especial de controle, é indispensável a presença de farmacêutico. No caso da maioria dos estabelecimentos que intitulam-se “farmácias” mas caracterizam-se como mero postos de revenda de medicamentos em suas embalagens originais, estariam isentos de manter farmacêutico durante todo horário de funcionamento.

A questão é saber se o estabelecimento: Comercializa somente medicamentos em sua embalagem original? Comercializa medicamentos sujeitos a regime especial de controle, como os de

tarja preta? Manipula receitas em laboratório próprio? Presta serviços hospitalares como aplicar injeções?

No primeiro caso, seria dispensável a presença de farmacêutico. Mas no segundo, terceiro e quarto caso, somente as farmácias poderiam operar e seria necessário a presença de farmacêutico durante todo horário de funcionamento.

E é aí que a porca torce o rabo em Chapadinha (com o perdão da metáfora, visto que aqui porcas literalmente passeiam pela cidade). As farmácias locais, embora comercializem basicamente produtos nas embalagens originais, portanto são drogarias na realidade, também comercializam medicamentos controlados e prestam alguns serviços hospitalares. Pelo certo, deveriam optar entre somente comercializar medicamentos nas embalagens originais ou contratar farmacêuticos durante todo expediente para poderem comercializar medicamentos controlados e prestarem serviços hospitalares básicos.

Agora, se a proibição de comercializar outros badulaques - sorvetes, cartões telefônicos, balas, etc. – já gerou tanta polêmica, imagine impor esses limites em termos de comércio de medicamentos controlados e prestação de serviços hospitalares básicos?

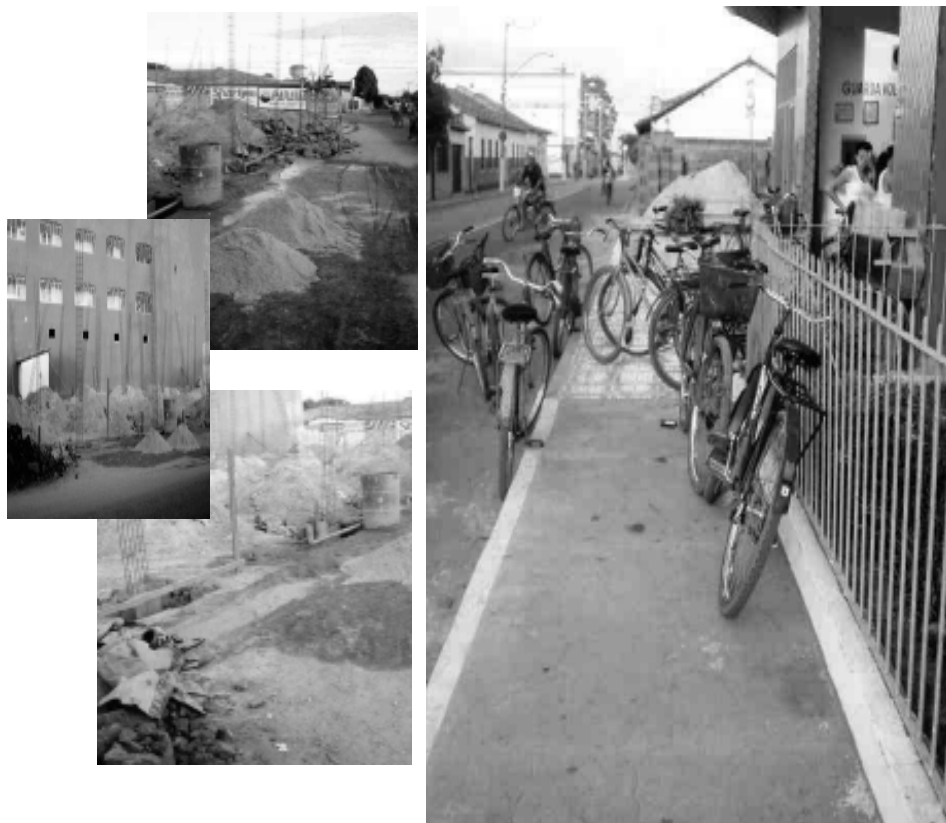


Pra pensar na cama: por qual razão existem tantas farmácias em Chapadinha?

Pra que calçadas?

É incrível como as calçadas de Chapadinha são utilizadas. Em pleno centro da cidade, onde o trânsito é mais intenso e a possibilidade de atropelamentos é maior, as calçadas são interditadas por ciclistas que as trancam, sem mais nem menos. Depois morre alguém e daí vai ser aquela choradeira.

Agora pior que as bicicletas nas calçadas, foi a idéia do proprietário do terreno ao lado do prédio Três Irmãos, que avançou sobre a calçada para fazer o alicerce da obra. O espaço que sobrou entre o que vai ser a parede e o meio-fio da rua não passa nem um carrinho de bebê. Aí fica a pergunta: o prédio tem projeto aprovado pela Prefeitura? O CREA já fiscalizou essa obra? Acho difícil, porque senão se preservaria um espaço que é público.



Mais um elefante branco?

Já está fazendo aniversário o término da obra da 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Chapadinha. Mas nada ainda de começar a funcionar. Isso que a placa que deverá ser descerrada na solenidade de entrega já traz como "obra inaugurada em junho de 2007".

Como não poderia deixar de ser, a placa traz os nomes dos políticos que, teoricamente, estarão entregando o prédio para a comunidade. Está lá, para todo aquele que quiser ver, o nome do governador Jackson Kleper Lago e da Secretária de Estado da Segurança Cidadã, Eurídice Maria da Nóbrega e Silva Vidigal.

E como a placa diz que já foi inaugurado e o prédio continua fechado, pode tomar o mesmo caminho do Farol da Educação de Chapadinha, no bairro Correntes, que nunca foi aberto ao público por questões políticas. Construídos em várias cidades do Estado, muitos não foram inaugurados porque as autoridades-mór não visitavam as localidades.

A pergunta que fica é a seguinte: porque não pôr para funcionar? Quando o governador e a secretária-cidadã vierem a Chapadinha, que inaugurem algo já funcionando!



Ciclovias e calçadas

Já afirmei mais de uma vez que o Plano Diretor de Chapadinha é para inglês ver, pois foi feito na base do copia & cola, sem levar muito em conta a realidade local. O Plano prevê, por exemplo, que na circulação urbana será dado prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas (art. 90, I), princípio comum a praticamente todas comunidades. Por isto está ali.

Com relação ao transporte coletivo, leia-se ônibus, não existe qualquer vontade da Prefeitura em organizar e prestar o serviço, conforme é sua atribuição (art. 92, II). A pedido da Promotora Doracy Moreira Santos, o professor da UFMA, engenheiro Telmo Mendes, concluiu estudo para implementação da linha de ônibus. Sem verba alguma da Prefeitura, traçou itinerário, verificou o tempo de circulação, apontou os melhores locais de parada, etc. As sugestões seguem engavetadas, decerto em alguma repartição pública municipal.

O caso das bicicletas é ainda mais grave. Centenas, pra não dizer milhares de pessoas em Chapadinha utilizam bicicleta como meio de transporte. Engana-se quem acha que isso é arcaico. Pelo contrário, é o futuro do transporte urbano devido a sua condição de não poluidor, de requerer pouco espaço e proporcionar saúde ao usuário que pedala.

Em Paris, na França, é possível alugar bicicletas num ponto da cidade e devolvê-la em outro. Isso faz com que muitos parisienses deixem em casa o carro para deslocarem-se de bicicletas. Aqui em Chapadinha, deprecia-se quem anda de bicicleta. Não é a toa que a motocicleta é um bem de consumo tão desejado, vendendo que nem água.

Para que Chapadinha não retroceda neste aspecto, é necessário o Poder Público fazer sua parte, construindo ciclovias nas ruas principais. Além disso, será necessário construir também estacionamentos para os ciclistas e fiscalizar para que se estacione nos locais apropriados. Ao lado do Banco do Brasil, por exemplo,

existe um dos únicos, senão o único, estacionamentos para bicicletas em Chapadinha. Ao invés de deixarem ali as bicicletas, muitos estacionam na frente do banco, bem na entrada, trancando a passagem. É para isto que serve fiscalização, prerrogativa do Poder Público municipal.

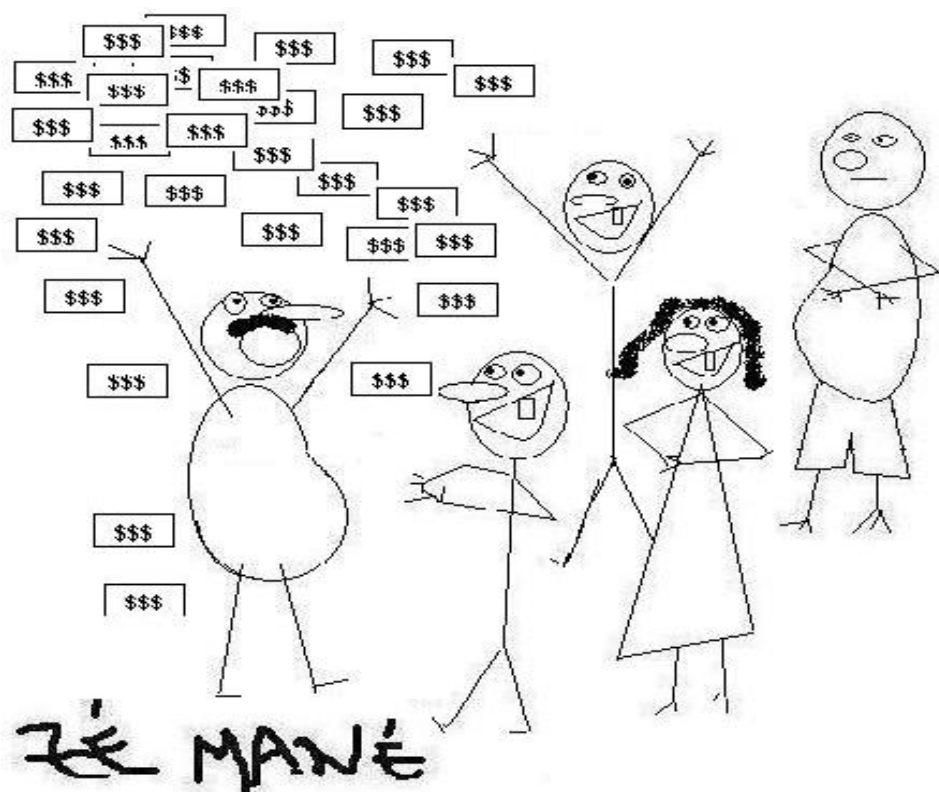
Por fim, existe a histórica problemática do uso das calçadas. Em pleno centro da cidade, comerciantes e residentes trancam a passagem com badulaques e cadeiras, obrigando os pedestres a caminhar na rua, um convite ao atropelamento. Nos bairros, a situação é pior ainda, pois simplesmente não existe calçadas. O que tem na frente das residências é um minúsculo espaço, na maior parte das vezes sem qualquer piso ou, quando tem, é desnivelado e todo quebrado.

As duas fotos abaixo materializam um pouco desta insensatez local. Na primeira, uma única bicicleta estacionada ao lado do banco dá exemplo de como deveria ser. Na outra, o cidadão resolveu simplesmente murar a calçada, como fosse seu próprio pátio. Cadê as "otoridades" nesse caso?



Prefeitura esbanja verbas?

Interessante as postagens dos últimos dias do blog do vereador Marcelo Pessoa de Menezes, vereador pelo PSDB, onde traz gastos que a Prefeitura Municipal de Chapadinha efetuou. Para se ter uma idéia, foram gastos: R\$ 100 mil em reformas de hospitais particulares; R\$ 45 mil na construção de uma simples garagem (só telhado, sem paredes) e adaptação de algumas salas; R\$ 74 mil na "reforma" da biblioteca; R\$ 660 mil em varrição e coleta de lixo domiciliar nas vias públicas (faltou avisar o pessoal que poderiam começar a efetuar o serviço, pois o que se vê não justifica o valor); R\$ 330 mil em roço e destocamento de estradas vicinais; R\$ 1 milhão com a Fundação Universidade do Estado do Piauí; R\$ 230 mil com cursos de capacitação do Magistério, também com a Fundação Universidade do Estado do Piauí, verba do antigo Fundef (atual Fundeb).



Seria interessante o Nota 10 apresentar detalhamento para a comunidade, com ampla difusão, assim como faz quando quer anunciar carnaval, time de futebol e outros eventos patrocinados com dinheiro público, mas que expõem seu próprio nome...

Reestruturação e expansão das Universidades Federais

Recebi por e-mail o REUNI, sigla de Reestruturação e expansão das Universidades Federais, documento preliminar elaborado pelo Grupo Assessor do MEC que estabelece normas para dotar as Universidades Federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, provendo de oferta de Educação Superior para 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. A meta global é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação professor-aluno para 18, ao final de cinco anos. Estes dois indicadores serão utilizados para auferir as metas programadas.

A taxa de conclusão média dos cursos de graduação será calculada com base na projeção do total de alunos matriculados na Universidade, realizada com base no número de vagas de ingresso anuais de cada curso de graduação presencial, a sua duração padrão (tempo mínimo, medida em anos, para integralização curricular) e um fator de retenção estimado para cada área do conhecimento. A relação professor-aluno será medida pelo corpo docente com regime de dedicação exclusiva.

O REUNI não preconiza a adoção de um modelo único para a graduação das Universidades Federais, já que assume como pressuposto tanto a necessidade de se respeitar a autonomia universitária, quanto a diversidade das instituições. O documento busca esclarecer e orientar as universidades federais que desejem participar do programa, uma vez que a sua implementação está fundamentada no princípio da adesão. Os planos de reestruturação apresentados pelas Universidades Federais terão sua exequibilidade financeira garantida pelo MEC a partir do ano de 2008, mediante

termo de pactuação de metas. O total de investimentos projetados é na ordem de R\$ 2 bilhões.

Para as universidades interessadas em participar do REUNI em 2008, a proposta deve ser enviada à SESu/MEC até 28 de setembro de 2007. Ao ser aprovada, a proposta dará origem a termo de pactuação de metas e de fixação de recursos humanos e financeiros adicionais destinados à universidade, cujos repasses estarão condicionados ao cumprimento das etapas previstas no projeto.

O Campus da UFMA em Chapadinha terá de rever suas metas se quiser agregar valores futuramente. Os três cursos do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA) – Agronomia, Biologia e Zootecnia – oferecem 80 vagas cada anualmente, com ingresso semestral de 40 alunos. Nos 9 semestres, seriam 1.080 alunos. Mesmo se atingir a meta de 90% de concluintes (de cada 10 alunos que entram, 9 se formam), o número seria de 972 alunos. Para se ter idéia da dificuldade, hoje na UFMA entram 2.292 anuais e formam-se 1.477, ou 65%.

O Campus tem atualmente 33 docentes com dedicação exclusiva e está previsto chegar a 80, o que colocaria a relação professor-aluno na base de 12, 66% da meta do MEC. Para atingir a meta de 18, haveria lugar para somente mais 21 professores, ou 54 no total. Na UFMA, a relação professor-aluno atual é de 13,5%.

Agora, se o número de alunos não for suficiente, se continuar sobrando vagas nos cursos, como vem ocorrendo desde o último vestibular e, ainda, se muitos alunos desistirem, o índice cai. Caindo, o CCAA não cumpre a meta. Não cumprindo, será penalizado com cortes orçamentários adicionais, algo temerário para todos.

O papel do gestor é pensar justamente nisso...

Ampliação do acesso à internet gratuita dá asas

Uma pesquisa da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla) mostrou que as iniciativas de democratização do acesso à rede mundial de computadores atingem ainda pequena parcela da população.

O estudo, feito em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Sangari, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2005, traz dados alarmantes. Somente 2,1% das pessoas com idade a partir de 10 anos freqüentam centros gratuitos, 10,5% usam a rede em domicílio e 4,6% em centros pagos.

O Plano Nacional de Educação tem como meta modificar esse quadro, através da instalação de laboratórios de informática em todas as 142 mil escolas públicas do país até 2010. Hoje em dia, somente as escolas do Ensino Médio têm acesso a laboratórios de informática.

Em 2008, deverão ser entregues 13,5 mil laboratórios de informática para escolas do Ensino Fundamental, principalmente nos municípios mais carentes. Tudo isso para realizar a inclusão digital, através da alfabetização digital nas escolas.

Municípios como Chapadinha poderão ser beneficiados com essa política. Mas não precisava ser assim. A Secretaria de Educação já deveria estar agindo, por conta própria, para prover as escolas de Ensino Fundamental de laboratórios de informática, abrindo esses espaços não só aos alunos mas também à comunidade, para diminuir a exclusão digital.

E porque não fez isso ainda? Proporcionar acesso ao mundo digital aos mais carentes tira-os da dependência informacional a que estão relegados atualmente. Isso não é interessante para políticos que sobrevivem posando de benfeitores ao distribuírem migalhas.

Para se ter idéia, dizem que o Nota 10 teria ido reclamar com o Reitor da UFMA que eu estaria incomodando com o que escrevo neste blog. Ouviu como resposta que não era para dar importância,

pois não atinjo a camada pobre da cidade, base de sustentação do prefeito. De fato, aquilo que abordo aqui é lido somente por quem têm acesso a internet e olhe lá!

Por isso o medo de que mais e mais pessoas se informem e pensem. Por isso as iniciativas de acabar com a exclusão vêm só de fora, normalmente do Governo Federal. Temem tanto que as pessoas criem asas que sempre tentam dar um jeito de podar vôos mais altos...

Banco do Brasil pretende melhorar atendimento

Estava no terminal de auto-atendimento do Banco do Brasil quando abriu uma página perguntando se queria avaliar a qualidade dos serviços prestados. Era um questionário bem simples, que permitia poucas opções. Respondi. No final, pedia número do telefone. Informei, certo que iria ficar por isso mesmo. Não ficou.

Hoje recebi uma ligação da ouvidoria do banco. A moça pediu detalhes sobre os serviços prestados. Disse que na agência de Chapadinha havia muitas filas, que demorava quase 2 h para ser atendido, etc. Falei que a agência é a única para várias cidades da região, que o número de caixas não era suficiente. Essas coisas que todo cliente deveria exigir, mas por acomodação deixa pra lá.

A moça anotou tudo, me forneceu número de protocolo e perguntou se eu queria uma resposta da situação. Disse que sim, também sem esperança que ligassem novamente.

Não deu outra. No final do dia, recebo a ligação do Elton, da agência de Chapadinha. Explicou tudo que se passava. Falou das dificuldades aqui da região, que o pessoal ainda tem aversão ao uso de caixas eletrônicos ou internet, que prefere sacar, depositar ou pagar conta direto com o caixa. Falei da peculiaridade que muitos aqui usam dinheiro vivo nas transações. Por isso vários clientes com maços e maços de notas.

Informou que a agência daqui vai receber mais pessoal, mais caixas eletrônicos, não só no banco, mas em postos de atendimento. Sugeri

que fizessem campanha para que o comércio adquira as máquinas do cartão eletrônico, para não precisar pagar em dinheiro o que se compra.

Tais melhorias são porque o funcionalismo estadual passou a usar os serviços do banco. Então pode que o atendimento siga moroso. Mas sempre resta uma esperança. Um dia melhora...

O suicídio como fator social

Não é minha praia abordar questões criminais. Por isso não analiso muitos acidentes ou mesmo ocorrências policiais. Assim também com o futebol e com os eventos da dita alta sociedade. Aliás, essas três colunas são disparadas as mais lidas nos jornais: policial, esporte (só o futebol) e social. Me abstenho de analisar tais assuntos por questões de foro íntimo.

Mas o acidente ou suicídio de um jovem essa semana enseja pensar. Primeiro nas questões legais. O Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003) proibiu a posse de armas por pessoas civis não autorizadas. Em hipótese alguma o jovem, que tinha menos de 25 anos, poderia sequer registrar essa arma.

Portar armamento sem registro, mesmo em casa, é crime e dá cadeia. O sujeito que for pego armado sem o porte é preso. O porte ilegal é crime inafiançável. Só pagará fiança quem for pego portando arma de fogo de uso permitido e esta estar registrada em seu nome. Se o porte ilegal de arma for de uso restrito, além de ser crime inafiançável, o réu não terá direito à liberdade provisória.

A segunda questão diz respeito ao ato em si. Se a pistola disparou acidentalmente, mesmo assim foi posta na cabeça pelo suicida. Como todos temos livre-arbítrio, somente a ele coube decidir.

Émile Durkheim foi um dos primeiros a explicar sociologicamente o crime, através de sua obra *O Suicídio*, de 1897. Partiu da compreensão que não existe sociedade sem crime e que não é concebível estudar o crime sem evocar o meio social onde se desenvolve. Assim, os atos considerados anormais pelas leis tem

razão na sociedade e na época que ocorrem. O criminoso age por motivos pessoais, mas também é levado pela sociedade da qual faz parte. Uma não exclui a outra.

No caso do suicídio, apesar de ser um fenômeno aparentemente individual, Durkheim mostrou que existe fortes relações na convivência dos indivíduos, nas forças de pressão que a sociedade impõe aos seus membros, através de várias formas. Segundo ele, existe três tipos de suicídios: o egoísta, que resulta de uma individualização excessiva e cujo grau de integração do indivíduo na sociedade não se apresenta suficientemente forte; o altruísta, que, ao contrário, resulta de uma individualização insuficiente; e o anômico, que se relaciona com uma situação de desregramento, típica dos períodos de crise, que impede o indivíduo de encontrar uma solução bem definida para os seus problemas, situação que favorece um sucessivo acumular de fracassos e decepções propícias ao suicídio.

As patologias sociais (crimes e suicídios) mudam, ao olhos do autor, pela integração social do indivíduo ao grupo social a que pertença. Neste sentido, ele acredita que o fator de desagregação está na falência das instituições tradicionais de coesão social, como família, religião, etc. Como bem asseverou o sociólogo francês Pierre Bourdieu, não se pode trapacear com a Lei da conservação da violência. "Toda violência se paga", escreve ele, "a violência estrutural exercida pelos mercados financeiros, sob forma de desemprego, de precarização etc., tem sua contrapartida em maior ou menor prazo, sob forma de suicídios, de delinquência, de crimes, de drogas, de alcoolismo, de pequenas ou grandes violências cotidianas".

O que levou o jovem a se matar? Perda do pai? Falta de perspectiva num futuro melhor? Certo é que a sociedade tem sua parcela de responsabilidade no ato, ao pressionar para que os indivíduos caminhem para esse ou aquele lado, que assumam uma ou outra atitude.

Pessoalmente acredito na sobrevivência do espírito ao corpo e também na justiça divina, que não condena o criminoso ímpio ao sofrimento eterno. A bondade de Deus está em dar novas e novas oportunidades, mesmo para aqueles que, aos nossos olhos, não mereçam, como é o caso dos suicidas.

Manifesto pelo desarmamento da população

Ainda no caso do suicídio do jovem de 24 anos, cabe explorar a questão do desarmamento. É inaceitável que existam armas sem registro e, o que é pior, civis sem porte.

Como disse, o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003) proibiu a posse de armas por pessoas civis não autorizadas, mesmo na própria residência. Portar qualquer tipo de arma de fogo sem registro, em casa ou no carro, é crime inafiançável. Aquele que for pego com uma arma vai preso, sem direito a ser solto pagando fiança. Se a arma for de uso restrito, o réu não tem direito nem a responder pelo processo em liberdade provisória.

E porque a Polícia Militar inibe o porte de armamento por civis? O Maranhão tem o melhor salário-base para a Polícia Militar no Nordeste, em torno de R\$ 1.415,00. Entretanto, isso não reflete necessariamente em maior cumprimento das funções policiais, como a fiscalização rigorosa. Ao menos em cidades do interior, como Chapadinha, pode-se dizer que a Polícia Militar é ausente na prevenção.

A prevenção pode ser feita através de blitz sistemáticas em vários locais da cidade. Para quem não sabe, blitz é o aportuguesamento diminuto da expressão alemã Blitzkrieg, tática de guerra nazista, a guerra-relâmpago que Hitler e seus comparsas utilizaram para atacar o inimigo de assalto, com um poder de fogo até então nunca visto. Divisões inteiras invadiam os países em questão de dias ou semanas, não possibilitando qualquer defesa. No Brasil, o termo significa batida policial de improviso que utiliza grande aparato bélico.

Decerto a Polícia Militar de Chapadinha desconhece essa tática de fiscalização preventiva. Talvez algum comandante leia esta postagem

e tome coragem de promover uma blitz nas ruas da cidade. Não querem fiscalizar o trânsito? Ao menos revistem os veículos e as pessoas para verificar se não portam armas! Caso contrário é omissão.

Fica aqui o manifesto pelo desarmamento da população, a fim de evitar mortes prematuras.

O que valorizamos?

Um leitor manda e-mail sugerindo que eu comente a polêmica frase do presidente da Phillips para a América Latina, Paulo Zottolo, onde, para justificar o apoio dado ao movimento Cansei, diz que “não se pode pensar que o país é um Piauí, no sentido de que tanto faz como tanto fez. Se o Piauí deixar de existir ninguém vai ficar chateado”.

Apesar do protesto dos políticos e das desculpas já pedidas, o fato resume o sentimento que paira no ar dos que vivem no centro-sul do país: Norte, Nordeste e Centro-Oeste são periferias desse enorme Brasil. Como tal, acreditam eles, são quase nada.

É o mesmo sentimento que, por exemplo, norte-americanos ou europeus tem dos latino-americanos, a quem chamam de cucarachas, ou baratas, numa tradução próxima do que pensam. Nas palavras do geógrafo Milton Santos, é a relação que se estabelece entre colonizadores e colonizados.

Esta relação é alimentada, inclusive, pelos próprios habitantes da periferia, ao menos pela parte da população mais abastada, que valoriza tudo que vêm de fora e desvaloriza o que é local. Basta ir a São Luis, Fortaleza ou mesmo Teresina. Roupas, comidas, móveis, imóveis, arte, tudo é importado. O artesanato é só para o turista, seja ele o próprio paulista ou carioca que se acham o centro do universo, que comprem souvenirs para adornar a residência e poder dizer às visitas que estiveram em tal lugar.

Essa relação aparece, da mesma forma e intensidade, entre os que moram na capital e no interior do Estado. Já ouvi muitos dizerem, aqui no Maranhão, que são da “Ilha”, para se referirem à São Luis. E

falam isso com maior dos orgulhos. Claro que dizem isso só aos do interior, porque quando é algum estrangeiro, a frase que mais usam é "já estive" ou "morei em São Paulo", como se, a partir daí, conhecessem a civilização.

Eu sou gaúcho legítimo e muito me orgulho. Todavia, não fico dignificando as coisas de lá em detrimento das coisas daqui, até porque entendo que minha pátria é onde estou bem (ubi bene ibi patria), onde estou ganhando a vida, enfim, onde estou feliz. Atualmente este local é Chapadinha, local que muito prezo, por isso aponto as mazelas, para que as coisas melhorem.



O fato é que o ser humano tende a menosprezar o outro. Isso pode ser visto de forma mais clara em alguns, como os norte-americanos em relação ao mundo, os paulistas em relação aos demais brasileiros, os que moram na cidade em relação aos que moram no campo. O presidente da Phillips só deixou escapar algo que a sociedade exige esconder de forma hipócrita.

Para cicatrizar essa ferida, será necessário meter o dedo bem fundo e retirar todo pus. Caso contrário, tal sentimento parecerá sempre inexistir, mas seguirá fazendo estragos nas camadas mais profundas das relações sociais.

E só para lembrar o presidente da Phillips, se o movimento Cansei deixar de existir, ninguém vai ficar chateado. Aliás, não passa de um movimento típico da elite brasileira, dita civilizada, que deveria dar um basta para sua própria sonegação de impostos, isso sim é algo que produz concentração de renda, cancro que mina a sociedade brasileira como um todo e produz violências de toda ordem.

Os Departamentos Acadêmicos do CCAA

Tanto no Projeto de Criação do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA) encaminhado em fins de 2005 ao Reitor Fernando Ramos pela Pró-Reitora de Ensino, Lucinete Marques Lima, quanto na Resolução aprovada pelo Conselho Universitário, estava previsto a existência de Departamentos Acadêmicos. Embora previstos, nunca foram efetivados pela atual Direção, a quem cabia fazer.

A própria Pró-Reitora de Ensino, prof. Lucinete Marques Lima, autora do projeto de criação do CCAA que previa os Departamentos, afirmava informalmente que não estavam previstos Departamentos no Campus de Chapadinha. Essa opinião foi reforçada, durante todo tempo, pela prof. Gilvanda Nunes, diretora do Centro. Alegavam, ambas, que o MEC estaria direcionando para a supressão da estrutura departamental em todo país, embora inexistisse documento nesse sentido.

A não-efetivação da estrutura departamental criou uma anomalia organizacional dentro do CCAA. Ao invés das decisões serem tomadas em maioria dos docentes e representantes discentes e dos técnicos, estavam sendo concentradas nos Colegiados de Curso, do qual participavam somente três professores, e do Conselho de Centro, composto pela Diretora, os três Coordenadores mais um aluno e um técnico.

Dentre as questões que mais estavam sendo afetadas pela estrutura decisória concentrada, a mais importante dizia respeito ao poder de aprovar plano de aplicação dos recursos. Algo que deveria ser pensado por todos, estava sendo feito única e exclusivamente por poucos.

Face ao vácuo jurídico, suscitamos em adequar o regime estatutário do Campus, a fim de não incorrer em ilegalidades jurídicas. Como disse em postagens anteriores, a partir de uma reunião na Zootecnia, elaborei uma Minuta prevendo que toda responsabilidade dos Departamentos passassem aos Cursos, em caráter provisório, até que se criassem os Departamentos. Os Coordenadores assumiram, a partir daí, a função de Chefes de Departamento e as Assembléias de Curso tomaram lugar das Assembléias Departamentais, com a presença de todos docentes lotados nos respectivos cursos e de representação estudantil e dos técnicos.

A Minuta foi aprovada por todos em Assembléia e encaminhada para a Procuradoria Jurídica (PJ), que, no início de julho, respondeu favoravelmente, com a ressalva que tratava-se de situação excepcional e provisória, que futuramente deveriam ser criados os Departamentos.

Mesmo que a PJ tenha acenado para isso, muitos docentes continuaram relutantes em criar os Departamentos, por pensarem sob o ponto de vista ideológico, que a estrutura departamental é estanque e gera divisões na Universidade. Sempre concordei com isso, mas na prática não há como ser diferente, infelizmente.

Exemplo é que apesar da Minuta ter sido aprovada por todos e referendada pela PJ, de fato muito pouco mudou, face a intransigência da Direção. A exceção foi a inclusão de mais três docentes no Conselho de Centro, algo que passou a barrar muito das decisões tomadas sem apoio nem discussão da maioria. O principal dos itens - aprovar o plano de aplicação de recursos – nunca foi efetivado. As deliberações acerca dos recursos destinados ao CCAA continuaram concentrados.

Essa situação já vinha gerando vários atritos. Como o Centro está estruturando-se, o MEC está liberando milhões de reais em recursos para provê-lo de infra-estrutura de modo a possibilitar o ensino, pesquisa e extensão, tripé do Ensino Superior. Tais recursos serviriam, por exemplo, para aquisição de equipamentos essenciais ao funcionamento. Quem melhor que os próprios docentes para saber o que era mais necessário e adequado?

Entretanto, desde o início das atividades do CCAA, a Direção vinha exigindo sistematicamente listagem de equipamentos a serem adquiridos com recursos do Programa de Interiorização. Da mesma forma que exigia, não informava com precisão o que tinha ou não sido adquirido. Inclusive, em muitos casos, foram feitos cortes de equipamentos imprescindíveis para alguma áreas, sem critério algum.

Assim, uma das dificuldades a ser enfrentada futuramente será a da infra-estrutura para funcionamento das atividades do CCAA, tudo isso porque os Departamentos não foram criados desde o início nem foi outorgado para a maioria os poderes decisórios, algo na contra-mão do que reza a cartilha do administrador público.

Exercício ilegal da Medicina nos PSF's?

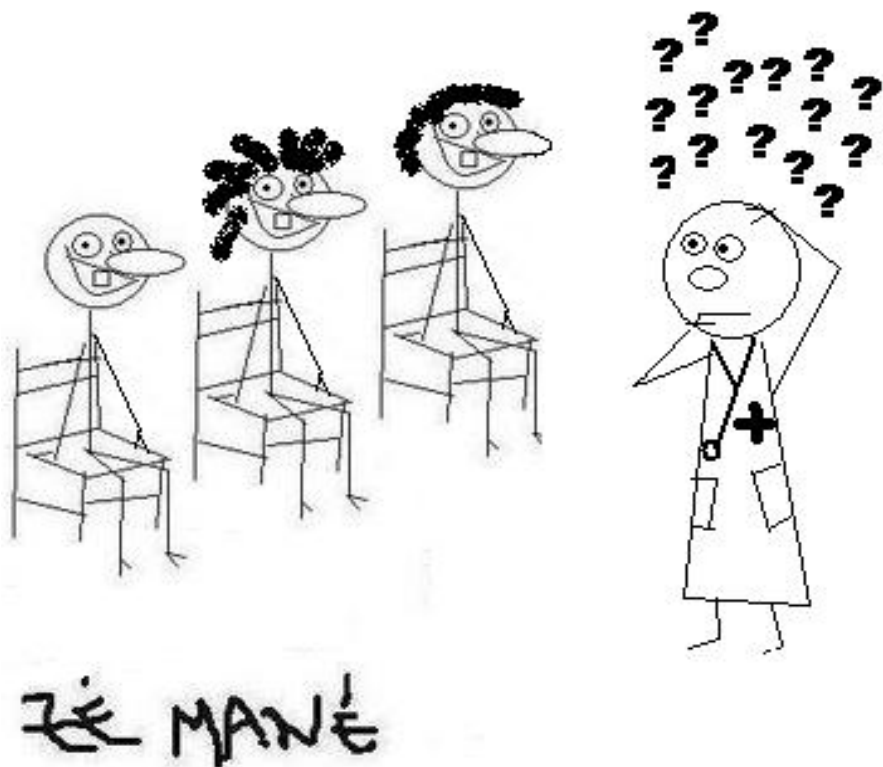
Essa saiu no Jornal O Pequeno, no Colunaço do Dr. Pêta:

E não é que continua a 'farra' de acadêmicos de Medicina trabalhando irregularmente nos PSF's no interior do Estado!!! Enquanto as prefeituras, para terem um serviço barato, contratam acadêmicos, o povo põe a vida nas mãos de pessoas inexperientes, que mal

terminaram o curso de Medicina!!! Será que não enxergam que andam praticando dois crimes previstos no Código Penal: exercício ilegal da Medicina e estelionato, pois trabalham com o número de CRM e nome de outros médicos????!! Até quando????!!

É preciso ficar de olho...

Programa de Saúde da Família



Mudanças na eleição do CCAA: Gilvanda diz que não concorre

A Diretora do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA-UFMA) afirmou, no descerramento da placa de reinício das atividades do Campus Chapadinha, que não irá concorrer na eleição marcada para final de setembro, que tem outros interesses em São Luis, para onde pretende ir.

Das duas uma. Cansou de enfrentar os conflitos internos, gerados por suas próprias decisões equivocadas, ou negar a candidatura é parte da estratégia para eleger-se, aliviando as críticas que recairiam sobre ela caso se candidatasse imediatamente, para voltar aclamada pelos descontentes.

De minha parte, seguirei esmiuçando as dificuldades que deverão ser enfrentadas para deslanchar o CCAA, dificuldades essas fruto da atual gestão, onde tanto aqui quanto São Luis têm suas parcelas de responsabilidade. Acredito que apontar publicamente essas questões incorrerá no engajamento da comunidade chapadinhense, que, se deseja manter um Campus Universitário Federal na região, deve participar das discussões, opinando e apoiando as decisões futuras. Aliás, um dos erros foi justamente não ter convocado a comunidade para participar na construção do Campus.

Ao menos por enquanto, somente o Coordenador da Zootecnia segue na disputa. Mas como tem focos de rejeição nos três segmentos – docentes, discentes e técnicos – acabará surgindo um terceiro nome para enfrentá-lo. Esse nome deve, ao meu ver, reunir os votos dos que o rejeitam. Se a rejeição de quem se candidatar for menor que do zootecnista, torna-se consenso e eleger-se facilmente. Até porque, como disse em postagens anteriores, Bomfim quer ser candidato a qualquer custo, algo que afasta inclusive quem lhe apóia.

Outra possibilidade aventada é Bomfim desistir da disputa a Diretor para a entrada de um candidato de consenso, que aglutine a maior parte do grupo, tanto professores quanto alunos e técnicos. Pessoalmente não acredito nesta hipótese. Primeiro porque, como

disse, ele quer ser Diretor desde sempre, fez tudo para isso, quase como uma obsessão. Vai querer impor aos demais que ele mesmo seja o candidato único. Segundo porque não há, entre os professores doutores (em torno de 13, únicos que podem concorrer ao cargo), alguém com esse perfil consensual, capaz de unir todos em torno de um projeto comum. Terceiro porque democracia é isso, feita a base de disputas. Aliás, ter um único candidato é autoritarismo travestido de harmonia.

Na eleição para Coordenador somente dois nomes foram confirmados, o do professor Cláudio Gonçalves da Silva, na Biologia, e da professora Girlene Santos de Souza, na Agronomia. Ambos já são coordenadores dos referidos cursos. Como na Zootecnia o coordenador está candidatando-se a Diretor, não existe nada definido. Na remota possibilidade de Bomfim desistir de concorrer a Diretor, voltaria a disputar o cargo em que já atua.

Enfim, essa eleição será como jogo de xadrez cujas peças serão mexidas em seu devido tempo...

Falta espaço físico para o Campus da UFMA

Esmiuçando as dificuldades que deverão ser enfrentadas para deslanchar o CCAA, tem-se a questão do espaço físico. A dificuldade diz respeito a área atual do Campus para abrigar as construções necessárias ao funcionamento dos cursos e o próprio atraso nas obras de construção.

As aulas do CCAA iniciaram numa escola, utilizando salas cedidas pela Poder Público Municipal. Por esta época, a diretora fez com que alguns professores realizassem levantamento das famílias invasoras para descobrir o que já era sabido: poucos são carentes de fato. A maioria dos invasores tem casa no centro da cidade e invadiu para ter uma segunda residência, tipo chácara de final de semana.

Em abril, foi entregue o prédio que estava sendo reformado no Campus do bairro Boa Vista. Todavia, não foi adaptado para as

necessidades de aula dos três cursos, apesar de ter várias salas disponíveis. Do total, foram deixadas 3 salas para laboratórios, 2 salas para aula, 1 sala para auditório, 1 sala para professores, 1 sala para biblioteca, 1 sala para coordenadores, 1 sala para cantina, 1 sala para secretaria e direção, além dos 3 banheiros e 2 pequenos depósitos.

Essa situação exigiu que fosse alugado um prédio no centro da cidade, para abrigar um dos cursos. O prédio locado foi o da igreja, conhecido como “prédio dos padres”. O contrato foi feito num período de 10 meses, ao custo de R\$ 40 mil, ou R\$ 4 mil mensais. Embora tenha sido locado 10 salas de aula e mais uma secretaria, só estão sendo utilizadas a secretaria e 2 salas de aula. Além disso, as atividades devem sempre terminar até as 19 h, cf. ficou acordado com o locador.

A solução para esse problema do espaço seria realocar as salas do prédio do Campus, excluindo, por exemplo, as salas dos professores, dos coordenadores e o auditório, transformando-os em sala de aula e laboratório de informática. Paralelamente, deverão ser construídas algumas salas anexas ao prédio já existente, em caráter emergencial.

Por outro lado, as obras de construção do novo prédio estão em ritmo lento. A previsão inicial, em outubro do ano passado, era de que o prédio de 3 andares estaria pronto em 1 ano. A última previsão é que demore mais 2 anos, isso se for concluído, porque a empresa vencedora da licitação, ao que dizem, já abandonou outras obras congêneres.

A própria planta do prédio em construção não parece ser a melhor adaptação para o CCAA. Como existe espaço, não se entende a construção de 3 andares. Será necessário adaptar a planta para módulos térreos, de construção acelerada e finalização sistemática, algo que um prédio de vários andares não permite, pois sua entrega só se dá depois de terminado o último piso.

Além do prédio, não está em curso a construção das unidades de produção, como galpões para abrigar o maquinário ou mesmo os

animais. Não há sequer espaço para colocar alguns equipamentos já comprados. Foi cogitado, inclusive, locar mais um prédio para guardar esses material.

Como é sabido, grande parte da área do Campus está invadida. Processos de reintegração são demorados, ao menos a tempo de implementar os cursos. Comenta-se que os invasores não sairão. Inclusive teria vereador propondo à Prefeitura urbanizar a área.

Dos 160 hectares, a UFMA tem posse de somente 40. Destes, deverá deixar em torno de 20 hectares para reserva legal, que servirá como área de estudo para a Biologia. A área que sobra não comporta as necessidades dos cursos de Agronomia e Zootecnia, que exigem grandes espaços para plantio e criação de animais. Existe a possibilidade de adquirir nova área. Todavia, como o MEC foi informado que existia área disponível quando do envio do projeto de implementação do Campus, não há previsão para esse investimento, portanto, pode que não autorize novas aquisições.

Existem alternativas, como o Poder Público Municipal ou mesmo empresários do agronegócio cederem áreas, através de parcerias. É por isso que a comunidade deve participar ativamente do enfrentamento dessas questões.

Regimento do CCAA-UFMA

Dentre as dificuldades que deverão ser enfrentadas para deslanchar o CCAA, estão a do Regimento.

A Resolução Nº 82-CONSUN/2005, aprovada em 2 de dezembro de 2005, criou a Unidade Acadêmica denominada Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA) na estrutura da UFMA, com sede no município de Chapadinha. A estrutura administrativa prevista era idêntica a adotada na UFMA, com Órgãos Deliberativos (Conselho de Centro, Colegiado de Cursos e Assembléias Departamentais) e Órgãos Executivos Acadêmicos (Direção de Centro, Coordenações de Cursos e Departamentos Acadêmicos).

Como já informado, a Direção não implementou completamente esta estrutura administrativa, principalmente no que se refere aos Departamentos Acadêmicos, criando assim um vácuo deliberativo com consequências funestas. Na prática, todas decisões importantes – como alocação de recursos orçamentários, disposição dos espaços e laboratórios, encaminhamento e aquisição de equipamentos – ficaram concentradas, resultando em conflitos internos pela falta de transparência nas ações administrativas.

Em maio, os docentes aprovaram Minuta que tentava normatizar esse vácuo deliberativo. Através dela, ficou decidido que as funções departamentais seriam assumidas, provisoriamente, pelos cursos. Futuramente, acreditava-se que os envolvidos no processo seriam consultados, o que não aconteceu.

Surgiu a oportunidade de criarem-se Departamentos, mas dois dos três cursos foram contras. Ingenuamente, essa decisão permitiu que fosse proposta uma nova estrutura sem os Departamentos mas que, de roldão, fez diversas outras modificações.

A poucos meses de acabar a atual gestão, a Pró-Reitora de Ensino, Lucinete Marques, e o Assessor de Interiorização, Plínio Fontenelle, estiveram no Campus para informar da nova Resolução, elaborada sem consulta a comunidade acadêmica envolvida. Ao que consta, a dita Resolução foi encaminhada para discussão, apreciação e votação pelo CONSUN, no dia seguinte a essa visita a Chapadinha.

De maneira geral, a Resolução corrompeu princípios basilares na organização da Universidade. Suprimiu, por exemplo, parte substancial da representatividade dos docentes nos Conselhos Superiores. Ao excluir a possibilidade de criação de Departamentos Acadêmicos, feriu o artigo 16, item X, do Regimento Geral da UFMA, que inclui dois Chefes de Departamento Acadêmico, por Unidade Acadêmica, no Conselho de Administração. Da mesma forma no Conselho de Pesquisa (art. 22, IX) que prevê a participação de um Chefe de Departamento.

As mudanças mais substanciais dizem respeito à inversão do princípio decisório na UFMA, ao passar das Assembléias Docentes para o Conselho de Centro e à própria Direção. O artigo 4º retirou a prerrogativa de “consultivo” do Conselho de Centro e passou a “Órgão Deliberativo Específico da Unidade Acadêmica”. Além disso, impôs na composição a figura do Assessor de Administração – eleito pelos membros do Conselho de Centro, não por todos docentes (art. 10, parágrafo único) –, ferindo o princípio da proporcionalidade e da representatividade no Conselho de Centro.

Dentre as competências suprimidas das Assembléias Docentes estão a criação de novos cursos, implementação de laboratórios e ocupação dos espaços físicos. O artigo 5º, item VI, elenca como competência do Conselho de Centro apreciar e aprovar originalmente proposta sobre criação de cursos de graduação e pós-graduação, bem como programas e projetos de extensão e pesquisa. O item VII, outorga a proposição, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de Núcleos e Unidades de Pesquisa e Extensão. O item VIII, repassa ao Conselho de Centro a competência de elaborar, aprovar, implementar e avaliar a ocupação de espaços físicos da Unidade Acadêmica.

De outra forma, modificou as competências específicas das Assembléias Docentes, com vistas a retirar delas suas prerrogativas essenciais. O Regimento Geral da UFMA prevê que cabe à Assembléia Departamental estabelecer critérios para qualificação docente (art. 72, V) e elaborar e aprovar proposta orçamentária para atividades de sua competência (art. 72, XVII). Pelo Regimento aprovado para os Campi, cabe, em ambos os casos, somente “sugerir” (art. 8º, XXIII e XXXIII).

Na esfera executiva da administração, as modificações do Regimento concentram as decisões. O artigo 9º prevê que a Diretoria da Unidade Acadêmica tenha funções de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação de ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como de gestão administrativa e controle patrimonial e financeiro.

O artigo 10, item VII, estabelece que cabe ao Diretor organizar os espaços físicos para atividades administrativas, didático-científicas, de extensão, incluindo as estruturas laboratoriais e outras áreas físicas sob sua direção. O item seguinte, XIV, outorga ao Diretor propor a previsão de necessidade de materiais permanentes e equipamentos para os diferentes setores. O item XV vai além, cabe ao Diretor distribuir o uso dos recursos orçamentários. Além desses itens, ao Diretor é permitido auditar a assiduidade e pontualidade de todos docentes da Unidade Acadêmica, encaminhando a aplicação de sanções disciplinares.

Em síntese, legislou algo que vinha ocorrendo na prática. O Diretor passou a dispor de direito dos espaços e laboratórios, encaminhar aquisição de equipamentos, controlar recursos financeiros e os próprios docentes da Unidade Acadêmica.

O Regimento proposto inverte, ainda, a ordem de criação de novos cursos, algo posto nas Disposições Transitórias. Os artigos 22 a 24 estabelecem medidas para criação de novos cursos nos Campi, não a partir de decisões das próprias Unidades Acadêmicas, mas sob responsabilidade das Unidades Acadêmicas e Subunidades de origem, como extensões da sede. Estes novos cursos funcionariam como extensão até a organização do corpo docente local, quando passariam a ter autonomia. Sucintamente, a criação de novos cursos não passaria pelo CCAA, mas diretamente por São Luis. Depois do curso montado, teriam autonomia.

Era vontade da atual Diretora, lotada originalmente no Departamento de Química de São Luis, criar o curso de Engenharia Ambiental. Inclusive solicitou ao professor Telmo Mendes a elaboração do Projeto Político Pedagógico. Com o poder deste Regimento, o Diretor pode enviar, a revelia de seus pares, pedidos de aquisição de equipamentos específicos para prover o curso que deseja implementar, além de reservar espaço físico aos laboratórios.

Pessoalmente entendo que não deva existir diferenciação na estrutura organizacional da sede e dos Campi. O CCAA deve ser regido pelo

mesmo regimento da UFMA. Inclusive sair da alçada da Assessoria de Interiorização. Tudo isso para que, na prática, torne-se Centro autônomo, e não um apêndice de São Luis. Para tanto, o novo Reitor precisará cancelar essa Resolução, se é que foi mesmo aprovada. Caso contrário, o novo Diretor do CCAA continuará a ter plenos poderes, aumentando ainda mais as fissuras...

Recursos humanos do CCAA-UFMA: os docentes

Recursos humanos é outro item que deverá ser pensado para fazer deslanchar o Campus Chapadinha. O número de docentes atual do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA) é de 32, divididos nos três cursos. Dos 32 docentes, 13 são doutores. Os demais são mestres. Além disso, há vários professores iniciando ou mesmo finalizando o doutorado. Tais números refletem média acima das demais Unidades da UFMA, onde existem ainda poucos doutores.

Na questão da qualificação, inexistente autorização para docentes em estágio probatório afastarem-se para finalizar seus cursos. Contudo, é necessário que se libere parcialmente ou flexibilize as atividades, principalmente de ensino, para a qualificação. Mesmo os que ainda não ingressaram, deveriam poder cursar mesmo antes de finalizado o estágio probatório. Existe, inclusive, jurisprudência em outras Instituições do país, como é o caso da UFRGS, que emitiram resoluções nesse sentido, por entenderem que o servidor-docente em estágio probatório adquiriu todas prerrogativas do cargo, com exceção da estabilidade. A qualificação faz parte das atividades que exerce.

Estava em andamento o processo de contratação, através de concurso público, de mais 30 docentes. De última hora, o MEC cancelou a autorização. A Pró-Reitoria de Ensino orientou os coordenadores a solicitar contratação de professores substitutos. A contratação emergencial de docentes substitutos é temerária em função da instabilidade funcional, o que faz com que o docente não estabeleça vínculos efetivos com a Instituição, não desenvolvendo, por exemplo, projetos de pesquisa que exigem planejamento de longo prazo.

Contudo, a postergação permite que se faça melhor planejamento da real situação do Campus. Ainda mais que dentre os docentes, alguns ainda não estão atuando em atividades de ensino. O planejamento foi falho neste sentido. Contratou docentes para disciplinas oferecidas somente no final dos cursos. Ao mesmo tempo, deixou de fora disciplinas do início.

Outra solução para suprir as disciplinas é do envio de docentes de São Luis para Chapadinha, indo e voltando semanalmente ou concentrando o ensino. Serve para áreas já existentes, mas não para disciplinas específicas, principalmente da Agronomia e Zootecnia, cursos que só existem no CCAA.

Recursos humanos do CCAA-UFMA: os técnico-administrativos

Apesar de dois dos cursos do CCAA envolverem questões de manejo de animais ou mesmo de plantio, não foram contratados técnicos agrícolas para realizar esses serviços. A alegação foi de que não poderiam ser solicitados porque tal função não existe no MEC, embora várias Universidades Rurais estejam em funcionamento no país e devem ter feito algum tipo de adaptação funcional. Cabe ao Diretor que entrar em outubro descobrir como fazer para contratar tais funcionários.

Outra questão diz respeito à qualificação. Assim como os docentes, legalmente os técnicos não podem sair para fazerem cursos de especialização externos (somente cursos internos na própria UFMA), dentro de suas áreas, durante o estágio probatório de três anos, portanto antes de novembro de 2009.

Existe a possibilidade de flexibilização dos horários, concentrando alguns turnos de trabalho para que tenha aulas num período da semana. Mas um técnico em Assuntos Educacionais, por exemplo, não pode solicitar fazer Mestrado em Educação, curso que exige dedicação exclusiva.

A futura direção necessitará pensar numa política séria, que incentive os técnicos qualificarem-se, pois como todos estão em início de carreira na UFMA, há maior vontade de não parar no tempo.

Em termos administrativos, existe a necessidade do CCAA ter ligação visceral com o Campus de São Luis, algo hoje ainda muito fragilizado. Uma possibilidade seria a instalação de repartição própria do CCAA no Bacanga, com um técnico dando suporte e despachando a documentação que lhe fosse enviada. Isso evitaria muitas das diárias concedidas para Direção, Coordenadores e mesmo técnicos. Além disso, situaria o pessoal de Chapadinha enquanto estivessem na sede.

Acima de tudo, para o CCAA solidificar-se, será preciso partir do princípio que docentes e técnicos estão no mesmo barco, são todos funcionários públicos. Minimizar a hierarquia simbólica inculcada em todos, que separa em duas categorias, como se uns fossem mais que outros. Unir para caminhar juntos...

Acabou a verba?

Colegas da UFMA já reclamam que pedidos de verbas para diárias e passagens não estão sendo atendidos porque acabaram os recursos. Não entendem a situação porque a pouco tempo alguns técnicos chegaram a ter o salário dobrado pelas diárias que receberam. O mais grave é a exigência de projetos e publicação pelo que chamam de "velha guarda improdutiva da Universidade". Produzir exige investimentos, antes de tudo.

A falta de alunos no CCAA

No vestibular de 2006 entraram um total de 120 alunos, formando turmas para os três cursos. Contudo, mesmo naquele ano, o número de aprovados para Zootecnia foi abaixo do número de vagas, o que obrigou a UFMA a abrir para ingresso de portadores de diplomas de áreas afins. No vestibular de 2007, nenhum dos três cursos conseguiu aprovar número suficiente para novas turmas. Mesmo assim, a Pró-Reitoria de Ensino autorizou o funcionamento, fazendo com que os

curso iniciassem com número mínimo de alunos. Agronomia, o que mais aprovou alunos dos três, iniciou com 18.

Por conta da situação, as aulas dessa nova turma iniciaram com quase 1 mês de atraso, prejudicando o recesso normal do calendário oficial da UFMA. Essa questão deverá ser resolvida com o adiantamento das aulas em horários especiais. Como está em andamento a edição especial do vestibular para Chapadinha, para suprir as vagas não preenchidas, os novos alunos deverão entrar também atrasados, somente em outubro, depois de iniciado o semestre 2007/02.

A pressa em realizar o vestibular especial impossibilitou grandes divulgações, principalmente em outras regiões com potencial de fornecer alunos dispostos a graduarem-se aqui. O alto valor da inscrição foi sempre um argumento utilizado para explicar a falta de candidatos. Afirmava-se que o pessoal da região não tinha renda suficiente arriscar a inscrição sem garantias de passar. Todavia, o baixo número de pedidos de isenção neste vestibular especial derruba esse argumento. Das 120 vagas, menos da metade foram solicitadas.

A falta de alunos tem relação direta com o perfil da região, de baixa qualificação no Ensino Médio e pouca tradição com o Ensino Superior. O cursinho preparatório oferecido gratuitamente pelos docentes da UFMA tentou suprir parte desta deficiência, mas pela diminuta infraestrutura teve de selecionar 150 dos mais de 700 inscritos. Existem iniciativas particulares. Problema que não solucionam o curto prazo.

A pouca tradição com o Ensino Superior pode ser vista na prioridade que é dada pelas famílias. Estudar, mesmo que a Universidade seja gratuita, custa dinheiro. Os chapadinhenses tem de entender que educação não é gasto, é investimento para o futuro. O conhecimento permite dar saltos qualitativos, melhorar a renda. Para tanto, não é possível comprar moto e ir a todas as festas enquanto se estuda.

Faltando candidatos daqui, a solução seria conseguir atrair jovens de outras regiões, como Piauí, Pará e mesmo o sul do Maranhão, onde o agronegócio está bem mais avançado. Todavia, a cidade não

dispõe de imóveis adequados para locação desses estudantes que vêm de fora. Construir alojamentos ou mesmo Repúblicas não é possível, pois o MEC não autoriza mais esse tipo de investimento. O que existe são as bolsas de trabalho para os alunos. Para o CCAA foram concedidas 30, mas o critério “ser aluno de outro município” não influenciou na distribuição. O que pode ser feito é direcionar essas bolsas para os que vêm de fora, à medida que os bolsistas daqui forem perdendo o incentivo, por conta da reprovação em disciplinas.

A falta de estudantes também reside na questão de planejamento e escolha dos cursos implementados no CCAA, principalmente os de Agronomia e Zootecnia. Essa decisão não partiu de grandes estudos, mas da sugestão do deputado federal Gastão Vieira, que teve papel decisivo para aprovar o Projeto em Brasília. Além do desenvolvimento da região, interessava angariar votos, o que acabou não ocorrendo na última eleição, quando fez 582 votos, contra os 5,4 mil de Roberto Rocha, 4,4 mil de Sarney Filho e 3,7 mil de Clovis Fecury.

Ao invés de cursos ligados ao agronegócio da região, a opção deveria ter sido por cursos nas áreas de licenciatura. Pela previsão do MEC, estão previstos no projeto de expansão de Chapadinha a implementação futura dos cursos de História, Letras e Geografia. Assim, os cursos de licenciatura formariam antes professores que qualificariam os alunos do Ensino Médio, para, aí sim, concorrer em cursos de áreas específicas.

Sem mudar essa lógica, dificilmente o CCAA deslança. Continuará tendo número insuficiente de candidatos para aprovação mínima. Esse talvez seja o maior desafio da nova gestão.

Mentes tacanhas

O funcionário público municipal Francisco, conhecido popularmente como “Gretchen”, foi esfaqueado domingo, após a festa em homenagem ao Dia dos Pais, na Avenida Ataliba Almeida, e internado no Hospital Pontes de Aguiar, tendo recebido alta na quarta-feira e

já passa bem. O ato teria sido praticado por adolescentes que aterrorizam Chapadinha nas madrugadas, principalmente após as festas.

Esse tipo de violência desmedida, praticada por adolescentes, muitos oriundos de famílias abastadas, é a consequência do viver numa comunidade fechada, isolada das grandes transformações do mundo. Na política, isso é visto na perpetuação do antigo coronelismo sob a forma da mídia eletrônica, como rádio e televisão. De maneira geral, quem vive em pequenas comunidades isoladas, como é o caso de Chapadinha, tende a enxergar o próprio umbigo como centro do universo. Daí surge o hábito do mexerico, que sabe de tudo e todos. Vide as cadeiras nas calçadas.

Eu sinto essa discriminação nas coisas que escrevo. Parece que cada crítica a essa ou aquela pessoa é um ataque pessoal, contra a honra e a dignidade, portanto algo passível de represálias. Sei que décadas de pensamento único são difíceis de mudar, por isso insisto em manter esse blog.

O fato da vítima ser homossexual assumido fere os padrões da sociedade local, que enxerga ainda muitas coisas de forma dualista, no caso homem é homem, mulher é mulher. E cada um que assuma seus estereótipos: homem é viril, mostra sua macheza nas coisas diárias, joga futebol, bebe com amigos, sustenta a casa, etc. Já a mulher é a quem cuida da casa, mesmo que trabalhe fora. O que foge deste padrão é visto de forma desconfiada, sujeita a língua dos vizinhos.

A aceitação do homossexualismo na sociedade é conquista das sociedades civilizadas. A troca de papéis na sexualidade é tão antigo quanto a própria espécie humana. Na Grécia, só para ficar num exemplo de civilização antiga, o rito de iniciação sexual para os adolescentes, o debutar, dava-se com os homens mais velhos, que ensinavam o conhecimento do corpo, através de carícias e, em algumas vezes, penetração.

Esconder a presença do homossexualismo na sociedade é hipocrisia. Aceitá-lo é entender que cada um pode ser o que bem entender, desde que sinta-se feliz consigo mesmo. O bem coletivo é a soma da felicidade que cada indivíduo sente de viver em determinada comunidade. Aqueles que não sentem-se bem vivendo num local tendem a abandoná-lo.

Os agressores externizaram essa incapacidade de lidar com o diferente. Um psicólogo diria que possivelmente eles mesmos sejam homossexuais, mas tenham medo de "sair do armário". Quando agrediram o Gretchem, agrediram a si mesmos. Como sociólogo, entendo que são somente indivíduos medíocres, que não sabem viver e aceitar o outro que não é igual. Por essa razão, devem sentir a mão forte da Justiça através da instauração de inquérito policial e processo penal, servindo de exemplo aos demais, para que violências como essa, diretas ou indiretas, deixem de existir.

Rei morto, rei posto

Fui inquirido por vários colegas sobre a superficialidade com que analisei o texto da professora Girlene Santos de Souza, Coordenadora da Agronomia do CCAA. No meu entender, já tinha esmiuçado em textos anteriores todas as questões que ela coloca. Mesmo assim, volto ao assunto.

A professora começa falando em "respeito aos trâmites da hierarquia", com base em documentos legais. Entendo trâmites hierárquicos como caminho duplo, de ida e volta. É consenso que a atual direção pecou neste sentido, tendo em vista a imposição, de cima pra baixo, das decisões. Aliás, o que a professora chamou de formação de "guetos acadêmicos", "pessoas e grupos buscando fortalecimento político" com base no "disse-me-disse", do "eu ouvi dizer", "me disseram", no "afloramento real e sem precedentes da GANÂNCIA POR CARGO", nada mais foi do que a organização dos descontentes em torno das exigências de cumprimento da lei, algo natural dentro de um processo que se quer democrático.

Girlene Souza fala que as “críticas negativistas” em nada ajudam na construção do CCAA, que estaria em “guerra interna, numa arena de luta armada”, em “queda livre quanto ao respeito ao próximo e poder de organização, como também, distante do corpo de servidores e dos estudantes”. A situação do Campus, de fato, não está das mais unidas. Mas isto é fruto, no meu entender, da atual Diretora, que deveria lidar melhor com as pessoas, antes de se aventurar num cargo como esse.

Faltou, neste sentido, capacidade emocional para conviver harmonicamente com docentes, técnicos e até alunos. Episódios não faltaram. Dizem que a Diretora se desentendeu com o motorista designado para Chapadinha a tal ponto que pediu remoção para São Luis poucos dias após assumir. Resultado: somente duas pessoas estariam autorizadas a dirigir o veículo, uma L200 branca, um deles seria o seu próprio namorado, o economista Inauro Mano Evas.

Girlene Souza registra admiração ao que chama de “excelente trabalho e dedicação” da atual Diretora, que teria, segundo ela, “capacidade de conduzir e administrar os inúmeros problemas”. Cada um enxerga como quer a situação. Eu e muitos outros colegas vimos que a forma de administrar não contemplava estratégias futuras. Tudo era para ontem, como se diz no jargão popular. A consequência natural era o surgimento de problemas. Podem argumentar que foi feito plano de metas, para mim uma cortina de fumaça para desviar as atenções das questões mais relevantes.

As decisões centradas no Conselho de Centro são exemplo da atual gestão. Até a proposta de Minuta, de minha autoria, somente os três coordenadores, mais o representante discente e o dos técnicos, além do assessor, decidiam toda vida funcional do CCAA. Muitas das decisões tomadas pelos professores em reuniões não eram levadas em consideração, gerando atritos intermitentes. Muitos colegas da própria Agronomia, inclusive, reclamavam que decidiam uma coisa em reunião e na hora do Conselho a Coordenadora, a própria professora Girlene Souza, votava de forma totalmente

diferente, seguindo, segundo eles diziam, a favor do que a Direção queria. Talvez resida aí esse carisma para com a Diretora, explicitado no texto.

Mais adiante Girlene Souza questiona: “Quem de nós tem a experiência administrativa, visão acadêmica, adequação à pesquisa e à extensão universitária, aproximação com os Órgãos Colegiados e Setores da UFMA, maturidade com relação à cultura organizacional da UFMA, respeitando sua história de luta, de avanços e recuos, que a nossa atual Diretora?”

Quem for olhar o currículo lattes da atual Diretora descobrirá que ela não tinha nenhuma experiência administrativa antes de assumir. Em termos de pesquisa e extensão, seu conhecimento restringe-se a sua formação em Química, área que serve somente de apoio aos cursos implementados em Chapadinha. Tal visão restrita gerou contendas, pois queria sobrepor-se aos colegas de outras áreas. Chegou a questionar a necessidade de laboratório de Ecologia para o curso de Biologia.

Muitos colegas me disseram que a defesa que Girlene Souza fez da atual Diretora mais pareceu uma tentativa de ressuscitá-la, de demovê-la a disputar a eleição. Quando o Reitor esteve em Chapadinha para descerrar a placa de inauguração das atividades do CCAA, momento em que Gilvanda Nunes anunciou que não disputaria, tive a sensação que aquilo tudo era mise-en-scène, jogo de cena. Afirmei, na época, que negar a candidatura poderia ser estratégia para eleger-se, aliviando as críticas que recaíam sobre ela caso se candidatasse imediatamente, para voltar aclamada pelos descontentes.

De minha parte, segui esmiuçando as dificuldades a ser enfrentadas para deslanchar o CCAA, dificuldades essas fruto da atual gestão, onde tanto aqui quanto São Luis têm suas parcelas de responsabilidade. Tanto é que escrevi sobre a falta de espaço físico, o regimento, os docentes e os técnico-administrativos, sobre a falta de alunos, etc.

Neste contexto, entendo que se a estratégia era sair para retornar – e o texto da professora Girlene Souza foi parte do processo - o tiro saiu pela culatra. Tal como ocorreu quando o presidente Jânio Quadros renunciou, em 1961, na esperança de voltar nos braços do povo. Ninguém pediu sua volta. A preocupação passou a ser como deixar João Goulart, o Jango, tido como comunista, assumir. Solucionou-se o problema com o parlamentarismo, tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves. Em suma, rei morto, rei posto.

Depois de anunciar que não concorreria, não se ouviu clamor para a Diretora voltar, com exceção da Coordenadora da Agronomia, sua fiel escudeira. Pelo contrário, a atitude motivou outros colegas a disputar, até como opção ao nome do Coordenador da Zootecnia, professor Marcos Bomfim, que detém altos índices de rejeição em parte do grupo. Cogitam-se os nomes da professora Cláudia Adriana de Sousa Melo, da Biologia, e do professor Emmanuel Arnhold, da Agronomia.

Democracia é isso, não se faz sem situação nem oposição, sem turbulências, sem abrir nem curar as feridas, sem emitir opinião, criticar e ser criticado. Como disse numa postagem anterior, essa eleição será como jogo de xadrez cujas peças estão sendo mexidas no devido tempo...

Cadeiras nas calçadas, propício a mexericos?

O mistério do bebê de 3 meses que fala, episódio esclarecido no blog do William Fernandes, é exemplo do que falei na questão do viver em comunidade fechada, isolada das grandes transformações do mundo, onde as pessoas tendem a enxergar o próprio umbigo como centro do universo e ater-se a mexericos, saber de tudo e de todos. Segundo consta, a criança balbuciou sons que foram tidos por palavras a algumas perguntas em tom de brincadeira. Na empolgação, espalharam na vizinhança que o menino tinha falado e, na velocidade da luz, a história tomou ares de verdade.

Georg Simmel, filósofo alemão do início do século XX, apontou as diferenças gritantes entre viver nas grandes e pequenas cidades.

Em seu texto, A metrópole e a vida mental, mostra que os indivíduos tem formas de pensar e enfrentar as adversidades de seu meio de acordo com o tamanho e a quantidade de pessoas que vivem ao seu redor. A pequena cidade, por exemplo, tem relacionamentos profundamente sentidos e emocionais, enquanto o homem metropolitano é frio e racional, visto que negocia tudo com as pessoas com quem é obrigado a ter intercâmbio social.

Segundo ele, enquanto nas cidades grandes os consumidores não tem rosto, são inteiramente desconhecidos, nas cidades pequenas produtor e consumidor se conhecem. Em Chapadinha, isso pode ser visto, por exemplo, na hora de fazer compras. É comum as caixas dos mercados conhecerem os clientes e baterem papos com eles, prolongando o tempo da fila.

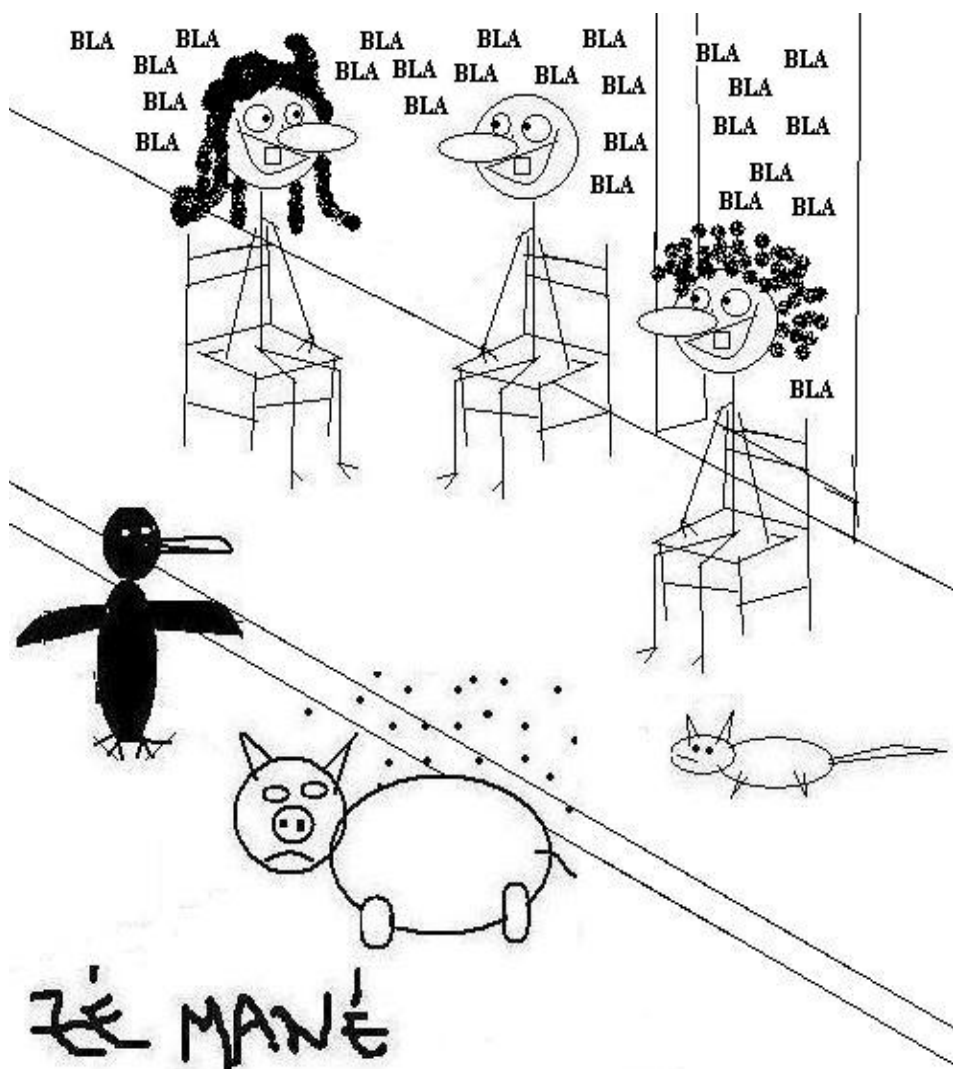
Outra questão é a da reserva, algo freqüente para quem mora em grandes centros, que sequer conhece de vista aqueles que são seus vizinhos durante anos. Esta reserva, aos olhos das pessoas da cidade pequena, parece atitude fria e desalmada. Essa reserva não é apenas indiferença, chega a ser leve aversão, estranheza e repulsão mútuas. Qualquer atitude de aproximação mais pessoal acaba vista como algo que fere a individualidade, portanto é repelida prontamente. Quem vem de cidades maiores para menores, como eu, traz um pouco desta necessidade de distanciamento.

Para Simmel, a vida na cidade pequena ergue barreiras contra o movimento e a independência individual. Estas barreiras são tais que, diante delas, o homem não consegue respirar, fica sufocado, ainda mais se conheceu a liberdade dos grandes centros. O anonimato é exemplar neste sentido. As pessoas não se conhecem nas ruas das metrópoles. Já em cidades menores, lava-se com a língua a vida dos conhecidos.

Claro que existe o mexerico entre as pessoas que vivem nos grandes centros, mas está restrito aos círculos sociais dos quais fazem parte. Mesmos nesses, o breve tempo de convívio não dá margens para grandes comentários pessoais. O mexerico é direcionado, muitas

vezes, para astros e estrelas.

Nos pequenos municípios, o círculo social é diminuto a tal ponto que abarca toda parcela da qual se convive. Um intercâmbio social intenso resulta em falar da vida alheia. As cadeiras nas calçadas mostram bem isso. O fato de dispor de tempo para conversar com conhecidos é indício da prioridade nos afazeres cotidianos.



Eleições UFMA: conjecturas

A eleição para Diretor e Coordenadores no Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA-UFMA) ainda está em fase de definições, ao menos até o dia 13, período em que encerram as inscrições dos candidatos. Como alguns afirmam, toda conversa informal é potencialmente uma articulação. O que é bom, pois exercita a ação participativa, base da democracia.

Para Diretor, de concreto até agora, somente o professor Marcos Bomfim, da Zootecnia. Usando a velha tática do corpo-a-corpo, está procurando colegas, técnicos e alunos para tentar garantir votos. Alguns dizem que votam nele, até por educação. Já outros não escondem a rejeição e respondem já ter outro candidato ou mesmo que ainda vão pensar nas propostas.

O corpo-a-corpo com o eleitorado pode até funcionar numa eleição municipal, onde o eleitor quer conhecer o candidato, receber tapinha nas costas e até algum agrado, como pagamento de contas e cesta básica. Ocorre que eleições nas esferas universitárias são completamente diferente, coisa que o zootecnista não está atentando para o fato, pois sua experiência é justamente na esfera político-partidária municipal, de onde traz o jeito de fazer política. Para quem não sabe, Marcos Bomfim foi secretário municipal de Miranda do Norte. Em 1997, foi de obras, transporte e serviços públicos; de 1998 a 2000 foi de administração e finanças.

Outro candidato é a professora Cláudia Adriana de Sousa Melo, da Biologia. De forma mais prudente, está aguardando o início das inscrições oficiais para mostrar suas propostas e arregimentar apoio da comunidade acadêmica. Caso ela desista de candidatar-se, poderá vir a ser substituída pelo professor André Luís Gomes da Silva, também da Biologia.

Um terceiro nome aventado foi do professor Emmanuel Arnhold, da Agronomia. Ao que parece, foi muito mais uma iniciativa dos colegas do próprio curso que gostariam de lançar candidatura própria, para não precisarem apoiar alguém de outra área. Ao que parece, o

professor não aceitou o convite até o momento. Cogita-se, inclusive, outro nome, o da professora Maria Isabel Vitorino, Meteorologista de formação.

Para a eleição de Coordenação, dois candidatos confirmam que estão na disputa. Na Agronomia, a professora Girlene Santos de Souza. Na Biologia, o professor Cláudio Gonçalves da Silva. Ambos já são Coordenadores de Curso. Na Zootecnia, um possível candidato para substituir o atual Coordenador Marcos Bomfim é o do professor Rafael Cardoso Carvalho, Médico-veterinário. Um nome cogitado foi o do professor Jocélio dos Santos Araújo, que não teria aceitado disputar.

Como falei no início, até o dia 13, quando encerra o prazo de inscrições das candidaturas, tudo o que se disser sobre o assunto serão hipóteses, que poderão ser confirmadas ou não. Até lá, resta somente conjecturas.

Os docentes do CCAA e o Regime de Dedicação Exclusiva

Todos docentes do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA-UFMA), Campus Chapadinha, foram contratados através de concurso público e estão sob a égide do Regime de Dedicação Exclusiva (DE), devendo atentar, portanto, para algumas exigências.

Uma delas é que prestam 40 horas semanais de trabalho em 2 turnos diários completos. Não há especificação formal dos turnos, se manhã, tarde ou noite. Ao mesmo tempo, os docentes estão dispensados do controle de frequência, não necessitando comprovar, através da folha-ponto, que estiveram no local de trabalho no horário previsto. Isto explica-se em razão das pesquisas de campo e atividades de extensão realizadas fora da Universidade.

Uma segunda exigência, talvez a mais fundamental de todas, é que todo docente DE está impedido do exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou mesmo privada. Em outras palavras, todos docentes do CCAA-UFMA não podem trabalhar, de forma oficial ou extra-oficial, em outros lugares.

O nó górdio, que dá margens para interpretações errôneas, reside justamente no que seja “exercício de outra atividade remunerada”. Dita o Manual do Servidor que o docente em Regime de Dedicação Exclusiva poderá participar em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de magistério e em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionadas com o ensino ou a pesquisa. Além disso, tem direito à percepção de direitos autorais ou correlatos e à colaboração esporádica a pedido do órgão, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela instituição, levando-se em consideração, na sua concessão, dentre outros aspectos: a relevância e o alcance da colaboração, com a devida autorização do Reitor.

Aí está o ponto nevrálgico. O docente DE pode colaborar esporadicamente, de forma eventual e não sistemática, com Instituições que precisem de assessoria ou apoio técnico na área em que é especialista. Até aí, é o que muitos docentes costumam fazer, uma prática comum entre aqueles que lecionam a mais tempo. Essa assessoria pode ser paga ou não. Em todos os casos – e aqui é que tem de se ter certo cuidado – a prestação desse serviço por parte do docente DE tem de ser autorizado diretamente pelo Reitor, que levará em conta, para liberar ou não, a relevância do serviço prestado, se vai colaborar na qualificação da sociedade ou se, ao contrário, servirá única e exclusivamente para o docente “tirar um por fora”, além do salário que já recebe.

Então, só está dentro da legalidade o docente que tem autorização formal e por escrito do Reitor (não do Diretor, Coordenador ou Chefe de Departamento). Nesta lógica, está ilegal quem exerce sem autorização qualquer tipo de atividade, chame-a como quiser: assessoria, consultoria, palestras, etc. Que fique bem ressaltado: fora da Universidade. E não importa se recebeu ou não remuneração para isso.

Por óbvio, se o docente tem projeto de pesquisa ou extensão, aprovado em Assembléia, onde constem atividades vinculadas à proposta de trabalho, de forma a levar o conhecimento obtido para

a comunidade, não há necessidade de autorização do Reitor. Da mesma forma se o docente for convidado para falar de sua área em eventos científicos. Diferente é se recebe convite para eventos pseudo-científicos, conhecidos como papa-níqueis pois só reúnem especialistas para palestrar a um público pagante. Diferente também é se tem por costume ministrar cursos ou mesmo aulas em outros locais. Estão ilegais mesmo os docentes que realizarem atividades próprias dos profissionais liberais, como assinar projetos.

Essa questão deverá ser enfrentado pelo novo Diretor, pois não é ético que enquanto uns se dediquem à pesquisa e à extensão, que trazem benefícios direto para a Universidade, outros exerçam atividades paralelas. Quando os cursos forem avaliados pelo MEC, os critérios utilizados são coletivos e não individuais. Assim, não bastará poucos terem muita produção e muitos não terem nada porque usaram o tempo que tinham para atividades que só beneficiaram eles próprios. É nessa hora que o pensamento deve ser conjunto, não individualista.

E não vale o argumento de que o docente DE tem tempo disponível e que, por isso mesmo, poderia utiliza-lo ao seu bel prazer. Quem exerce outras atividades prejudicará todo grupo, pela baixa – para não dizer inexistente – produção científica. Se julga ser mal-remunerado, não deveria ter assumido o compromisso com a Universidade. Se assumiu, cumpra o que determina a lei.

Blog do Ivandro Coêlho

Mais uma contribuição para o engrandecimento de Chapadinha. É assim que defino o blog do professor e jornalista Ivandro Coêlho. Interessante é que a primeira de suas postagens, no dia 12 de setembro, foi justamente para contrapor um texto que escrevi, sobre mexericos e cadeiras nas calçadas.

No texto “Quanto maior o anel...” afirma que sou alguém que esbanja currículo de doutor logo na primeira página, mas ao contrário do que se poderia esperar, escrevo uma série de lugares-comuns, análises simplórias, que mais distorcem do que esclarecem os fatos.

Tudo eivado de falsa erudição e muito preconceito.

No seu entendimento, além de preconceituoso e desinformado, sou também contraditório, pois sinto falta do anonimato mas criei este blog, onde estampo a minha foto. Decerto que entende que a criação deste espaço foi para me locupletar, me tornar conhecido, para que todos me vejam nas ruas e digam: olha lá o doutô!

Ivandro Coêlho também diz que não admito o contato com as pessoas daqui, que por recalque ou timidez, eu ainda não tenha percebido a importância de viver socialmente, e que eu devo sair às ruas, conversar com as pessoas, abandonar o casulo da mediocridade em que me instalei, para perceber quão diversificado e rico é o imaginário popular. Decorar minha alma, pôr uma cadeira na porta de minha casa – se é que ela tem portas – e ver como as pessoas são, o que pensam, o que dizem.

Não me transformar num catedrático amargo, frustrado por não estar lecionando na Sorbonne ou em Harvard. Sair do terreno da mera especulação, da superficialidade pseudo-acadêmica e da falsa retórica e embasar melhor meus posicionamentos, pois não há nada mais triste do que um cientista que não conhece seu objeto de estudo, assim como não há nada mais lamentável do que um sociólogo que não conhece a sociedade que pretende analisar.

Somente assim poderei contribuir, de fato, para a melhoria do nível cultural da cidade. Do contrário, caso continue com esse meu narcisismo literário, estarei apenas reforçando o velho ditado popular: quanto maior o anel, mais burro o bacharel... (ou o doutor).

Interessante ler também os dois comentários sobre o texto. O primeiro, de Ze Baleco, se diz bastante decepcionado com minha visão sobre Chapadinha. O segundo, de JP, afirma que sou o grande porta-voz da incoerência, um dotôzinho.

O julgamento de ambos, tanto dos comentaristas quanto do próprio Ivandro Coêlho, só dá mostras de como alguns membros dessa comunidade fechada chamada Chapadinha, isolada das grandes

transformações do mundo, tratam as opiniões contrárias. Se estamos numa comunidade com “enorme capacidade de abertura para o novo, de acolhimento e, principalmente, de superação”, porque atacam a pessoa ao invés das idéias? Porque tomam as críticas que faço por atentado à honra e não como contribuição para o debate comunitário? Atitude adequada para quem afirmou no palco que a “verdadeira estrela” era mesmo Artur Moreira Lima e não ele, que ali tocava violão antes da apresentação.

Ivandro Coêlho sintetiza um pouco da razão porque parei de postar textos aqui no blog. Cansa falar sobre aquilo que julgo necessário para melhorar o convívio comunitário e ser tido por prepotente. Criei esse blog no intuito de apontar e debater questões que deviam ser faladas mas não eram. Pus minha foto porque entendo que quem fala ao público deve mostrar a cara.

Aliás, onde estive o Coêlho durante todo esse tempo? Cadê a sua foto? Tinha espaço no portal da Chapanet mas falava de flores. Sem falsidade, aplaudo seu blog, ainda mais por que, ao que parece, escreverá também sobre as necessidades prementes de Chapadinha, como educação, saúde, etc., embora tenha de apontar detalhes, esmiuçar como eu próprio faço. Falar o que falta é fácil. Difícil é mostrar onde.

De coração, desejo sucesso na sua empreitada, que possa ter disposição em continuar escrevendo. Quem sabe por ser chapadinhense, não enfrentará a ira dos xenófobos, aqueles que têm aversão aos que vêm de fora, ainda mais se esses forasteiros começam a apontar as mazelas locais. Quem sou eu, afinal, para meter o dedo na ferida?

De minha parte, sigo na perspectiva de que meu papel na Universidade não se limita a ensinar, mas a oxigenar a mentalidade local com novas idéias, para que a comunidade avance, inexoravelmente, rumo ao progresso, seja ele qual for...

Endurecer, pero sin perder la ternura jamás

Como o jornalista Ivandro Coêlho começou eu termino, até para não virar conversa de comadre. O que está em discussão não é o fato de Chapadinha ser uma cidade aberta ou fechada. Coêlho afirmou que aqui há uma “enorme capacidade de abertura para o novo, de acolhimento e, principalmente, de superação”. É o seu olhar e eu respeito. Eu, assim como muitos que vêm de fora, enxergo que Chapadinha é uma cidade ainda muito fechada, devido a pouca infra-estrutura em termos de informação. O acesso a internet é restrito, a educação é limitada, muitos dos veículos de comunicação servem a partidos políticos. É neste sentido o isolamento. O que não quer dizer que inexistam a troca de idéias. Afirmar isso não é ofensa, é ponto de vista, falo como uma dificuldade a ser enfrentada.

Entendo que a grande contribuição dos que vêm de fora morar aqui é justamente oxigenar as mentes. Para usar um exemplo do próprio Coêlho, em outra postagem, os “gaúchos”, como são conhecidos os agricultores que vêm pra cá plantar soja, comprem em supermercados de São Luis. Talvez seja uma forma de dizer que querem qualidade no atendimento, preços justos e, principalmente, nota fiscal, pois impostos significam melhorias sociais.

O que está em pauta é a incapacidade com que muitos têm de discutir as questões locais sem cair na ofensa pessoal. Para dizer que discorda de minhas opiniões, Ivandro Coêlho simplesmente destilou impropérios: esbanjo currículo mas analiso as coisas de forma simplória, distorço a realidade, sou um falso erudito, preconceituoso, desinformado, contraditório, não admito o contato com as pessoas daqui, por recalque ou timidez, não vejo importância em viver socialmente, não saio na rua, não converso com as pessoas, vivo num casulo da mediocridade, nem porta tenho em casa, sou um narcisista literário, minhas especulações são superficiais, pseudo-acadêmica (portanto mentirosas), uso da falsa retórica e não sei embasar meus posicionamentos, enfim sou um cientista que não conhece seu objeto de estudo, um sociólogo que não conhece a sociedade que analiso, mas que me acho o maior e melhor dos

sociólogos daqui. Imagine se isso fosse pessoal!

Apesar de tudo, não me ofendo. Entendo que Ivandro Coêlho sintetiza o estilo daqueles que têm seu status quo afetado pelas modificações provocadas pela chegada de pessoas de fora. Claro que fiquei chateado quando afirmou que sou um professor amargo e frustrado por não estar lecionando na Sorbonne ou em Harvard. Chateado porque tenho imenso orgulho de fazer parte da UFMA, de poder dar minha contribuição para uma região que mantém índices baixíssimos de qualidade de vida. Se aqui estou é por desejo pessoal, porque aceitei o desafio de construir algo de bom, de justificar anos e anos de investimento que fiz em educação pessoal, mas acima de tudo de devolver aos outros as oportunidades que me foram dadas, de poder estudar, fazer mestrado e depois doutorado.

Reza a Constituição Federal (art. 5º, IV) que é livre a manifestação do pensamento. Eu tenho isso como princípio quando escrevo ou mesmo leciono. Não é porque um leitor ou um aluno discorde do que falo e penso que vou atacar-lhe pessoalmente. Quem deseja o debate livre e sem ranço contrapõe as idéias contrárias às suas com argumentos plausíveis, não jogo de palavras, isso sim verdadeira retórica pomposa.

Há uma frase famosa, que teria sido dita por Ernesto Che Guevara: *Endurecer, pero sin perder la ternura jamás*. Numa livre tradução, há de ser duro, mas sem nunca perder a ternura. Não sei se era isso que ele queria quando proferiu a tal frase, mas eu entendo que temos o dever, como cidadãos, de apontar as dificuldades do lugar onde vivemos (sermos duros). Nem por isso temos o direito de ofender a honra de quem quer que seja (faltar-nos ternura).

Superarmos isso talvez seja o maior obstáculo para construirmos uma sociedade igualmente mais justa, mais fraterna, enfim, mais aberta.

Textos do blog vão virar livro

Nos próximos meses estarei organizando um livro em formato eletrônico (PDF), distribuído gratuitamente através de download, reunindo algumas das postagens aqui do blog da Chapada das Mulatas. É uma forma de não deixar se perder as análises empreendidas neste espaço. Isto porque, assim como o jornal, o que se escreve nos blogs tende a virar passado muito rapidamente. E como, nas análises que faço, procuro sempre pensar a longo prazo, será uma forma de resgatar escritos esquecidos. O título do livro, ainda provisório, será "Chapada das Mulatas – postagens de um blogueiro".